

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES

RECONEXÕES E DESCONEXÕES TERRESTRES
Uma reflexão sobre a frente de modernização em narrativas da
crise ecológica e climática

Belo Horizonte
2019

BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES

RECONEXÕES E DESCONEXÕES TERRESTRES

**Uma reflexão sobre a frente de modernização em narrativas da
crise ecológica e climática**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

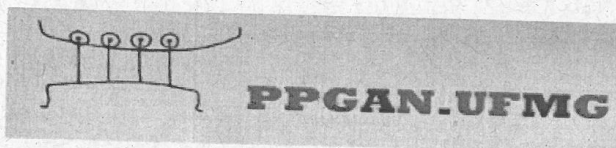
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Deborah de Magalhães Lima

Belo Horizonte

2019

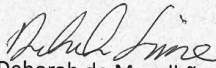
306	Magalhães, Beatriz Judice.]
M188r	Reconexões e desconexões terrestres [manuscrito]; uma
2019	reflexão sobre a frente de modernização em narrativas da crise ecológica e climática / Beatriz Judice Magalhães. - 2019.
	188 f. : il.
	Orientadora: Deborah de Magalhães Lima.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1. Antropologia – Teses. 2. Clima - Teses. 3. Ecologia - Teses. I. Lima, Deborah. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

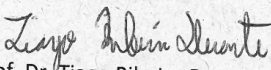
Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390




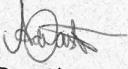
ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES (MATRÍCULA N.º 2015650851)

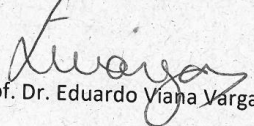
Aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove), reuniu-se na sala F-3056 no 3º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar em exame final, a Tese intitulada: "**RECONEXÕES E DESCONEXÕES TERRESTRES - uma reflexão sobre a frente de modernização em narrativas da crise ecológica e climática**", requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Deborah de Magalhães Lima – (PPGAN/UFMG) – Orientadora; Alyne de Castro Costa – (Pós-doutoranda pela UFRJ); Tiago Ribeiro Duarte (UnB); Eduardo Viana Vargas (PPGAN/UFMG) e Rogério Duarte do Pateo (DAA-FAFICH/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão Profa. Deborah de Magalhães Lima após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à doutoranda Beatriz Judice Magalhães para apresentação da sua Tese. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da doutoranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2019.


Profa. Dra. Deborah de Magalhães Lima
(Orientadora)


Prof. Dr. Tiago Ribeiro Duarte


Prof. Dr. Rogério Duarte do Pateo


Profa. Dra. Alyne de Castro Costa


Prof. Dr. Eduardo Viana Vargas

Para meus pais; para os terranos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio que recebi ao longo dos últimos cinco anos: dos meus pais, Laura e Leonardo, da minha avó, Maria Helena, do meu irmão Henrique, dos meus tios, Valéria e Lucas, das minhas primas, Andréa e Denise; agradeço também à Daniella e à Lourdinha; à Gabi, à Paula, à Júnia, ao Rafael, à Flora, ao Levindo, ao Patrick e ao Reginaldo, colegas do doutorado no PPGAN; ao Xamen, ao Roque e ao Keyton, pelos momentos compartilhados no cotidiano da salinha de estudos do PPGAN; à Maria e à Alex, por me acolherem em Leiden; à Luisa, à Nathalia, à Karen e à Rita, pelo apoio e interesse. Em especial, à Isadora, por toda a troca de ideias, experiências e amizade que temos compartilhado desde a época do IPC-IG.

Agradeço à prof^a. Deborah de Magalhães Lima pela paciência para as mudanças de tema e para o desenvolvimento da tese e à Aninha pelo suporte para os procedimentos de marcação da defesa. Fico grata por poder contar com a participação da Alyne de Castro Costa e do Tiago Ribeiro Duarte para avaliar o trabalho, e também do Eduardo e do Rogério, que acompanharam parte do meu percurso de escrita ao participarem da banca de avaliação do projeto e da banca de qualificação. Agradeço, também, à disponibilidade da Brisa e do Rubinho para comporem a banca como suplentes.

Agradeço, ainda, ao professor Erik Baere e à Universidade de Leiden, por terem me recebido como pesquisadora visitante em 2018, novamente, à Paula e aos alunos que cursaram a disciplina “Antropologia do Antropoceno”, contribuindo para discussões e reflexões importantes.

Por fim, à força combativa e à resistência de todos com quem compartilhei momentos de luta pela retomada de um país menos distópico, que certamente me auxiliaram a encontrar energia para concluir o doutorado, e, ainda, às inspirações que encontrei, nos momentos finais da escrita, na alegria dos bem-te-vis, que, apesar do calor, têm cantado incessantemente em BH nesta primavera.

How might capitalism look like without assuming progress?

Anna Tsing

I guess I'm trying to subjectify the universe, because look where objectifying it has gotten us.

Ursula LeGuin

RESUMO

A crise ecológica e climática vem suscitando reflexões por parte de pesquisadores de diversas áreas, desde as ciências do sistema Terra até as ciências humanas e sociais. Em 2016, a União Internacional de Ciências Geológicas propôs a adoção oficial do Antropoceno como novo período geológico. A proposição ocasionou análises de áreas variadas, além de diversas formulações alternativas, como o Capitaloceno (conforme proposto por Jason Moore), o Plantationoceno (por Donna Haraway e Anna Tsing) e a intrusão de Gaia (por Isabelle Stengers).

Na esfera da atuação de governos, organismos internacionais e organizações não governamentais, observamos, desde a conferência de Estocolmo, em 1972, até a adoção da Agenda 2030, em 2015, um conjunto de documentos de referência formulados no âmbito das Nações Unidas como tentativa de resposta propositiva para as percepções de diversos problemas ambientais e, a partir do final da década de 1980, também aqueles relacionados à mudança climática.

Entendendo os documentos e textos mencionados como dois grandes grupos de narrativas a respeito da crise ecológica e climática, busco refletir sobre as relações dessas narrativas com a frente de modernização, definida de acordo com Bruno Latour. Nesse sentido, as abordagens de temas como a diversidade socioambiental e as configurações propostas entre economia, tecnologia, sociedade e ambiente são de especial interesse para o objetivo pretendido.

Os dois primeiros capítulos contemplam descrições e análises das narrativas. O primeiro apresenta diversas abordagens da crise construídas a partir da ideia do Antropoceno geológico, seja em consonância com ou, em diferentes graus, críticas a ela. O segundo traz reflexões sobre documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) centrados na temática do desenvolvimento sustentável, e que foram ou são bases de referência para diversos desdobramentos, desde aqueles relacionados às primeiras conferências internacionais sobre as relações entre as populações humanas e o meio ambiente até a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotada em 2015.

No terceiro e último capítulo, são feitas considerações sobre as linhas de conflito (re)desenhadas a partir do reconhecimento mais recente da crise ecológica e climática representado pela difusão do Antropoceno. Também são levadas em conta as composições, atuações e limites de arenas decisórias como o Estado-nação e organizações multilaterais, ensejando considerações a respeito de temas como representatividade, conflitos ontológicos e potenciais disputas relacionadas à configuração geopolítica atual, bem como a algumas soluções sugeridas nas diferentes narrativas abordadas. De acordo com o argumento da tese, tais soluções podem ser caracterizadas como reconexões ou desconexões terrestres, ou seja, apontam para uma transformação de elementos fundamentais da frente de modernização, ou, ao contrário, para que ela seja levada às últimas consequências.

Palavras-chave: Crise Ecológica; Crise Climática; Antropoceno; Narrativas; Frente de Modernização.

ABSTRACT

The ecological and climate crisis has been giving rise to reflections by researchers from various fields, from the Earth system sciences to the human and social sciences. In 2016, the International Union of Geological Sciences proposed the official adoption of the Anthropocene as a new geological period. The proposition led to analyzes of various areas, as well as several alternative formulations, such as Capitalocene (as proposed by Jason Moore), Plantationocene (by Donna Haraway and Anna Tsing) and Gaia intrusion (by Isabelle Stengers).

In the sphere of action by governments, international organizations and non-governmental organizations, from the Stockholm conference in 1972 to the adoption of Agenda 2030 in 2015, there are many reference documents formulated within the United Nations as an attempt towards a propositive response to the perceptions of various environmental problems and, from the late 1980s, also of problems related to climate change.

Understanding the documents and texts mentioned as two major groups of narratives about the ecological and climate crisis, I seek to reflect on the relationship of these narratives with the front of modernization, defined according to Bruno Latour. In this sense, the approaches of themes such as social and environmental diversity and the suggested configurations among economy, technology, society and environment are of special interest for the intended purpose.

The first two chapters cover descriptions and analysis of the narratives. The first presents several approaches to the crisis built on the idea of the geological Anthropocene, either in line with or, to varying degrees, critical of it. The second brings reflections on United Nations (UN) documents focused on the theme of sustainable development, since those related to the first international conferences on relations between human populations and the environment to the Sustainable Development Goals (SDG) agenda adopted in 2015.

In the third and last chapter, considerations are made about the (re) lines of conflict drawn from the most recent recognition of the ecological and climate crisis represented by the diffusion of the Anthropocene. It also takes into account the compositions, actions and boundaries of decision-making arenas such as the nation state and multilateral organizations, giving rise to considerations such as representativeness, ontological conflicts and potential disputes related to the current geopolitical configuration, as well as some solutions suggested in the different narratives studied. According to the argument of the thesis, such solutions can be characterized as terrestrial reconnections or disconnections, that is, they point to a transformation of fundamental elements of the modernization front, or, on the contrary, to bring it to the last consequences.

Keywords: Climate Crisis; Ecological Crisis, Anthropocene; Narratives; Front of Modernization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fronteiras Planetárias propostas por Rockström <i>et al.</i> (2009)	34
Figura 2 - Fronteiras Planetárias propostas por Rockström <i>et al.</i> (2015)	35
Figura 3 - Distribuição espacial de três fronteiras planetárias segundo Rockström <i>et al.</i> (2015)	37
Figura 4 - Assembleia Geral das Nações Unidas aprova os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (setembro de 2015)	113
Figura 5 - Manifestação em apoio aos ODS, Nova Iorque (setembro de 2015)	119
Figura 6 - Estudantes sul-africanos na Cidade do Cabo em protesto por medidas urgentes contra as mudanças climáticas	126
Figura 7 - Ativistas protestam por ações de combate à crise climática em Sydney, Austrália	126
Figura 8 - Chefes de estado e representantes de delegações de países comemoram a assinatura do acordo de Paris (dezembro de 2015)	141
Quadro 1 - Narrativas da crise ecológica segundo Bonneuil (2015)	77
Quadro 2 - Narrativas da crise ecológica e climática apresentadas neste capítulo	79
Quadro 3 - Trecho da fala de Ailton Krenak em Audiência Pública da Comissão Mundial de Meio ambiente e Desenvolvimento transcrito no Relatório Brundtland	100
Quadro 4 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	114
Quadro 5 - A crise ecológica e climática em documentos das Nações Unidas sobre sustentabilidade	128

LISTA DE SIGLAS

AWG - Anthropocene Working Group

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento

COP - Conference of Parties

ECOSOC - Economic and Social Council

GSSA - Global Standard Stratigraphic Age

GSSP - Global Boundary Stratotype Section and Point

ICSU - International Council for Science

IGBP - International Geosphere–Biosphere Programme

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

IUGS - International Union of Geological Sciences

MGOs - Major Groups and Other Stakeholders

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OWG - Open Working Group on Sustainable Development Goals

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SDG - Sustainable Development Goals

UNCSD - United Nations Commission on Sustainable Development

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change

UNPFII - United Nations Permanent Forum on Indigenous Issues

UNPO - Unrepresented Nations and Peoples Organization

WMO - World Meteorological Organization

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA A PARTIR DA PROPOSIÇÃO DO ANTROPOCENO	24
1.1 ANTROPOCENO	26
1.1.1 A EMERGÊNCIA DO CONCEITO NAS CIÊNCIAS NATURAIS	26
1.1.1.1 A GRANDE ACELERAÇÃO E AS ORIGENS DO ANTROPOCENO GEOLÓGICO	29
1.1.1.2 AS FRONTEIRAS PLANETÁRIAS	33
1.1.2 O ANTROPOCENO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.....	38
1.2 CAPITALOCENO	51
1.2.1 O CAPITALISMO E A FRENTE DE MODERNIZAÇÃO	53
1.3 GAIA.....	58
1.3.1 A GAIA DE LOVELOCK	60
1.3.2 AS CONSEQUÊNCIAS DO “RETORNO SOBRE A TERRA”	62
1.4 OUTRAS NARRATIVAS	63
1.4.1 TECHNOCENO	64
1.4.2 CHTHULUCENO	65
1.4.3 PLANTATIONOCENO.....	67
1.5 NARRATIVAS INDÍGENAS.....	68
1.6 NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA – UM PANORAMA	76
CAPÍTULO 2: NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA EM DOCUMENTOS DAS NAÇÕES UNIDAS	84
2.1 PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	85
2.2 O RELATÓRIO BRUNDTLAND, AS CONFERÊNCIAS DE ESTOCOLMO E JOANESBURGO, A ECO-92 E A RIO + 20	92
2.2.1 DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO AO RELATÓRIO BRUNDTLAND	92
2.2.2 O RELATÓRIO BRUNDTLAND	97
2.2.3 A ECO-92, A CONFERÊNCIA DE JOANESBURGO E A RIO+20	106

2.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	111
2.3.1 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA AGENDA 2030	111
2.3.2 ALGUNS <i>INSIGHTS</i> ANTROPOLÓGICOS SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	115
2.3.3 A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO ATUAL ..	123
2.4 O PERCURSO DAS ABORDAGENS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA PELAS NAÇÕES UNIDAS DE 1972 A 2015	127
CAPÍTULO 3: RECONEXÕES E DESCONEXÕES TERRESTRES.....	131
3.1 ANOTAÇÕES DE CAMPO SOBRE TRÊS EVENTOS COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ATUAÇÃO DE GOVERNOS, SOCIEDADE CIVIL, EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	131
3.1.1 OS ODS EM ESPAÇOS DE DEBATE	132
3.1.2 OS “EUROPEAN DEVELOPMENT DAYS”	135
3.2 ASSEMBLEIAS REIMAGINADAS.....	136
3.3 UM MUNDO COMUM?	142
3.4 A GUERRA DE MUNDOS E A GUERRA DE GAIA	148
3.4.1 HUMANOS E TERRANOS.....	153
3.5 RECONEXÕES E DESCONEXÕES TERRESTRES EM NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA.....	156
CONCLUSÃO.....	166
REFERÊNCIAS.....	170

APRESENTAÇÃO

Basta uma mudança de perspectiva para que não pensemos em “recursos naturais” ou numa natureza distante, nem mesmo num meio ambiente que será “ajudado” pela espécie humana; nem num conjunto amorfo e unificador de não humanos que cancela as diferenças que os acompanham. Se, num exercício constante de pensamento e percepção, abolirmos o abismo ontológico que definiu os humanos como não apenas o centro do mundo, mas também como seus proprietários, e objetificou todos os demais seres vivos e o próprio ambiente em que todos eles e nós nos encontramos, muita coisa muda. Para resumir, muito do que era normal passa a ser estranho; muito do que seria impensável passa não apenas a ser totalmente plausível como a estar num horizonte bem próximo. Talvez nem precisemos sair totalmente da perspectiva antropocêntrica, se é que isso seria possível. Uma simples reconexão com o que sempre esteve lá (o ambiente, os não humanos) pode ser suficiente para que mudemos nosso olhar sobre nossas ações. A partir dela, uma manchete como “Trump anuncia saída dos EUA do Acordo de Paris em prol da economia” não seria apenas chocante, mas, provavelmente, impensável; caso o aquecimento global houvesse chegado a se concretizar, já teria cessado tão logo sua origem fosse associada à ação antrópica; não haveria créditos de carbono nem similares; não existiria a expressão “desenvolvimento sustentável”, pois o adjetivo estaria contido implicitamente no interior das ações humanas; e, certamente, não teríamos chegado ao Antropoceno.

É justamente a partir dessa mudança de perspectiva que gostaria de escrever este trabalho. Embora a perspectiva em si não constitua nenhuma novidade para quem está habituado a ter contato com narrativas sobre modos de vida não hegemônicos, ou mesmo com análises que contenham alguma comparação entre um ou mais deles e o nosso próprio (LATOUR, 2009; DESCOLA, 2005; STRATHERN, 2014; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, DE LA CADENA, 2015; KOHN, 2013; KOPENAWA E ALBERT, 2015, dentre incontáveis outros), creio que, a depender de com quem ou para quem estivermos falando, ela possa, com efeito, ter resultados bastante significativos.

Minha familiaridade com o tema que escolhi estudar inicialmente começou em 2014, quando eu trabalhava no Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e fui incluída em um projeto para realizar um levantamento inicial de indicadores nacionais brasileiros relacionados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Já em 2015, quando ingressei no doutorado, tive contato com diversos textos que abordavam a crise ecológica e climática situando e às vezes problematizando o Antropoceno, e também propondo outras abordagens.

Nos dois primeiros anos de doutorado, fui amadurecendo um projeto inicialmente voltado à análise dos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que passou por uma proposta de se estudar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, por uma proposição de ter como objeto documentos das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável e, finalmente, pela proposta que resultou na presente tese.

Considero importante dizer que toda a mudança política ocorrida nesses cinco anos principalmente no Brasil, mas também no cenário internacional, significou uma mudança no contexto da tese e, diante do novo quadro, também do seu significado. Inicialmente, eu havia pensado em trazer uma contribuição da antropologia para abordar documentos das Nações Unidas com os quais trabalhei diretamente durante minha experiência como pesquisadora do IPC-IG. Nas minhas primeiras elaborações de projetos de tese e no início do doutorado, era impensável que um cenário internacional que, apesar de todos os problemas, havia conseguido produzir o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, se deterioraria rapidamente em poucos anos. A saída dos Estados Unidos do Acordo, no início de 2017, e os ataques e ameaças que a democracia brasileira vem sofrendo continuamente desde a interrupção do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, com destaque para a ascensão da extrema-direita ao poder nas eleições de 2018, um revés que também acomete outros diversos lugares do globo, configuraram um enfraquecimento das agendas internacionais progressistas e também no caminho de progresso social, ainda que insuficiente, que o Brasil vinha trilhando desde 2003.

Nesse sentido, o significado pessoal desta tese também se modificou. Se antes eu pretendia contribuir com a ampliação do olhar de instituições internacionais sobre algumas perspectivas adotadas no âmbito das agendas internacionais de desenvolvimento, hoje o quadro geopolítico e o agravamento das percepções da crise ecológica parecem mostrar que a força, se não a própria sobrevivência de acordos e agendas progressistas podem estar (ou, em um futuro próximo, vir a estar) ameaçadas. A emergência da “pós-verdade”, ilustrada pela influência expressiva de notícias falsas nos processos eleitorais de diversos países, e também pela irrupção de movimentos que defendem posições como o negacionismo climático, representa hoje uma ameaça tão concreta que é preciso contextualizar alguns posicionamentos com ponderações que cinco anos atrás seriam menos necessárias.

Também nesses cinco anos, adquiri mais consciência a respeito dos problemas ecológicos e climáticos, que acabei consolidando como área de estudo para a produção da tese. Também cabe dizer que a experiência do doutorado aprofundou muito meu olhar sobre tais temas. Tive a sorte de poder ter contato com leituras muito atuais e que trazem abordagens bastante desafiadoras sobre tais questões, muitas delas sendo disponibilizadas para leitura durante o período do curso, como *A queda do céu* (Davi Kopenawa e Bruce Albert), *Há mundo por vir?* (Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro) e *No tempo das catástrofes* (Isabelle Stengers). A partir do momento em que fui me inteirando mais a respeito da crise ecológica e climática e dos trabalhos nas ciências humanas e sociais sobre ela, procurei, sempre que possível, presenciar conferências e debates sobre o tema, merecendo destaque as apresentações de, novamente, Davi Kopenawa, e também Ailton Krenak, bastante enriquecedores.

Todo esse processo resultou na presente tese, em que tento, a partir de minhas reflexões como estudante de pós-graduação em Antropologia, minhas experiências de trabalho e estudo sobre documentos das Nações Unidas e minhas tentativas de engajamento com as questões abordadas, contribuir para o debate a respeito dos temas em questão.

INTRODUÇÃO

Todos os dias nos deparamos com a presença, relatos e notícias de eventos que demonstram estarmos vivendo uma crise sem precedentes do modo de relação socialmente hegemônico com o meio ambiente e os não humanos.

O aquecimento global, sem dúvida o propulsor mais conhecido desse estado crítico, continua sendo observado em um ritmo cada vez mais preocupante. No mês de julho de 2019, o mais quente já registrado na história, as temperaturas computadas compuseram um aumento de quase 1,2 °C com relação ao período pré-industrial, se aproximando perigosamente do limite de 1,5° C estipulado no Acordo de Paris (CLIMATE ACTION, 2019).

A crise vai muito além das recorrentes observações e medições de temperaturas extremas em diversas partes do mundo, muitas delas atingindo recordes expressivos, algumas até de ineditismo. Assim, “trata-se de mais do que “mudanças climáticas”; trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres etc, em padrões sistematicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema” (HARAWAY, 2017, p. 131).

Para citar apenas eventos relatados mais recentemente, o desaparecimento de dois terços das espécies de passarinhos na França, a classificação dos coalas como espécie em potencial de extinção, a descoberta de lixo em níveis profundos dos oceanos, a cegueira em polvos e lulas em virtude da diminuição do nível de oxigênio na água, a morte de jovens baleias com os corpos cheios de plástico, o vertiginoso extermínio das abelhas, a perda da variabilidade genética de espécies como a banana e o cacau, o desmatamento acelerado das maiores florestas tropicais do mundo (na Amazônia, a ascensão da política de permissão oficial ao desmatamento; na floresta do Bornéu, na Indonésia, o desmatamento crescente colocando em risco as populações de orangotangos para dar lugar às plantações de palma), dentre outros incontáveis exemplos e mencionando apenas acontecimentos da última década relatados em veículos de comunicação de divulgação ampla.

Embora mais recentemente problemas ecológicos e, principalmente, questões relacionadas às mudanças climáticas tenham recebido um espaço inédito tanto em veículos de comunicação como em trabalhos acadêmicos, podemos nos lembrar de textos mais antigos que já refletem preocupações com o tema. Em 1970, convidado por um órgão do governo estadunidense para palestrar a respeito de problemas ecológicos no Havaí, Gregory Bateson foi econômico na extensão, mas de uma precisão cirúrgica nas palavras que escolheu. Ao sumarizar “as ideias que dominam a nossa civilização no tempo presente (que) datam nas suas formas mais virulentas da Revolução Industrial” (BATESON, 1987, trad. minha, p. 499), o autor elaborou a seguinte lista, seguida do comentário também transcrito a seguir:

- a) Somos nós *contra* o meio ambiente.
- b) Somos nós *contra* outros homens.
- c) É o indivíduo (ou o indivíduo companhia, ou o indivíduo nação) que importa.
- d) Nós *podemos* ter controle unilateral sobre o ambiente e precisamos lutar por esse controle.
- e) Nós vivemos em uma “fronteira” infinitamente em expansão.
- f) Determinismo econômico é senso comum.
- g) A tecnologia fará o trabalho para nós (BATESON, 1987, p. 499-500, trad. minha).¹

As afirmações de Bateson soam fortemente atuais mesmo quase 50 anos depois. Seu diagnóstico foi ainda mais taxativo: ele afirmou também que as ideias que havia sumarizado “se provaram *falsas* pelas grandes, mas em última instância destrutivas realizações da nossa tecnologia nos últimos 150 anos” (BATESON, 1987, p. 498). Mencionando a teoria ecológica, concluiu: A criatura que vence o seu meio ambiente destrói a si mesma” (BATESON, 1987, p. 498).²

Em 1958, escrevia Hannah Arendt: “Pode suceder que nós, que somos criaturas ligadas à Terra e nos pusemos a agir como se fôssemos habitantes do

¹ “a) It’s us *against* the environment.

b) It’s us *against* other men.

c) It’s the individual (or the individual company, or the individual nation) that matters.

d) We *can* have unilateral control over the environment and must strive for that control.

e) We live within an infinitely expanding ‘frontier’.

f) Economic deterministic is common sense.

g) Technology will do it for us.”

² “We submit that these ideas are simply proved false by the great but ultimately destructive achievements of our technology in the last 150 years. The creature that wins against its environment destroys itself.”

universo, jamais sejamos capazes de compreender, isto é, de pensar e de falar sobre as coisas que, no entanto, somos capazes de fazer” (ARENDDT, 2014, p. 3-4).

Se a existência do aquecimento global (ou mudança climática) não é mais alvo de controvérsias científicas relevantes, e se o reconhecimento de que cruzamos limites perigosos também tem sido alvo de confirmações científicas há mais de uma década (me remeto a ROCKSTRÖM *et al.*, 2009), o nome a ser dado ao conjunto de acontecimentos que caracterizam esse período de instabilidades é alvo de disputas e discussões entre estudiosos de diversas áreas. As diferenças entre os nomes escolhidos refletem a diversidade das narrativas em questão, principalmente no que diz respeito a quem protagonizaria os problemas, mas também no que se refere às soluções propostas. Além disso, a própria utilização de termos mais corriqueiros também é objeto de refutações e controvérsias, evidenciando a sensibilidade dos temas tratados.³

Bruno Latour enfatiza o esgotamento da separação, estabelecida na modernidade, entre a esfera da vida humana e o meio ambiente, recusando, então, várias nomenclaturas habitualmente utilizadas para fazer referência ao problema.

Se a natureza se tornou o território, não há mais sentido falar em “crise ecológica”, em “problemas ambientais”, em uma “biosfera” a reencontrar, a poupar, a proteger. É muito mais vital, existencial – e também muito mais compreensível porque é muito mais direto” (LATOURE, 2017, p. 18, trad. minha).⁴

Danowski e Viveiros de Castro (2015) falam em crise ambiental, crise planetária e civilizacional, crise climática, crise ecológica, ou simplesmente em crise, por vezes com, mas na maioria das vezes sem aspas. Referem-se, nas suas próprias palavras, à “súbita colisão dos Humanos com a Terra” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 26). Consideram que a ameaça é inédita para a chamada “civilização global”, ou seja, entendem que as proporções do quadro são

³ Assim, por exemplo, Isabelle Stengers (2017) recusa o uso da palavra “crise”, que, no seu entendimento, atribui ao problema um sentido de efemeridade que o tornaria menos sério do que ele é.

⁴ “Si la nature est devenue le territoire, cela n'a plus guère de sens de parler de ‘crise écologique’, de ‘problèmes d'un environnement’, de question de ‘biosphère’ à retrouver, a épargner, à protéger. C'est beaucoup plus vital, existentiel – et aussi beaucoup plus compréhensible parce que c'est beaucoup plus direct.”

enormes, contrariando a interpretação de Stengers a respeito do termo “crise”. Danowski (2017) fala em “crise ambiental” e é ainda mais enfática a respeito da gravidade do momento: “A história humana já conheceu várias crises civilizacionais, mas nossa civilização jamais enfrentou uma crise ambiental como esta que está em curso, e provavelmente não sobreviverá a ela” (DANOWSKI, 2017, p. 127).

Em uma referência recente, uma entrevista conjunta ao antropólogo Nils Bubandt, Bruno Latour, Isabelle Stengers e Anna Tsing (2018), podemos encontrar diversos termos, como “crise ecológica”, “crise ecológica e climática”, “mudança ecológica”, “mudança ecológica dramática”, “mudança climática”, “mudança ecológica e climática”. Hamilton, Bonneuil e Gemenne (2015) utilizam o termo “crise ambiental global”. Latour (2015a, 2015b) fala em “mutação ecológica”.

Encontramos a expressão “crise ecológica” em diversos trabalhos acadêmicos brasileiros nas ciências humanas e sociais, alguns dos quais dialogam significativamente com a presente tese: Suzane de Alencar Vieira (2015), Alyne de Castro Costa (2014), e, como já mencionado, Déborah Danowski e Viveiros de Castro (2015), utilizam a expressão. Em trabalhos internacionais, por exemplo Löwy (2013), Hume e Barry (2015) e Grear (2017) também se referem à expressão em inglês (“ecological crisis”). Em publicações informativas ou entrevistas, fora do âmbito acadêmico, encontramos, também, o uso recente da expressão, como em Viveiros de Castro (2019) e Diniz e Carino (2019). Da mesma forma, publicações internacionais recentes também fazem uso do termo (THE GUARDIAN, 2018).

Se o que a própria crise atual explicita é que vivenciamos um esgotamento da compartimentação da natureza em um domínio apartado do social, falar em uma crise ecológica como algo delimitado e de que, então, outras dimensões estariam protegidas, seria improdutivo, como também aponta Jason Moore, ao enfatizar que o conjunto de relações constitutivas de todas as “dimensões” são igualmente formados por feixes de naturezas humana e não humana (MOORE, 2016).

A dificuldade para encontrar uma palavra adequada para nomear o atual estado de coisas reflete os próprios limites da linguagem (STRATHERN, 1999), que expressam exatamente a característica essencial da cultura ocidental de separar atividades humanas e ambiente em compartimentos ontológicos estanques (LATOUR, 2009).

No entanto, entendo que a expressão “crise ecológica” admite outras interpretações, podendo, então, ser utilizada também para nomear um fundo comum para as narrativas que serão aqui abordadas, um ponto de partida necessário para que as diferentes histórias contadas possam ser expostas. Considero, então, ser válido falar da crise ecológica tendo em vista que não estamos partindo de uma visão em que existe uma dimensão ecológica ou ambiental compartimentada e que não se comunica com as demais, mas sim utilizando a expressão para realçar o conjunto de problemas e os limites de um modelo que caracterizam o estado crítico do planeta conforme atestado por observações contínuas.

Assim, ainda que existam outras possibilidades para caracterizar o tempo atual, quais sejam, “o tempo das catástrofes” (STENGERS, 2015a), uma crise ambiental global (HAMILTON *et al.*, 2015), crise ambiental, ou, mais corretamente, socioambiental, utilizamos aqui a expressão “crise ecológica” devido às razões já mencionadas.

Mais recentemente, a expressão “crise climática” vem sendo crescentemente utilizada por ativistas, veículos de comunicação e organismos internacionais, com o objetivo de chamar atenção para a gravidade do quadro configurado pelo aquecimento global e demais mudanças fortes do clima advindas de ações humanas, algo que o termo “mudança climática” não comporta (REVISTA IHU ONLINE, 2019).

Compartilhando desse entendimento, prefiro o substantivo “crise”, que, na minha interpretação, é mais indicativo de um estado de coisas alarmante, preocupante, problemático, do que o substantivo “mudança”, muito mais neutro.

Entendendo, ainda, que os termos “crise ecológica” e “crise climática” são complementares para caracterizar a turbulência e a gravidade das consequências das interações entre o modo de vida hegemônico e o ambiente e os não humanos, opto, nesta tese, por utilizar a expressão “crise ecológica e climática”.

Dentre os caminhos sugeridos para tentar contornar a crise, há um contraste substancial entre conjuntos de posicionamentos que expressam duas visões de mundo conflitantes: uma, a que engloba os pontos de vista que creem no projeto modernizador, cujos fundamentos estão bem sintetizados por Bateson algumas

páginas acima (BATESON, 1987); a outra, a que abarca as proposições que entendem que só haverá possibilidade de sobrevivência caso esses fundamentos sejam transformados. Ainda que ambas as visões possam se mesclar em alguns posicionamentos mais nuançados, o contraste ajuda inclusive a perceber que esses posicionamentos são complexos e, por vezes, contraditórios.

O que se entende aqui por modernização? A palavra, como nos lembra Latour (2009), tem uma relação intrínseca com uma temporalidade linear, progressiva; a ideia de um devir para com o que deve ser ultrapassado, o percurso de um caminho único por diferentes coletivos. Logo, o comprometimento com um certo projeto de mundo, ancorado na maximização das forças produtivas com ênfase no desenvolvimento tecnológico. A modernização é definida de forma aparentemente técnica, superficialmente apolítica, daí a sua universalização pressuposta. Os ganhos sociais são uma espécie de efeito colateral, um resíduo, ainda que positivo e desejável, do processo de desenvolvimento econômico.

Esse empreendimento é baseado numa visão de conhecimento plenamente objetivo sobre o mundo, cujas bases foram teorizadas por Weber (2005). Assim, como sabemos, tal visão, que possibilitou os pilares para a solidificação da ciência como regime de verdade (FOUCAULT, 2010), é pressuposto dos discursos que ancoram o desenvolvimento social no econômico e este na ciência e na tecnologia. A partir dos anos 1960, o discurso da preservação ambiental ganha espaço progressivo nas arenas de discussão e nas agendas das organizações internacionais, chegando, mais recentemente, a se constituir como pauta obrigatória.

No entanto, o espaço que vem sendo dado a propostas como a da Meia-Terra (WILSON, 2016)⁵ parece mostrar que, ao se caminhar em busca da oficialização da defesa do seu contrário, a modernização encontrou, também entre preservacionistas, ao menos a sua caracterização como inexorável. Assim, de acordo com a proposta, se metade da Terra deve ser protegida dos humanos, à outra metade parece estar permitida uma modernização sem quaisquer amarras.

⁵ A chamada proposta da Meia-Terra é de que se resguardem 50% da Terra da presença humana para garantir as possibilidades futuras para a vida no planeta (WILSON, 2016).

Embora o terreno aqui seja incerto, é possível aventarmos a possibilidade de essa proposta significar a oficialização da impossibilidade da junção entre o discurso hegemônico do desenvolvimento e a preservação ambiental, uma junção expressa, inclusive, no advento dos discursos de desenvolvimento sustentável. No decorrer do processo proposto para o desenvolvimento, o meio ambiente será incorporado *a posteriori*, sendo o termo “desenvolvimento sustentável” a expressão mais emblemática da tentativa de se conciliar a modernização com as “questões ambientais”. O meio ambiente surge assim como “mais uma variável dentro do planejamento político do desenvolvimento” (MENDES, 2015, p. 227). Não obstante, o reconhecimento cada vez mais consensual entre os cientistas da mudança climática antropogênica, aliado a eventos como o acordo de Paris, em que Estados reconhecem e se comprometem a reduzir suas emissões de carbono, parece impor um limite mais significativo às persistentes tentativas de conciliação dos polos “desenvolvimento- uso intensivo dos recursos naturais” x “preservação ambiental”. Se essa leitura estiver correta, então, a subordinação da “questão ambiental” à econômica, embutida na ““fronteira” infinitamente em expansão” de Bateson (ver trecho citado anteriormente), ou na aposta acrítica nos fundamentos da modernização, poderia estar se esgotando. Assim, a exigência seria de que nós pretendêssemos, agora, romper com esse modelo, buscando

not to escape from the crisis of the Holocene into a world made indefinitely “sustainable” and thereby liberated from geohistory, but something more demanding and more serious: to live within the crisis, and to struggle to influence its course by working for the survival of complex, pluralistic ecosystems (DAVIES, 2016, p.194).

Podemos, mais uma vez, nos referir à “fronteira infinitamente em expansão” mencionada por Bateson para refinarmos nossa percepção teórica a respeito do projeto de modernização. Retomando a temporalidade linear e a primazia da técnica aliada à pretensão apolítica da modernização, percebemos a modernização como uma fronteira, uma frente, que varre tudo o que encontra:

(...) esta ideia de um *front* sempre adiado e renovado da Ciência é o que permite definir dois termos particularmente obscuros: “modernidade” e “modernização”. É moderno quem foge de um passado em que a verdade dos feitos e as ilusões dos valores se misturam de um modo inextricável; é moderno quem pensa que, em um futuro próximo, a Ciência finalmente vai se apartar, de forma completa, da confusão arcaica com o mundo da política, dos sentimentos, das emoções, das paixões. **O moderno, o**

modernizador, é, portanto, aquele que sempre está fugindo em direção a um futuro radiante, que só é possível capturar quando em contraste com um passado odioso (LATOURE, 2016, p. 111-112, grifos meus).

“No grito de guerra “Modernizem-se!”, não há outro conteúdo senão este: toda resistência à mundialização será desde o início golpeada pela ilegitimidade. Não se negocia com os que querem ficar para trás. Os que se abrigam do outro lado da irreversível frente de modernização serão de saída desqualificados. Eles não são apenas vencidos, são também irracionais. *Vae victis!*” (LATOURE, 2017, p. 25, trad. minha).⁶

Para Latour, a novidade trazida pela presente crise seria a dificuldade cada vez maior de se sustentar esse modelo. “O projeto de modernização se tornou impossível. Não há Terra suficiente para o seu ideal de progresso, emancipação e desenvolvimento” (LATOURE, 2017, p. 27, trad. minha). Em outras palavras, não é mais possível viver na “fronteira infinitamente em expansão”. Além disso, a crise ecológica e climática também pode auxiliar a tornar mais evidentes problemas até então considerados exclusivamente sociais, como a pobreza e a desigualdade. Ao mesmo tempo, pode ajudar a lembrar que, apesar das diferenças de modos de estar no mundo e das enormes desigualdades socioeconômicas que também geram responsabilidades bastante desiguais sobre o estado ambiental crítico atual, todos habitam o mesmo planeta.

Encontrando diversas narrativas para a crise ecológica e climática, seleciono algumas delas buscando refletir sobre suas conexões com a frente de modernização, e sobre eventuais críticas a alguns elementos desse projeto. Nesse sentido, são de especial interesse aqui questões relativas à forma pela qual se abordam: a diversidade dos modos de estar no mundo, qual é a relação da dimensão econômica com as questões consideradas puramente “sociais” e “ambientais” e o papel que se pensa para a tecnologia.

Os dois primeiros capítulos focam em descrições e análises das narrativas. O primeiro enumera diferentes abordagens da crise, construídas a partir da ideia de Antropoceno, seja em consonância com ou, em diferentes graus, críticas a ela. O segundo traz reflexões sobre documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) centrados na temática do desenvolvimento sustentável, e que foram ou são

⁶ “Au cri de guerre ‘Modernisez-vous!’, il n’y a pas d’autre contenu que celui-ci: toute résistance à la mondialisation sera d’emblée frappée d’illégitimité. On n’a pas à négocier avec ceux qui veulent rester en arrière. Ceux qui s’abritent de l’autre côté de l’irréversible front de modernisation seront d’avance disqualifiés. Ils ne sont pas seulement vaincus, ils sont aussi irrationnels. *Vae victis!*”

bases de referência para diversos desdobramentos, desde aqueles relacionados às primeiras conferências internacionais sobre as relações entre as populações humanas e o meio ambiente até a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotada em 2015.

No terceiro e último capítulo, são feitas considerações sobre as linhas de conflito (re)desenhadas a partir do reconhecimento mais recente da crise ecológica e climática representado pela difusão do Antropoceno. Considerando que a crise impele que se reflita sobre o mundo comum, também são levadas em conta as composições, atuações e limites de arenas decisórias como o Estado-nação e organizações multilaterais, ensejando considerações a respeito de temas como representatividade, conflitos ontológicos e potenciais disputas relacionadas à configuração geopolítica atual e também às soluções sugeridas nas diferentes narrativas abordadas.

CAPÍTULO 1

NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA A PARTIR DA PROPOSIÇÃO DO ANTROPOCENO

As fortes consequências ecológicas e geológicas de determinadas ações no planeta Terra nos últimos séculos levaram à elaboração de uma narrativa enfatizando o entrelaçamento de acontecimentos geo-naturais e sociais, fazendo surgir o conceito de “Antropoceno”. Por sua vez, o estabelecimento do Antropoceno como narrativa oficial e hegemônica estimulou o surgimento de outras narrativas, que, como se verá mais adiante, desconstruíram a ideia de uma humanidade unificada como protagonista da crise implícita à primeira. Não obstante, conscientes da repercussão única que o “Antropoceno” recebe, quando comparado a outras narrativas, muitos autores dos campos das ciências humanas e sociais optaram por utilizá-lo, ainda que de maneira crítica. Neste capítulo, apresentaremos, inicialmente, as narrativas mais comumente encontradas no universo acadêmico das ciências humanas e sociais para descrever a crise ecológica e climática.

Com o termo “narrativa”, pretendo me referir à acepção apresentada por Bonneuil (2015), que, conforme descrito pelo autor:

- Faz atribuições de valor ao estado de coisas tanto no início como no final da história contada;
- Define um certo foco e enquadramento que realçam determinados atores e fenômenos, em detrimento de outros, que são colocados à sombra;
- Analogamente, apresenta o tempo de forma sequencial, realçando certos períodos e pontos de virada;
- O conjunto desses elementos forma “uma dramaturgia com fatores causais implícitos ou explícitos, com lições morais implícitas ou explícitas” (BONNEUIL, 2015, p. 18).

Assim, como propõe o autor, desde o primeiro momento em que há referências significativas ao Antropoceno, temos narrativas a respeito das questões abordadas, elaboradas por pessoas de diversas áreas e atuações e descrevendo de

maneiras diversas o caminho pelo qual nós, humanos, teríamos chegado ao presente estado de coisas:

If nations, races and classes have for a long time been the objects of countless narratives, the Anthropocene has become (...) the object of various “geo-histories”, to use the term coined by Latour (2013). Anthropocene science is much more than just stories, but it is stories too. The very first Anthropocene papers from Paul Crutzen in 2000 and 2002 contained also a narrative about how “we”, “humanity”, got here. (...) Following natural scientists’ pioneering narratives, historians, philosophers, social scientists, journalists, politicians, think-thanks and activists have woven stories of the Anthropocene. Each tells a tale of “how we got there”, containing (in the double sense of the word, allowing and framing) a narrative about the future, about the actors, issues and solutions are most relevant (BONNEUIL, 2015, p. 18).

Inicialmente, contextualizarei a emergência do Antropoceno no âmbito da comunidade científica e, mais especificamente, na União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS – International Union of Geological Sciences). Em seguida, nas sessões 1.2, 1.3 e 1.4, apresento três das abordagens mais referenciadas nas ciências humanas e sociais: O Antropoceno, o Capitaloceno e a “intrusão de Gaia”. Sequencialmente, na seção 1.5, serão apresentadas, de forma mais sintetizada, outras narrativas da crise. Posteriormente, na seção 1.6, serão abordadas algumas narrativas indígenas, contribuindo com uma visão não proveniente da matriz de pensamento euro-americana (STRATHERN, 2006). Finalmente, na última seção, apresentarei um panorama comparativo das narrativas enumeradas ao longo do capítulo.

Consciente de que a abrangência e quantidade de trabalhos referentes aos temas abordados transcendem largamente os limites desta tese, foco minha abordagem em trabalhos que tenham gerado repercussão significativa e/ou que apresentem perspectivas que, pela sua originalidade, auxiliem nos objetivos e reflexões aqui pretendidos.

1.1 ANTROPOCENO

1.1.1 A emergência do conceito nas ciências naturais

O termo “Antropoceno” apareceu, em um artigo de maior difusão, no trabalho de Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000),⁷ um pequeno texto no boletim do International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP) em 2000. Enumerando os principais impactos da atividade humana sobre o planeta nos últimos séculos, os autores propõem a adoção do nome “Antropoceno” para designar a época geológica atual, dando assim ênfase para a agência humana sobre a ecologia e a geologia. No artigo, há referências a considerações de autores bem mais antigos sobre a potência das atividades humanas, alguns inclusive já falando em uma “era antropozóica” (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17). Em seguida, Crutzen e Stoermer ressaltam a “expansão da atividade humana nos últimos três séculos, “tanto em números como em exploração *per capita* dos recursos da Terra” (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17). São enumerados vários exemplos de impacto sobre o meio ambiente, incluindo, dentre outros, o esgotamento dos combustíveis fósseis, a decuplicação da taxa de extinção nas florestas equatoriais, o aumento substancial de emissões de dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄) na atmosfera, a perda de metade dos manguezais do planeta e o uso de mais de metade da água potável acessível pelos humanos. A proposição do Antropoceno vem em seguida:

Considering these and many other major and still growing impacts of human activities on earth and atmosphere, and at all, including global, scales, it seems to us more than appropriate to emphasize the central role of mankind in geology and ecology by proposing to use the term “anthropocene” for the current geological epoch. The impacts of current human activities will continue over long periods. According to a study by Berger and Loutre (...), because of the anthropogenic emissions of CO₂, climate may depart significantly from natural behaviour over the next 50,000 years (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17).

⁷ Há registros de que Crutzen teria utilizado o termo em uma fala em uma conferência em 2000. Steffen *et al.* (2011) afirmam que Stoermer já havia utilizado o termo nos anos 1980. Outras referências também apontam para o uso do termo por Andrew Revkin nos anos 1990.

Os autores afirmam que qualquer proposição de um marco exato para o início dessa era soa arbitrária em algum grau; eles sugerem a demarcação do período a partir do final do século XVIII, justificando sua escolha com base na observação de que é quando “os efeitos globais das atividades humanas” se tornaram mais perceptíveis (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17). Os efeitos descritos no artigo são o aumento na concentração dos gases do efeito-estufa percebido a partir de sedimentos de geleiras e as grandes mudanças verificadas nas assembleias bióticas. Também há uma menção ao fato de o marco coincidir com a invenção do motor a vapor por James Watt em 1784, conectando assim o advento do Antropoceno e a Revolução Industrial.

O texto é concluído com a afirmação de que, se “continuar saqueando os recursos da Terra com tecnologias ainda parcialmente primitivas” (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 18), a humanidade permanecerá “uma força geológica maior por muitos milênios, talvez milhões de anos” (idem). Há, ainda, uma exaltação de um potencial papel da comunidade científica para “guiar” a humanidade em direção a uma gestão sustentável:

To develop a world-wide accepted strategy leading to sustainability of ecosystems against human induced stresses will be one of the great future tasks of mankind, requiring intensive research efforts and wise application of the knowledge thus acquired in the noosphere, better known as knowledge or information society. An exciting, but also difficult and daunting task lies ahead of the global research and engineering community to guide mankind towards global, sustainable, environmental management (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 18).

Os autores, assim, evidenciam uma leitura que atribui à tecnologia e aos cientistas naturais um papel messiânico para solucionar a crise. Não fica claro se esse papel residiria em usar o acesso privilegiado que tal comunidade tem ao conhecimento científico para informar as sociedades a respeito dos riscos inerentes aos impactos causados pela atividade humana e da necessidade de mudar modos de vida com alto impacto ambiental, se ele consistiria em uma concentração de esforços para desenvolver tecnologias supostamente capazes de evitar/ combater o impacto, ou em ambos.

Em 2002, Crutzen publica na *Nature* o artigo “Geology of mankind”, em que retoma a ideia da humanidade como força geológica citando novamente estatísticas

globais a respeito do crescimento populacional e impactos ambientais. Note-se que o fato de Crutzen afirmar que “até o momento, (os efeitos que cita para caracterizar o Antropoceno) foram majoritariamente causados por apenas 25% da população mundial (CRUTZEN, 2002)” não o leva, a, em nenhum momento ao longo do texto, deixar de lado os substantivos generalizantes “*mankind*” ou “*humans*”.

O autor se refere novamente ao papel que antevê para cientistas e engenheiros, agora mais explicitado:

Unless there is a global catastrophe — a meteorite impact, a world war or a pandemic — mankind will remain a major environmental force for many millennia. A daunting task lies ahead for scientists and engineers to guide society towards environmentally sustainable management during the era of the Anthropocene. This will require appropriate human behaviour at all scales, and may well involve internationally accepted, large-scale geo-engineering projects, for instance to 'optimize' climate. At this stage, however, we are still largely treading on *terra incognita* (CRUTZEN, 2002).

Dentro do “comportamento humano ambiental apropriado em todas as escalas” mencionado pelo autor, nota-se a referência a projetos de geo-engenharia, um “conjunto de técnicas destinadas a manipular o clima à escala global, pela emissão de aerossóis sulfurosos na atmosfera, de ferro nos oceanos, de satélites-espelhos ao redor da Terra etc.” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016, p. 99, trad. minha). Em um artigo de 2011 escrito em coautoria com Paul Crutzen e mais dois pesquisadores, o químico Will Steffen dedica três de nove páginas a discutir o desenvolvimento e a utilização potencial da geo-engenharia para frear o aquecimento global. Após mencionarem que a área passou do status de tabu para o de pesquisa científica séria nos últimos anos, os autores discorrem sobre o mais conhecido exemplo preconizado pela área: o aumento da concentração de partículas de sulfato na atmosfera para resfriar o planeta, minimizando as mudanças climáticas antropogênicas. A seguir, os autores elencam danos previstos caso a prática seja implementada: doenças respiratórias, causando mortes prematuras; chuvas ácidas com sérias consequências ambientais; efeitos negativos na recuperação do buraco da camada de ozônio; acidificação dos oceanos; interferência no ciclo global hidrológico.

Apesar de advertir sobre tais impactos, o texto não descarta a utilização da geoengenharia como possível instrumento para remediar o aquecimento global.

Assim, os autores afirmam que seus custos e benefícios deixam formuladores de políticas em um “dilema”, porque “reduções de emissão de dióxido de enxofre, e também da maior parte dos aerossóis orgânicos, por considerações ecológicas e de saúde, contribuem para o aquecimento global e consequências negativas associadas, como o aumento do nível do mar” (STEFFEN *et al.*, 2011, p. 858, trad. minha).

Diante de todos os efeitos negativos mencionados pelos próprios autores (vale dizer que esses são os efeitos previsíveis, restando um potencial de consequências desconhecidas), parece temerário afirmar que haveria um dilema com relação à utilização da técnica mencionada. No final do trecho em questão, os autores são mais cautelosos e fazem considerações importantes sobre os usos da geoengenharia, incluindo as consequências não previstas:

There is no doubt that, if geo-engineering is to play a significant role in preventing the climate system to warm beyond the ‘2°C guardrail’ [106], much more scientific research is required. Even more importantly, legal, ethical and societal issues, not to mention the challenges of global governance described earlier, will need to be thoroughly explored and solved before deliberate human modification of the climate system can be undertaken. Building trust among international political leaders of many different cultures and perspectives, and with the general public, would be required to make any large-scale climate modification acceptable, even if it would appear scientifically advantageous. Ultimately, the near inevitability of unforeseen consequences should give humanity pause for serious reflection before embarking on any geo-engineering approaches (STEFFEN *et al.*, 2011, p. 859).

Como pode ser visto a partir da leitura desse trecho, tais considerações não são, no entanto, em nenhum momento, evocadas como empecilhos intransponíveis para a realização do projeto, mas sim como condições a serem cumpridas caso seja posto em prática.

1.1.1.1 A Grande Aceleração e as origens do Antropoceno geológico

A partir de uma compilação de dados a respeito de impactos da atividade humana global sobre os ecossistemas e a atmosfera, cientistas do IGBP observaram que a velocidade do crescimento desses impactos se intensificou significativamente após meados do século XX. A proposição de que o Antropoceno teria começado por

volta de 1950 foi ganhando força e, como aponta Ellis (2018), em 2005, cunhou-se o termo “Grande Aceleração”, em referência à “Grande Transformação” (POLANYI, 2000).

Ellis (2018) aponta que a perspectiva de que a grande aceleração constitua o marco para o início do Antropoceno foi se convertendo na versão preferida pela maioria dos estudiosos do tema, substituindo assim a proposição inicial de Crutzen e Stoermer (2000) de situar a era a partir da Revolução Industrial.

Quando se define uma nova fase dentro da escala de tempo geológico, é procedimento padrão que seja adotado um marco para o início da fase em questão. Existem dois tipos de marcos: o GSSP (Global Boundary Stratotype Section and Point), mais utilizado, e o GSSA (Global Standard Stratigraphic Age). Assim, há alguns anos, pesquisadores vêm debatendo, juntamente com a questão do reconhecimento do Antropoceno como era geológica oficial, também a respeito do possível GSSP ou GSSA para marco do início da fase geológica.

Fazendo uma revisão a respeito de potenciais GSSPs, os geógrafos Simon Lewis e Mark Maslin definem como melhores candidatos os marcadores referentes aos anos de 1610 e 1964. O primeiro, relacionado ao “encontro das populações humanas do Velho e do Novo Mundo, incluindo a homogeneização sem precedentes da biota da Terra” (LEWIS; MASLIN, 2015, p. 175). A data de 1610 corresponde ao valor mais baixo estimado para a concentração de dióxido de carbono na atmosfera nos últimos 2000 anos (LEWIS; MASLIN, 2015). De acordo com os autores, a causa mais provável para essa queda seria o declínio populacional nas Américas a partir do início da colonização europeia em 1492.

A outra data sugerida, 1964, se refere ao pico de carbono 14 alcançado em virtude dos testes nucleares praticados a partir de 1945. Os autores mencionam uma preferência pela data mais antiga, 1610, pelo fato de ela refletir “o movimento transoceânico de espécies, uma mudança clara e permanente no sistema Terra” (LEWIS; MASLIN, 2015, p. 177). Também mencionam que o marco escolhido para o início do Antropoceno afeta a maneira pela qual as pessoas percebem as ações humanas no meio ambiente e a forma pela qual constroem histórias a respeito do desenvolvimento das sociedades humanas.

Em 2009, havia sido criado o Grupo de Trabalho do Antropoceno (em inglês, Anthropocene Working Group- AWG) dentro da Subcomissão de Estratigrafia do Quaternário da Comissão Internacional de Estratigrafia da União Internacional de Ciências Geológicas (SQS, 2018; UNIVERSITY OF LEICESTER, 2016).

De acordo com um dos membros do Anthropocene Working Group, o geógrafo Erle Ellis (ELLIS, 2018), em uma publicação de 2016 (WATERS *et al.*, 2016), os membros do AWG rejeitaram a sugestão de Lewis e Maslin referente a 1610 “por razões de tamanho relativo do sinal e dificuldades na correlação global” (ELLIS, 2018, p. 146). Os autores também rejeitaram diversos outros potenciais sinais que poderiam constituir marcos para o Antropoceno. Como detalha Ellis, “extinções, desmatamento, domesticação, invasão de espécies, agricultura, cultivo de arroz, solos antropogênicos e até a Revolução Industrial foram examinados e rejeitados como muito diacrônicos para refletir um golden spike⁸ para a nova época proposta para a Escala do Tempo Geológico” (ELLIS, 2018, p. 145, trad. minha).

No Congresso Geológico Internacional realizado em 2016, o AWG sugeriu que o Antropoceno fosse considerado uma nova era geológica. A sugestão foi possível a partir de uma votação no grupo em que, dentre 35 participantes:⁹

- Com relação à pergunta “*Is the Anthropocene stratigraphically real?*”, 34 participantes responderam afirmativamente e 1 se absteve;

⁸ Expressão utilizada para caracterizar o marco do limite entre dois tempos geológicos.

⁹ Informações obtidas em University of Leicester, 2016. Os outros detalhamentos da votação estão descritos a seguir: “*Hierarchical level of the Anthropocene?* Era: 2, Period: 1.5, **Epoch: 20.5**, Sub-epoch: 1, Age: 2, Sub-age: 0, None: 1, Uncertain: 3, Abstain: 4

Base/beginning of the Anthropocene? ~7ka: 0, ~3ka: 1.3, 1610 Orbis: 0, ~1800: 0, ~1950: **28.3**, ~1964: 1.3, Diachronous: 4, Uncertain: 0, Abstain: 0

GSSA .v. GSSP? **GSSP: 25.5**, GSSA: 1.5, Uncertain: 8

What is the Primary Signal? aluminium: 0, plastic: 3, fuel ash particles: 2, carbon dioxide concentration: 3, methane concentration: 0, carbon isotope change: 2, oxygen isotope change: 0, radiocarbon bomb spike: 4, **Plutonium fallout: 10**, Nitrate concentration / nitrogen isotope change: 0, Biostratigraphic: extinction/ assemblage change: 0, Other (lead, persistent organic pollutants, technofossils): 3, Uncertain: 2, Abstain: 6” (UNIVERSITY OF LEICESTER, 2016). Sobre as siglas GSSA e GSSP: “The Anthropocene beginning might conceivably be defined by a Global Standard Stratigraphic Age (GSSA), *i.e.*, a numerical age that can be expressed as a calendar date such as 1945. Or more, conventionally it could be defined by a Global boundary Stratotype Section and Point (GSSP), which is more colloquially a ‘golden spike’, and is a physical reference point in strata at one carefully selected place. Majority opinion on the AWG is to seek and choose a candidate GSSP, as this is the most familiar and widely accepted method of defining geological time units” (UNIVERSITY OF LEICESTER, 2016).

- Sobre a pergunta “*Should the Anthropocene be formalised?*”, 30 participantes responderam afirmativamente, 3 negativamente e 2 se abstiveram;

De acordo com o procedimento padrão, a recomendação é estudada em um período de cerca de dois anos e precisa ser aprovada em mais três rodadas de votação. Cabe ao Comitê Executivo da União Internacional de Ciências Geológicas formular a decisão final (ISA, 2016).

Erle Ellis ressalta o apoio expressivo dentro do AWG à proposição de se adotar o termo formalmente, mas menciona que esse entendimento não é tão dominante na comunidade de geólogos. Nesta, a proposta de formalização do Antropoceno encontra simultaneamente apoios e críticas, dentre as quais a mais comum diz respeito à necessidade e utilidade do novo conceito.

Ellis também destaca que o Anthropocene Working Group continua trabalhando em busca de potenciais GSSPs para definir o início da fase. Menciona ainda que, provavelmente, haverá uma proposta formal para um indicador para o início do Antropoceno antes do próximo Congresso Internacional de Geologia, a ser realizado em 2020, na Índia (ELLIS, 2018).

Mesmo que a adoção oficial do termo pela International Union of Geological Sciences ainda esteja em processo de deliberação, é impossível deixar de notar que a sua proposição dentro da organização tem implicações inéditas. O reconhecimento oficial (já expresso pela quase unanimidade da resposta positiva à pergunta a respeito da realidade cientificamente observada do Antropoceno) da importância geofísica dos impactos das atividades humanas pela IUGS tem um significado de dimensões difíceis de precisar. Trata-se, sem dúvida, de um marco para o reordenamento de uma série de abordagens oriundas da concepção ocidental dominante que separa humanos e natureza em domínios ontológicos distintos no que diz respeito às relações de causa e efeito. Independentemente de quando (se é que é possível precisar) deveria ser estabelecido de fato o marco do “descobrimento” de um forte nexos causal entre o modo de vida centrado na

utilização intensiva dos recursos¹⁰ e mudanças no modo de funcionamento do “domínio” natural, o que pretendo ressaltar aqui é a importância de admitir oficialmente esse vínculo. Essa admissão ocorre, sem sombra de dúvida, quando a IUGC reconhece a existência do Antropoceno. Esse reconhecimento, certamente, contribui para estimular a aceitação crescente, por parte do público mais amplo, da relação causal entre atividades humanas e mudanças profundas nas configurações do ambiente natural.¹¹

1.1.1.2 As Fronteiras Planetárias

Em 2009, Crutzen, Steffen, juntamente com o estudioso da sustentabilidade Johan Rockström e mais 26 autores publicam o artigo “Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009), em que identificam nove fronteiras planetárias que constituiriam uma primeira tentativa de enumerar “pré-condições planetárias não negociáveis” (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009, p. 2, trad. minha) que devem ser respeitados pela humanidade “para evitar o risco de mudança ambiental prejudicial ou até catastrófica em escalas continental ou global” (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009, *idem*). Mudanças para além dessas fronteiras se relacionam “aos riscos enfrentados pela humanidade na transição do planeta do Holoceno para o Antropoceno” (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009, *idem*).

As nove fronteiras identificadas inicialmente são: mudança climática, acidificação dos oceanos, ozônio estratosférico, ciclos biogeoquímicos do nitrogênio e do fósforo, uso global de água doce, uso de terras, taxa de perda da diversidade

¹⁰ É claro que essa expressão engloba o modo de vida capitalista, mas não se resume a ele por caracterizar também o modelo de desenvolvimento adotado no sistema socialista da antiga União Soviética no que se refere à abordagem dos “recursos naturais”.

¹¹ Tal movimento é, infelizmente, acompanhado da ascensão do negacionismo climático, por meio da promoção de uma falsa controvérsia sobre o aquecimento global, que, como lembra Latour, vem sendo fomentada há algumas décadas por certos setores políticos e econômicos, notadamente nos EUA (LATOURE, 2017). Nos últimos anos, com a ascensão da extrema-direita ao poder em diversos países, o negacionismo climático vem encontrando adeptos entre o grande público e entre chefes de estado.

Não obstante, apesar desse movimento que nega a própria existência da mudança climática ter conquistado espaços, inclusive governamentais, em países como Brasil e Estados Unidos, é inegável a existência de um movimento contínuo de conscientização com relação às questões ambientais de maneira geral, e, particularmente, à questão das mudanças climáticas.

biológica, poluição química e concentração de partículas de aerossol na atmosfera. Os autores estimaram valores limite considerados seguros para as sete primeiras, tendo observado que três delas já haviam sido transgredidas: a mudança climática, a taxa da perda de biodiversidade e o ciclo biogeoquímico do nitrogênio. O diagrama a seguir ilustra as nove fronteiras propostas em 2009:

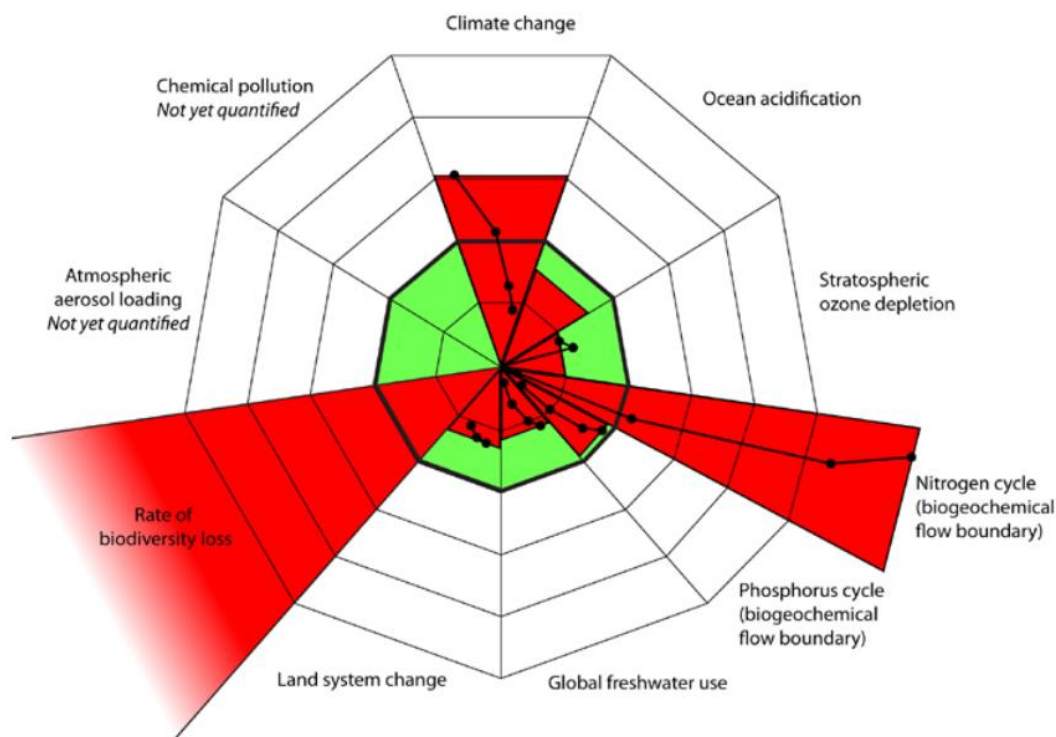


Figura 1 - Fronteiras Planetárias propostas por Rockström *et al.* (2009)

Fonte: ROCKSTRÖM *et al.*, 2009.

Os valores da poluição química e concentração de partículas de aerossol na atmosfera não haviam sido mensurados e, portanto, não aparecem no diagrama. Como podemos observar, os espaços vermelhos que ultrapassam os limites das áreas preenchidas em verde (que representam os limites seguros estabelecidos pelos autores) representam as fronteiras então já ultrapassadas. Os pontos representam a trajetória percorrida por cada variável desde 1950.

Observamos que o ciclo de nitrogênio e a mudança climática (mensurada pela concentração de CO₂ na atmosfera) haviam ultrapassado em proporção significativa os limite estabelecidos, ao passo que a taxa da perda de biodiversidade havia

transposto o limite considerado seguro em tal magnitude que excede o espaço disponível no diagrama (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009).

Em 2015, os autores apresentaram uma versão mais atualizada das fronteiras. Nela, a poluição atmosférica e a taxa de perda de biodiversidade são substituídas, respectivamente, pela “introdução de novas entidades” e pela “integridade da biosfera”. Esta é subdividida entre a diversidade genética e a “diversidade funcional”. As novas entidades¹² englobam poluentes orgânicos sintéticos, material radioativo, nanomateriais, microplásticos, e também organismos geneticamente modificados (OGM) (ANTHROPOCENE.INFO, s. d.), bem como elementos que ocorrem na natureza e são mobilizados pelas atividades humanas, como os metais pesados (ROCKSTRÖM *et al.*, 2015).

A nova versão pode ser visualizada no diagrama a seguir:

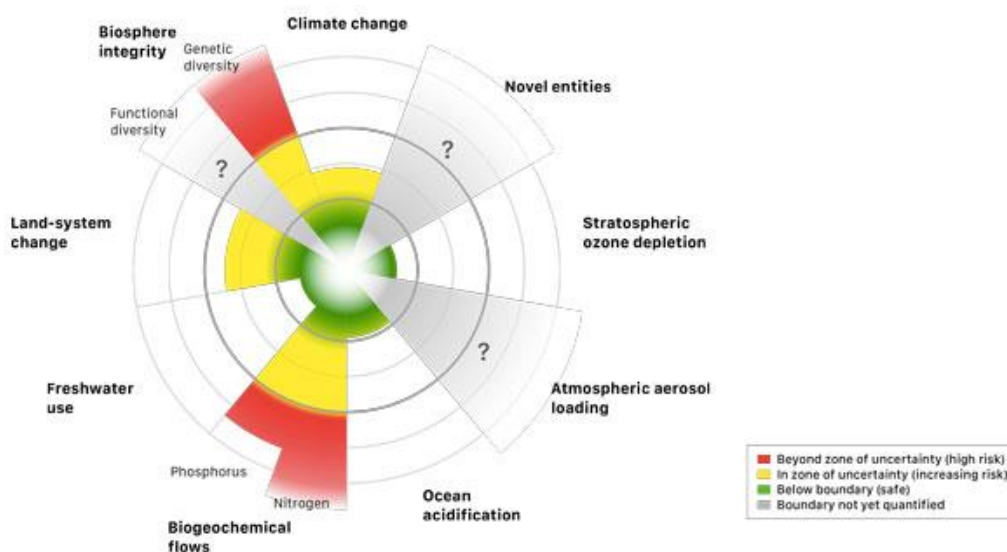


Figura 2 - Fronteiras Planetárias propostas por Rockström et al. (2015)

Fonte: ROCKSTRÖM *et al.*, 2015.

¹² De acordo com Rockström *et al.* (2015), “a introdução antropogênica de novas entidades para o meio ambiente é de preocupação em nível global quando tais entidades exibem: (i) persistência, (ii) mobilidade atravessando escalas com consequentes distribuições abrangentes, e (iii) impactos potenciais nos processos ou subsistemas vitais do sistema Terra” (ROCKSTRÖM *et al.*, 2015, p. 7, trad. minha). Os autores também afirmam que “a humanidade está repetidamente executando esses experimentos de escala global, mas não aplica os insights da experiência anterior a novos projetos (ROCKSTRÖM *et al.*, 2015, p. 7, trad. minha).

As fronteiras são delimitadas pelo círculo menor. Assim, se a fronteira não foi ultrapassada, ela estará preenchida somente com a cor verde; se ela foi ultrapassada haverá também preenchimento com a cor amarela (que marca a “zona de incerteza”, uma inovação com relação ao diagramado artigo anterior); e, caso tenha sido ultrapassada para além da zona de incerteza, com a cor vermelha.

De acordo com os autores, as fronteiras planetárias não devem ser interpretadas como domínios separados, mas sim como dimensões que apresentam diversas interações. Tais interações são mencionadas em ambos os artigos citados. A Terra é abordada como “um sistema único, complexo e integrado” (ROCKSTRÖM *et al.*, 2015, p. 8, trad. minha). No artigo mais recente, de 2015, os autores estabelecem uma hierarquia entre as nove fronteiras. A integridade da biosfera e a mudança climática são consideradas fronteiras fundamentais, através das quais os demais limites propostos operam. O atravessamento de uma das duas primeiras fronteiras pode levar a mudanças tão dramáticas a ponto de constituir “um novo estado do sistema Terra” (ROCKSTRÖM *et al.*, 2015, *idem*). Rompimentos em uma ou mais das outras sete poderiam “afetar seriamente o bem-estar humano e predispor a transgressão de uma fronteira fundamental” (ROCKSTRÖM *et al.*, 2015, *idem*).

As conexões podem ser exemplificadas pelo fato de a mudança climática afetar o sistema energético da superfície terrestre, relacionado à circulação do oceano e do ar atmosférico, compondo assim características físicas básicas do Sistema Terra, que são determinantes para a distribuição, estrutura e funcionamento da biota e dos ecossistemas, componentes da integridade da biosfera. Tais componentes, por sua vez, também cumprem um papel regulador dos fluxos materiais e energéticos do Sistema Terra (ROCKSTRÖM *et al.*, 2015).

A Figura 3 retrata a distribuição de três fronteiras em mapas-múndi (o fósforo e o nitrogênio constituem uma única fronteira, mas são mensurados separadamente):

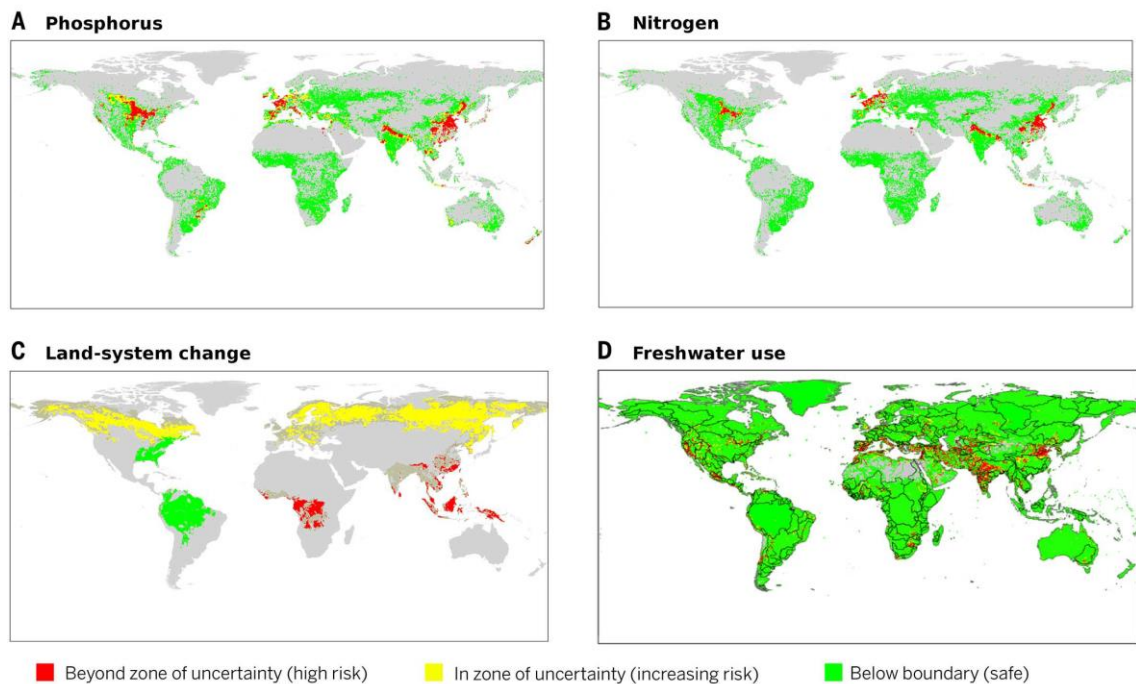


Figura 3 - Distribuição espacial de três fronteiras planetárias segundo Rockström et al. (2015)

Fonte: ROCKSTRÖM *et al.*, 2015.

A abordagem das fronteiras planetárias vem sendo utilizada em trabalhos diversos, de diferentes áreas de pesquisa e reflexão, já que constitui uma tentativa de se estabelecer limites biogeofísicos para intervenções humanas sobre a Terra, visando estabelecer e preservar garantias contra mudanças drásticas e irreversíveis, com o intuito de garantir as condições de vida e de atuação da população humana no planeta.

Em um artigo publicado em 2018, Will Steffen e Johan Rockström trabalham com a ideia de um limite planetário geral que, caso ultrapassado, poderia impedir a estabilização em um estado com menores aumentos de temperatura. Os autores constataam que o risco de efeitos cascata que levariam o planeta a um caminho irreversível de “Terra estufa” está presente até mesmo caso fosse alcançada a meta do Acordo de Paris de limitação do aumento da temperatura do planeta em 1,5° C ou 2° C (STEFFEN *et al.*, 2018).

1.1.2 O Antropoceno nas ciências humanas e sociais

Após ter se tornado um conceito chave no âmbito das ciências geofísicas, o Antropoceno foi ganhando rapidamente espaço entre analistas das ciências humanas e sociais, fossem estes críticos ou adeptos da utilização do termo.

Em um trabalho publicado em 2009, o historiador pós-colonial indiano Dipesh Chakrabarty, ao mesmo tempo que reconheceu a importância do capitalismo na conformação da crise ecológica, considerou a crítica do capital insuficiente para lidar com os problemas trazidos pela crise:

It seems true that the crisis of climate change has been necessitated by the high-energy consuming models of society that capitalist industrialization has created and promoted, **but the current crisis has brought into view certain other conditions for the existence of life in the human form that have no intrinsic connection to the logics of capitalist, nationalist, or socialist identities. They are connected rather to the history of life on this planet, the way different life-forms connect to one another, and the way the mass extinction of one species could spell danger for another.** Without such a history of life, the crisis of climate change has no human “meaning.” For, as I have said before, it is not a crisis for the inorganic planet in any meaningful sense (CHAKRABARTY, 2009, p. 217, grifos meus). In other words, whatever our socioeconomic and technological choices, whatever the rights we wish to celebrate as our freedom, we cannot afford to destabilize conditions (such as the temperature zone in which the planet exists) that work like boundary parameters of human existence. **These parameters are independent of capitalism or socialism. They have been stable for much longer than the histories of these institutions and have allowed human beings to become the dominant species on earth. Unfortunately, we have now ourselves become a geological agent disturbing these parametric conditions needed for our own existence** (CHAKRABARTY, 2009, p. 218, grifos meus).

Assim, embora não negue os fortes vínculos entre o sistema capitalista e a crise ecológica e climática, Chakrabarty considera que os efeitos da crise evidenciam as interconexões entre as condições para a vida humana e outras formas de vida no planeta, que não teriam “conexões intrínsecas com as lógicas de identidades capitalista, nacionalista ou socialista” (ver acima). Na sua visão, a apresentação feita na narrativa do Antropoceno geológico das consequências das atividades dos humanos como espécie seria legítima do ponto de vista científico: “A mudança climática é uma consequência não intencional das ações humanas e

mostra, apenas através de análises científicas, os efeitos de nossas ações como espécie” (CHAKRABARTY, 2009, p. 221, trad. minha).

Podemos perceber, então, que Chakrabarty aceita trabalhar com uma categoria humana unificada em alguns aspectos da narrativa. Ele assume a ideia proposta por Crutzen e Stoermer de que a humanidade se tornou uma “força geológica” (ver seção 1.2.1) (CHAKRABARTY, 2009, p. 207), compartilhando assim a catástrofe da mudança climática:

Whether we blame climate change on those who are retrospectively guilty — that is, blame the West for their past performance — or those who are prospectively guilty (China has just surpassed the United States as the largest emitter of carbon dioxide, though not on a per capita basis) is a question that is tied no doubt to the histories of capitalism and modernization. But scientists’ discovery of the fact that human beings have in the process become a geological agent points to a shared catastrophe that we have all fallen into (CHAKRABARTY, 2009, p. 218).

O historiador indiano enfatiza tanto a ideia de “catástrofe compartilhada” (ver acima) que chega a afirmar que mesmo os mais ricos não conseguirão escapar da crise, mencionando como exemplos efeitos da mudança climática em localidades do norte geopolítico (Austrália e Califórnia). Apesar de entender que, no contexto da proposição de Chakrabarty de comparação entre a crise ecológica e as crises do capitalismo, a afirmação faz algum sentido, também me parece que o autor exagera nessa e em outras unificações, o que torna plausíveis algumas das críticas que recebeu. É evidente que as condições disponíveis para se enfrentar a crise são muito distintas tanto entre grupos de países como entre classes sociais. Também pode ser questionável a ideia de considerar a mudança climática “uma consequência não intencional das ações humanas” (CHAKRABARTY, 2009, p. 221, trad. minha). A generalização embutida na expressão “ações humanas” traz inúmeras complicações e complexidades quando analisada sob uma ótica mais crítica.¹³

Na visão de Chakrabarty, a “convergência de histórias” (CHAKRABARTY, 2015, p. 44, trad. minha) representada pelo Antropoceno exige que se trabalhe em uma junção das histórias do capital e da espécie, o que torna imprescindível um diálogo entre as ciências naturais e as humanas e sociais. Buscando conciliar a

¹³ Ver, por exemplo, as considerações de Fressoz (2015), um pouco abaixo, sobre a necessidade de se historicizar a narrativa do Antropoceno.

coexistência da crítica pós-colonial com a ideia de uma história universal da vida, incluindo a “história profunda” da espécie humana, Chakrabarty propõe que o universal seja tomado como figura de fundo, jamais alcançável pela experiência. Ele mantém o pensamento crítico no sentido de negar que a humanidade se experencie como espécie, mas enfatiza que, se pensarmos “em termos de espécie”, a humanidade se tornou de fato um “agente geológico” no Antropoceno (CHAKRABARTY, 2009, p. 221, trad. minha).

Tendo sido um dos primeiros estudiosos das ciências humanas a se voltar para uma análise do Antropoceno, Chakrabarty gerou diversas discussões com o seu texto. Emmet e Lekan mencionam que o artigo “se tornou um texto primário para entender a natureza problemática do Antropoceno como uma categoria cultural” (EMMET; LEKAN, 2016, p. 7, trad. minha). A crítica de Malm e Hornborg (2014) exemplifica um ponto polêmico do texto de Chakrabarty, relativo à adoção, mesmo que parcial, da narrativa da espécie por ele. Na visão deles, “ “Antropoceno” pode ser um conceito e uma narrativa úteis para ursos polares, anfíbios e pássaros que querem saber que espécie está provocando tal devastação em seus habitats” (HORNBERG; MALM, 2014, p. 67, trad. minha). Diferentemente de Chakrabarty, Malm e Hornborg enfatizam as desigualdades referentes às consequências dos efeitos da crise, considerando que elas são tão importantes como as causas para negar a possibilidade de se pensar em uma categoria humana para além de uma abstração.

Jean-Baptiste Fressoz (2015) alerta para as distorções advindas de narrativas construídas a partir de categorias generalizantes como a narrativa hegemônica do Antropoceno. Tais categorias, que costumam ser apresentadas por meio de estatísticas, criariam imagens distorcidas como “uma humanidade global unida pelo dióxido de carbono” (FREZZOZ, 2015, p. 70, trad. minha). O autor sintetiza a narrativa hegemônica da seguinte maneira: desde 1800, com uma aceleração substancial a partir de 1945, a humanidade teria alterado inadvertidamente o sistema Terra. Felizmente, à beira de um colapso, mas, ainda a tempo de evitá-lo, um grupo de cientistas do sistema Terra abriu os olhos da humanidade para o problema.

Fressoz aponta, assim, para a necessidade premente de se historicizar o Antropoceno. Nesse âmbito, o projeto intelectual mais urgente politicamente seria

to write a proper history of the new epoch, replacing the rather vague 'anthropos' with the nations and companies, institutions and imaginaries, technologies and ideologies that are the true drivers of the Anthropocene (FREZZOZ, 2015, p. 70).

Assim, seria possível reestabelecer as responsabilidades incomensuráveis apagadas pela narrativa hegemônica que unifica a humanidade numa categoria indiferenciada, “unida pelo dióxido de carbono” (FREZZOZ, 2015). O autor também lembra que, entre 1800 e 1950, 65% das emissões de carbono foram causadas pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, o que legitimaria até que o período fosse denominado como “Angloceno”.

Para o autor, uma narrativa historicamente fundamentada deveria também refutar a tese de um súbito lampejo de consciência por parte de uma humanidade até então cega com relação aos efeitos de suas ações sobre a Terra. Essa ideia errônea de uma tomada de consciência inédita despolarizaria a história da destruição ambiental, além de reeditar a narrativa do progresso considerando apenas as preocupações ambientais e categorias teóricas atuais como “conscientes ambientalmente” (FREZZOZ, 2015, p. 71-72). Com o intuito assumido de injetar uma dose de modéstia na narrativa hegemônica, o autor recupera seis “gramáticas ambientais existentes no alvorecer do Antropoceno” (FREZZOZ, 2015, p. 71). As gramáticas ambientais consistem em estudos produzidos em países da Europa Ocidental (Inglaterra, França e Alemanha) e da América do Norte (Estados Unidos e Canadá), conduzidos individualmente ou em instituições científicas como a Royal Society, em Londres, ou instâncias políticas, como a Assembleia Nacional francesa e o Parlamento inglês. Em tais contextos, Fressoz cita alusões ao desflorestamento e à mudança climática no primeiro quarto do século XIX.

Assim, a própria “descoberta” do Antropoceno como resultado de uma consciência ecológica crescente é refutada pelo autor: “a história da reflexividade ambiental não é composta de uma consciência nascente culminando na revelação do Antropoceno” (FREZZOZ, 2015, p. 77, trad. minha). De fato, dado que o domínio da natureza idealizado a partir do advento da modernidade é relativamente recente, entendo que faz muito mais sentido inteligir o oposto: a prevalência de conjunturas,

mesmo na Europa pré-industrial, em que a Terra ou a natureza são vistas como forças dominantes, e não dominadas, e em que alterações drásticas sobre ela têm efeitos temerários. Sendo assim, seria observável uma consciência ambiental decrescente, e não crescente, como a narrativa hegemônica do Antropoceno faz supor.¹⁴

Nesse sentido, a história do Antropoceno, para Fressoz, é o oposto de uma consciência ambiental emergente, sendo caracterizada por “como a modernidade se tornou desinibida diante da natureza” (FREZZOZ, 2015, p. 81). Considero ser plausível estender essa afirmação ao compararmos a sociedade moderna com as demais também geograficamente.¹⁵

Fressoz (2015) e Bonneuil e Fressoz (2016) vêm na narrativa dos “antropocenólogos” mais uma versão da grande narrativa épica moderna. Na visão dos autores, tal narrativa significaria uma continuação da fábula moderna segundo a qual a frente de modernização operaria em direção a um futuro iluminado, contra um passado de inconsciência:

[Cette fable] procède du même régime d'historicité qui domine le XIX^e siècle et une partie du XX^e siècle dans lequel le passé n'est évalué qu'en creux, à l'aune d'une leçon donnée par le futur, et dans une représentation du temps comme accélération unidirectionnelle. Elle met en scène un 'front de modernisation', quittant un passé aveugle, vers un avenir où nos savoirs seraient devenus globaux et solides, nous contraignant enfin à les prendre en compte en politique (mais différemment d'avant sans 'grand partage', sans Nature extérieure et autoritaire, ni aveugles certitudes). **La téléologie du devenir écologique remplace celle du progrès. On est en présence d'une fable modernisatrice annonçant la fin de la modernisation** (BONNEUIL; FREZZOZ, 2016, p. 96, grifos meus).¹⁶

Because it distinguishes between a blind past and a present on the way to illumination, the Anthropocene could have the same effect as `reflexive

¹⁴ Tampouco devem ser menosprezadas as ações de resistência à destruição ambiental provocada pela Revolução Industrial. Sobre essa questão, ver também Fressoz, 2015.

¹⁵ Encontramos também um paralelo entre essa excepcionalidade e a que, na análise de Polanyi (2000), define a “sociedade de mercado”.

¹⁶ “[Esta fábula] procede do mesmo regime de historicidade que dominou o século XIX e uma parte do século XX, no qual o passado não é avaliado senão de forma vazia, com o de uma lição dada pelo futuro e em uma representação do tempo como aceleração unidirecional. Ela põe em cena uma “frente de modernização”, deixando para trás um passado cego, rumo a um futuro em que nossos saberes se tornariam globais e sólidos, nos obrigando enfim a levá-lo em conta na política (mas, diferentemente de antes, sem a <grande divisão>, sem Natureza exterior e autoritária, nem certezas cegas). A teleologia do devir ecológico substitui a do progresso. Estamos na presença de uma fábula modernizadora anunciando o fim da modernização”. (BONNEUIL; FREZZOZ, 2016, p. 96, trad. minha)

modernity` in the 1980s: the geological sublime replaces the historically grandiloquent, but in the end produces a similar arrow of time based on the presumed progress of our own reflexivity. The Anthropocene could well be one of the last reincarnations of the discourse of progress, which it reformulates as the teleology of humanity becoming reflexive as geological agent. The problem with any prophetic narrative centred on a sudden ecological awareness is that by obliterating the reflexivity of past societies, it tends to depoliticise the long history of environmental destruction. And, conversely, by concentrating on our own reflexivity, it tends to naturalize our ecological concern (FREZZOZ, 2015, p. 71).

Paradoxalmente, então, estaríamos “na presença de uma fábula modernizadora anunciando o fim da modernização” (BONNEUIL e FREZZOZ, ver acima). Além disso, o apagamento de qualquer consciência ou preocupação com o meio ambiente por parte de outras sociedades no tempo (às quais poderíamos acrescentar as alteridades presentes hoje com relação ao modo de vida moderno), inscrito na narrativa criticada por Bonneuil e Fressoz, contribui para o enaltecimento do próprio modo de vida moderno, já que somente com ele se teria chegado à consciência ambiental, e, portanto, contribui também para a “despolitização da longa história da destruição ambiental” (FREZZOZ, 2015, p. 71, trad. minha), como visto no trecho citado.

Essa despolitização também é criticada por Donna Haraway (HARAWAY *et al.*, 2016), que ressalta o quanto o Antropoceno oficial é revestido de uma aparente neutralidade quando comparado ao Capitaloceno:

If you propose to call the present time Capitalocene, as I and others have done to highlight these processes (...), you will be accused of being political. Propose Anthropocene and you are simply talking about the human impact on the planet that is now of geological scale (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 539).

Assim, o Antropoceno geológico ganha status de narrativa oficial, e por isso é tão importante que se dê atenção a seus elementos, como a generalização a respeito das “atividades humanas”. Em que pese a importância, já mencionada aqui recorrentemente, de se reconhecer a gravidade da crise ecológica e climática a partir da adoção do Antropoceno geológico, é preciso que fiquemos atentos às implicações da narrativa que signifiquem uma continuidade com o modelo de controle absoluto da natureza. Haraway (2016) chama atenção para os perigos da unificação prematura da humanidade na categoria de espécie na narrativa do Antropoceno geológico:

The story of the Species Man as the agent of the Anthropocene is an almost laughable rerun of the of the great falllic humanizing and modernizing Adventure, where man, made in the image of a vanished god, takes on superpowers to in his secular-sacred ascent, only to end in tragic detumescence, once again (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 47).

Já para Isabelle Stengers (STENGERS, 2015, p. 138.), a narrativa do Antropoceno teria aliado, em um “movimento retórico” para “impressionar imaginações sobre a novidade da situação”, os seguintes elementos:

- A variação de temperatura antropogênica (que, para os climatólogos, seria o ponto-crucial de mudança);
- As consequências geológicas da atividade humana (que, para os geólogos, seria o ponto crucial de mudança).

Stengers (2015) não critica a iniciativa de Crutzen e Stoermer de introduzir a narrativa do Antropoceno, mas faz observações contundentes a respeito dos posicionamentos de geólogos no contexto mais atual. A autora entende que a demora da IUGS para definir se oficializa ou não o Antropoceno consiste em uma forma de centrar a narrativa do Antropoceno no futuro, o que pode trazer como consequência até mesmo a exaltação do período para os que continuam e continuarão confiantes em uma humanidade libertada e emancipada de qualquer constrangimento oriundo das “forças naturais”:

Anthropocene, for geologists, may well be ‘just a name’, but names have a power of their own. Today, witnessing the very success of this name, not only in the media but also in academic circles, we may hypothesise that this success is not unrelated to the comfort of the geologists’ future perfect continuous tense, which frees up room for academic reflexive pondering and new theoretical turns. We even hear voices ‘celebrating’ Anthropos as the one who will not only successfully find the way to neutralize the climatic threat (via geoengineering), but will go on, as a now self-conscious geological force reconfiguring the Earth and turning the Anthropocene into a “good Anthropocene”, so fulfilling its godlike destiny. (...) The apprentice sorcerer will claim there is no choice but to try and tame Gaia, and its minions will turn the attempt to do so into a logical accomplishment of human emancipation and mastery. There is no reason why we should submissively depend on mere ‘natural forces’ (STENGERS, 2015, p. 139).

A dominância das narrativas de cientistas de áreas mais “duras” mesmo em temas muito mais estudados pelas ciências sociais é, como vimos na seção 1.2.2, razão para diversas observações dos cientistas sociais, mesmo quando utilizam o

termo “Antropoceno”. Para Clive Hamilton, os cientistas sociais não têm outra opção a não ser “se tornarem geofísicos” (HAMILTON, 2015, p. 35):

In the Anthropocene, any geoscientist who models an Earth system that excludes humans is stuck in Holocene thinking; and any social scientist who analyses “human systems” isolated from Earth systems process is stuck in a world of modernity, the world of the epistemological break, that is no longer consistent with scientific understanding (HAMILTON, 2015, p. 36).

Para Hamilton, a crise ecológica propiciou “uma teoria de mudança revolucionária com uma reivindicação mais forte para ser científica, um modelo da dinâmica geofísica que incita protestos, bloqueios e sabotagem para derrubar a cultura dominante, um modelo que liga geofísica ao chamado de Naomi Klein para a disrupção social” (HAMILTON, 2015, p. 36, trad. minha). Hamilton se refere ao argumento do geofísico Brad Werner, para quem apenas o ativismo radical será capaz de deter os avanços catastróficos do Antropoceno.

A posição de Werner também ilustra que as soluções propostas pelos cientistas do sistema Terra, dentre os quais geólogos e geofísicos, não são unânimes. Para o geógrafo Jeremy Davies, inclusive, há um exagero de críticos do Antropoceno ao superestimarem as proposições relativas à geoengenharia, por exemplo:

The Anthropocene provides a framework for understanding the modern ecological catastrophe, rather than a prescription for resolving it. It is a way of seeing, nor a manifesto. And in particular, the hostile critics of the concept have overestimated the extent to which it entails specific policy enthusiasms-like geoengineering rule by technocrats, or a preference for zoos over wilderness preservation (...). On the other hand, they have neglected its potential for intervening in the deep-down conceptual footings of environmentalism (DAVIES, 2016, p. 193).
The belief that the concept of Anthropocene is necessarily complicit in such retrograde worldviews is mistaken (...). And there is nothing wrong with using the word in a polemical fashion, to dramatize the urgency of the threats that confront the planet’s living systems (DAVIES, 2016, p. 195).

Mas é possível que Davies tenha minimizado algumas questões que merecem bastante atenção por parte de estudiosos das ciências humanas e sociais. No Capítulo 3, trabalharemos melhor algumas delas. Por enquanto, cabe ressaltar que alguns trechos de textos dos proponentes do Antropoceno geológico que visualizamos na seção 1.1.1, como o que fala sobre a possibilidade de realizar injeções de dióxido de enxofre na estratosfera e também a ideia de os cientistas

assumirem um dia o papel de guias conscientes da humanidade em direção à “gestão sustentável” indicam questões que devem ser problematizadas.

Apesar da primazia da narrativa do Antropoceno geológico sobre as demais, não podemos deixar de observar que encontramos trabalhos de cientistas naturais de referência que fazem alusões a nomes importantes nos campos das ciências humanas e sociais que propuseram narrativas alternativas. Nos trabalhos dos geógrafos Jeremy Davies (2016) e Erle Ellis, membro do AWG (ELLIS, 2018), encontramos referências a Dipesh Chakrabarty, Bruno Latour, Donna Haraway e Jason Moore. Ellis menciona o Capitaloceno de Jason Moore e o Cthuluceno de Donna Haraway como narrativas importantes dentro do entendimento da atual crise. Não obstante, ele conclui seu livro vislumbrando perspectivas agradáveis para o Antropoceno, em uma visão que, no nosso modo de ver, parece subestimar, em alguns momentos, o abismo existente entre as medidas para combater a crise e a constatação da gravidade dela.

Ainda com relação às interações entre as áreas de conhecimento, um artigo recente assinado pelos proeminentes Wil Steffen e Joham Rockström com mais 14 pesquisadores ressalta a importância de “uma integração profunda de conhecimento da ciência biogeofísica do Sistema Terra com aquela das ciências sociais e humanidades no desenvolvimento e funcionamento das sociedades humanas” (STEFFEN *et al.*, 2018, p. 2, trad. minha).

Retomando nossa reflexão a respeito do Antropoceno nas ciências humanas e sociais, nos voltaremos, agora, para comparações de rendimento que alguns estudiosos fazem entre esse e outros conceitos.

Fressoz vê como vantagens do Antropoceno com relação a conceitos como “mudança ambiental” e “crise global” o fato de incluir humanidade, tempo e história no centro da narrativa.

O historiador brasileiro José Augusto Pádua (PÁDUA, 2016), por sua vez, destaca avanços de rendimento do Antropoceno em comparação com conceitos que, analogamente, já estiveram muito em voga nas ciências sociais, como globalização e modernidade.

O historiador inglês Jason Moore (2016) afirma que o Antropoceno é “o mais influente conceito nos estudos ambientais na última década” (MOORE, 2016, p. 2, trad. minha), e que a perspectiva a ele relacionada é “altamente poderosa e influente” (idem). Segundo o autor, essa extensão do conceito acaba por esvaziá-lo, já que ele teria se tornado “uma palavra da moda que pode significar todas as coisas para todas as pessoas” (MOORE, 2016, p. 3). Donna Haraway, que também critica o termo, considera que ele se tornou “inescapável” (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 539). Haraway sintetiza sua crítica ao conceito em dois pontos que o caracterizam: a referência a um impacto situado de forma global (tratando a Terra como espaço unificado) e o recorte que enfatiza uma agência humana unificada e exclusiva na conformação do mundo contemporâneo, ignorando a pluralidade de composições entre coletivos humanos e não humanos:

(The Anthropocene) is a particular model: a view from space of how the chemical cycles of the Earth are influenced in really profound ways by something called, you know, *Homo sapiens* or anthropos. The Anthropocene is thereby produced as a human species act. And here is a second problem. Because the contemporary world is not a human species act. Rather, it is a situated highly complex systematicity of situated peoples and their apparatuses, including their agricultural critters and other critters. It is not just a human species act (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 539).

Amita Baviskar (2018) questiona a incorporação das pautas ambientais aos discursos hegemônicos somente na atualidade, mas continua utilizando o nome “Antropoceno”. Para a autora, “a política da representação torna importante que usemos o termo Antropoceno e que o usemos criticamente” (BAVISKAR, 2018, trad. minha). Nesse âmbito, a antropóloga indiana critica o agenciamento de soluções propostas pela narrativa hegemônica do Antropoceno, afirmando, numa clara referência à colonização europeia e também novamente às políticas de representação imbuídas em tal narrativa, que “são aqueles que criaram o problema que estão agora nos dizendo como consertá-lo” (BAVISKAR, 2018, trad. minha).

Ela chama atenção para o fato de que “o Antropoceno criou uma crise de conhecimento que a Antropologia precisa abordar” (BAVISKAR, 2018, trad. minha) e que o conceito viria sendo mobilizado pelos climatologistas de forma a obscurecer outros conceitos ambientais (BAVISKAR, 2018, trad. minha).

Bruno Latour reconhece um status de instabilidade do conceito, mas percebe vantagens na sua utilização, já que entende que o Antropoceno pode se constituir como alternativa para o automatismo da modernização (LATOURE, 2014a). Para Latour, foi justamente o Antropoceno que minou de uma vez por todas a possibilidade de se pensar nessa categoria como unificada *a priori*:

O anthropos do Antropoceno não é nada mais do que a ficção perigosa generalizada de um agente universalizado capaz de agir como um só povo. Tal suposição implicaria que o Estado a ser construído já está lá. O Humano, com H maiúsculo, como o agente da história similar ao gigante Atlas e como em tantos mitos do século XIX, é precisamente o que o Antropoceno quebrou e dispersou totalmente. O Antropoceno não apenas pôs um fim no antropocentrismo como também em qualquer unificação prematura da raça humana (LATOURE, 2013, p. 115, trad. minha).¹⁷

De acordo com Latour (2010), o advento do Antropoceno é uma das razões que justificam a busca por um mundo comum de uma forma diversa daquela encontrada no conceito unificador de natureza. A aventura coletiva de não haver vida sustentável (LATOURE, 2010) para os terranos¹⁸ no seu próprio planeta demonstra, de forma inequívoca, o enredamento dos destinos humano e não humano.

Assim, para Latour, a flecha do tempo tão comum para os modernos na narrativa do progresso é interrompida no Antropoceno, quando não se está a salvo de seus efeitos em nenhum lugar:

What I mean is that the arrival of the concept Anthropocene has modified and pushed around everything in incongruous and interesting ways. It is not a great concept, but I am more positive. Now apocalypse. Of course, there are many reasons not to use the word

¹⁷ “The anthropos of the Anthropocene is nothing but the dangerous fiction of a universalized agent able to act as one single people. Such a supposition would imply that the State to be built is already there. The Human, capital H, as the giant Atlas-like agent of history, as in so many 19th century myths, is precisely what the Anthropocene has broken down and totally dispersed. The Anthropocene does not only put an end to anthropocentrism but also to any premature unification of the human race.” A crítica à ideia de uma “unificação prematura da raça humana” também segue o procedimento composicionista latouriano. Sobre o mesmo tema, também é interessante a leitura do seguinte trecho: “‘Humanity’ was a great and welcome discovery and has been a great and welcome rediscovery each time that (after World War II, notably) it has come to prominence. And yet, if all the United Nations members were satisfied to be ‘just humans’, if the UNESCO lingua franca was enough to define all inhabitants of the planet, peace would already reign. Since there is no peace, there must be something wrong with this humanistic definition of an emancipated human as the only acceptable member of the Club” (LATOURE, 2004, p. 457).

¹⁸ Sobre os terranos, ver seção 3.4.1.

'apocalypse'. But there is one good reason: If the deniers think they are on the wrong site of the apocalypse. This goes back to what I talked about earlier, namely the strong link between modernisation and the idea that the apocalypse has passed; the sense that 'we are entitled, we are the city on the hill', even in a warming world (LATOURE *et al.*, 2018, p. 18, grifos meus).

Nessa leitura, a iminência (ou atualidade) da crise é acompanhada de um movimento de reunificação ao colocar em evidência a ubiquidade do problema. A narrativa do progresso precisa ser ao menos reformulada diante do fato de que o mundo natural não pode mais ser considerado passivo e os humanos não podem mais ser representados como monopolizadores da agência sobre o mundo.

A recusa do pensador francês à ideia de uma humanidade unificada é expressa por meio de uma divisão interessante entre humanos e terranos (*earthbound*)¹⁹. Ele situa as disputas entre as duas categorias (disputas que, poderíamos dizer, são, mais do que políticas: são ontológicas e cosmopolíticas) como uma guerra de mundos,²⁰ característica do Antropoceno (LATOURE, 2013). Danowski e Viveiros de Castro (2015) partilham da crítica de Latour e também da escolha da utilização do termo.

Uma observação mais atenta da abordagem de Latour pode nos ajudar a entender que as análises do Antropoceno precisam procurar caminhos para além da ciência moderna, já que a própria dualidade natureza e cultura está sendo posta em xeque. Portanto, o recurso de se evocar o "aspecto teológico" é muito útil no sentido de auxiliar na antropologização do pensamento modernizador. Afinal, como coloca o pensador francês na passagem a seguir, os modernos também têm suas crenças:

For me, the theological aspect is absolutely central here. **For the reason why the moderns are so utterly insensitive to the fact they have no Earth** – and this is really a long interpretation of Eric Voegelin's political theology (Voegelin 1987) – **is exactly that moderns believe they live after the apocalypse.** The apocalypse has already passed! And, of course, the American version of this post-apocalyptic theme is that their nation is already saved. Nothing can happen to them, because the apocalypse is already finished. Modernism is an entitlement that cannot possibly be undone (LATOURE *et al.*, 2018, p. 600, grifos meus).

Apesar de todo o alarme que o Antropoceno evidencia, como é partilhado por Moore, Danowski e Viveiros de Castro e Latour, encontramos também autores que

¹⁹ Essas ideias serão abordadas no terceiro capítulo.

²⁰ Esse tema será abordado com maior extensão no Capítulo 3.

não abandonaram os paradigmas clássicos da frente de modernização para pensar sobre os problemas. Essa parece ser a posição do filósofo holandês René van de Bos,²¹ que critica a inclusão de paradigmas que viriam da religião, e não da ciência, na análise de Latour. Como podemos observar no trecho citado logo acima, Latour evoca a categoria de crença para situar características essenciais dos modernos relativas ao modo como se relacionam à crise ecológica e climática.

Ao afirmar que não gosta do que chama de “ecocalipse” (VAN DE BOS, 2018, trad. minha), Van de Bos parece não acessar ou não concordar com a mudança de registro expressa no pensamento de Latour. Embora reconheça o esgotamento do modelo natureza-cultura, e afirme que “lidar com o Antropoceno é cair num terreno de incertezas” (VAN DE BOS, 2018, trad. minha),²² o autor resiste em compartilhar da posição que reconhece a mudança de paradigma imbuída na crise ecológica e climática.

A fala de Van de Bos nos remete a uma colocação de Latour já expressa acima, a saber, a que atribui a categoria da crença aos modernos (“moderns believe they live after the apocalypse”)²³ (LATOURE *et al.*, 2018, p. 600). Essa colocação, reafirmemos, nos ajuda a situar melhor os fundamentos da frente de modernização. A posição de Van de Bos exemplifica o que Déborah Danowski caracteriza como uma redução ao catastrofismo (DANOWSKI, 2017). O rótulo é imposto em lugar de um potencial reflexão a respeito da gravidade da questão, ou seja, na visão do filósofo holandês, a certeza de que se está exagerando substitui a tentativa de se entender a utilização recursiva do apocalipse para situar características do pensamento moderno essenciais para entendermos a seriedade da crise ecológica e climática.

²¹ Trata-se da conferência “Getting lost in the Anthropocene”, ocorrida na Universidade de Leiden, em junho de 2018 (VAN DE BOS, 2018).

²² Nas palavras do filósofo: “We don’t understand precisely what is going on” (VAN DE BOS, 2018).

²³ Contra a ideia expressa por Van de Bos e compartilhada por outros autores de que o “ecocalipse” deve ser, *a priori*, rejeitado, é interessante evocar, ainda, o “apocaliptismo profilático” de Günther Anders (ANDERS, 2007).

1.2 CAPITALOCENO

O historiador inglês Jason Moore considera o Antropoceno um conceito “inadequado”, mas que “merece apreciação” (MOORE, 2016, p. 3, trad. minha). De acordo com Moore, o Antropoceno “aciona o alarme” (MOORE, 2016, p. 5, trad. minha), mas é incapaz de fornecer uma explicação sobre como os acontecimentos alarmantes ocorreram, já que obscurece as relações históricas que trouxeram o planeta “à sua presente era de extinção” (MOORE, 2018, p.2, trad. minha). Assim, segundo o autor, ao enfatizar a mudança substantiva na Revolução Industrial, a perspectiva do Antropoceno oblitera as geografias de capital e poder. O foco nas questões ambientais é privilegiado, mas questões de classe, poder e geopolítica são deixadas de lado.

Priorizando a abordagem de tais questões, e mantendo o realce nas alterações ambientais, o autor propõe como contraponto ao Antropoceno a narrativa do Capitaloceno. Centrando sua análise nas porosidades que possibilitaram encaixes entre as organizações humanas e a “teia da vida” (MOORE, 2017a), o autor privilegia um conceito que acredita ser capaz de responder às questões seguintes: 1) Como a modernidade põe a natureza para trabalhar?; 2) Como combinações específicas das atividades humana e não humana se relacionam, limitam a acumulação de capital? Na visão do autor, o termo “Capitaloceno” responde muito melhor a tais questões.

A análise proposta pelo autor desloca o ponto de origem da modernidade para o período entre 1450 e 1750. É nesse eixo temporal que Moore situa o advento do capitalismo, que é definido por ele pela forma com que se relaciona com a natureza:

Capitalismo é uma forma de organizar a natureza como um todo...uma natureza em que organizações humanas (classes, impérios, mercados etc) não apenas fazem ambientes, mas são simultaneamente feitos pelo fluxo histórico e pelo fluxo da teia da vida. Nessa perspectiva, capitalismo é uma ecologia-mundo que junta a acumulação de capital, a busca de poder e a

co-produção da natureza nas suas sucessivas configurações históricas (MOORE, 2016, p. 7, trad. minha).²⁴

O período enfatizado por Moore evidencia a ênfase do autor nos processos de colonização em sua análise histórica, ressaltando, então, a violência sistêmica do capitalismo, notadamente nas colônias europeias. A ênfase comumente dada a características capitalistas como produtividade e eficiência é deslocada na análise de Moore. Ele põe em relevo justamente o quão custoso o sistema é para os que têm seu trabalho mobilizado, sejam eles humanos ou não humanos:

Cheap Nature has never been a bargain. Cheapness is violence; it grows from the barrel of a gun. It's an utterly irrational system of rationality, one premised on mobilizing the work of all natures- humans included- for free, or for as close to free as possible. That's crucial because capitalism is everything that an efficient system is not. Capitalism's prodigious waste of life and limb is fundamental to its logic. When Marx called capitalism a system of turning children's blood into capital, he was making a very important point. Such inefficiency requires and necessitates violence, at once cultural and material (MOORE, 2017a, p. 181).

Uma das características mais marcantes do capitalismo, assim, é o seu apoio no que Moore chama de “Natureza Barata”, sintetizada por quatro elementos elencados pelo autor: comida, energia, matérias-primas e vida humana²⁵.

No entanto, essa premissa seria um engodo, já que só existe “natureza barata” em termos do valor de troca do sistema mercantil. O custo da destruição, subjugação e exploração de vidas e ecossistemas é altíssimo, ou seja, nas palavras de Moore, “o Capitalismo persegue a Natureza Barata tão incessantemente porque a ecologia do capitalismo é o seu exato oposto: a ecologia do capitalismo é cara. E pior ainda, ela se torna mais cara com o tempo, pois a fantasia da acumulação sem fim se alimenta de corpos de vidas e trabalhadores finitos” (MOORE, 2017a, p. 181, trad. minha).

²⁴ “Capitalism is a way of organizing nature as a whole, a nature in which human organizations (classes, empires, markets, etc.) not only make environments, but are simultaneously made by the historical flux and flow of the web of life. In this perspective, capitalism is a world-ecology that joins the accumulation of capital, the pursuit of power, and the co-production of nature in successive historical configurations.”

²⁵ Num texto mais recente (MOORE, 2018), o autor aprofunda sua análise em diversos pontos, apontando também com mais precisão para as desvantagens do uso do conceito de “Antropoceno”. Nesse texto, há um elemento diferente em comparação com a descrição do primeiro texto citado. Aqui, aparece, em lugar da vida humana, o poder do trabalho (*labor-power*).

Moore faz, ainda, uma distinção bastante produtiva entre o Antropoceno Geológico e o Antropoceno Popular. O primeiro consistiria na narrativa embasada em sinais geológicos, notadamente os estratigráficos. O segundo, mais difundido, seria o conformado pela narrativa da humanidade como agente da crise ambiental, criando falsos agregados como “mudança antropogênica” e “empreendimento humano”, ou seja, apagando da narrativa elementos fundamentais como as desigualdades e o próprio sistema de poder, capital e natureza que conformou o “Antropoceno”:

Anthropogenic (made by humans). Here we see an old capitalist trick playing out through environmentalism discourse: take a problem created by the 1 percent, then tell the 99 percent it's their fault. To credit humanity as the cause of climate change is to engage in a special brand of magical thinking. It says, in effect, that the inequalities and violence of race and class and gender are secondary concerns (MOORE, 2017, p. 195).

Como vimos, a partir da perspectiva de Moore, para entendermos melhor o capitalismo é preciso que tentemos compreendê-lo como um sistema de relações envolvendo a vida e a natureza, e buscando observar também o que o diferencia dos outros sistemas. Nesse sentido, julgo produtivo tecer algumas considerações relativas a aspectos que caracterizam o capitalismo, especialmente no tocante à suas relações com a frente de modernização.

1.2.1 O capitalismo e a frente de modernização

Ao assentar suas bases sobre ideias gerais como o progresso e o desenvolvimento, o capitalismo consegue se associar automaticamente a valores genéricos positivos. Os valores que se consolidaram a partir do iluminismo, como os direitos políticos e civis e o progresso científico, são comumente associados ao nascimento do capitalismo. No entanto, embora existam ligações históricas entre a modernidade, que se consolida com o advento iluminista, e o capitalismo, pode ser importante problematizar algumas associações apressadas feitas com frequência²⁶.

²⁶ Ressalto que entendo por capitalismo o modo de produção capitalista, conforme apresentado por Marx.

De acordo com a historiadora inglesa Ellen Wood (1999),²⁷ a associação que é feita com bastante recorrência entre o advento do capitalismo e o iluminismo não é a melhor conexão possível para entendermos o nascimento desse modo de produção:

(...) the characteristic ideology that set England apart from other European cultures was above all the ideology of “improvement”: not the Enlightenment idea of the improvement of humanity but the improvement of property, the ethic- and indeed the science- of profit, the commitment to increasing the productivity of labor, and the practice of enclosure and dispossession.

(...)

Now if we want to look for the roots of a destructive “modernity”- the ideology, say, of technocentrism and ecological degradation- we might start by looking in the project of “improvement”, the subordination of all human values to productivity and profit rather than in the Enlightenment. Might we say that it is no accident that the mad cow disease scandal happened in Britain, the birthplace of “improvement”? (WOOD, 1999, grifos meus).

It required not a simple extension or expansion of barter and exchange but **a complete transformation in the most basic human relations and practices, a rupture in age-old patterns of human interactions with nature**” (WOOD, 1999, p. 69, grifos meus).

(...) (In England) in the early modern period, productivity and profit were inextricably connected in the concept of improvement, and it nicely sums up the ideology of a rising agrarian capitalism (WOOD, 1999, p. 81).

Relacionando as colocações de Wood sobre a “ideologia da melhoria” com as de Latour a respeito da frente de modernização, podemos dizer que a primeira é condição *sine qua non* para a segunda. De fato, só é possível estabelecer um percurso como superior caso ele esteja intrinsecamente ligado a essa ideologia, ou seja, caso ele seja imbuído de uma valoração positiva em detrimento de outros.

²⁷Ao enfatizar a especificidade do caminho histórico a partir do qual o capitalismo se originou, Wood apresenta argumentos consistentes contra visões que percebiam o sistema como uma espécie de “caminho automático” ao qual as sociedades ocidentais modernas teriam chegado.

Assim, como poderemos ver na passagem a seguir, a autora busca as origens do capitalismo com o intuito de que essa investigação possa auxiliar a encontrar alternativas para o sistema no futuro: “(...) what may not always be so clear, even in socialist accounts of the market, is that the distinctive and dominant characteristic of the capitalistic market is not opportunity or choice but, on the contrary, compulsion” (WOOD, 1999, p. 6). “The naturalization of capitalism, which denies its specificity and the long and painful historical processes that brought it into being, limits our understanding of the past. At the same time, it restricts our hopes and expectations for the future, for if capitalism is the natural culmination of history, then surmounting it is unimaginable. The question of the origin of capitalism may seem archane, but it goes to the heart of assumptions deeply rooted in our culture, widespread and dangerous illusions about the so-called free market and its benefits to humanity. Thinking about future alternatives to capitalism requires us to explore alternative conception of its past” (WOOD, 1999, p. 7-8).

Assim, a “ideologia da melhoria” (WOOD, 1999, p. 81) é o que qualifica a frente de modernização como a única opção disponível. O próprio entendimento do capitalismo está relacionado a isso, uma característica essencial para a perpetuação do sistema também na visão de Latour:

We should keep in mind that capitalism is not efficient without this added little thing: modernization. If capitalism was merely a mode of organising the market in multiple ways, then you could simply dissolve capitalism by dissolving market arrangements in its thousand ways of being capitalist, in China, in India, etc. **But it is the modernization front, which is really the poison inside this arrangement. Because when anyone who is opposed to a decision to plant and produce this or that thing can be marked as ‘backward’, then you have paralysed the enemy. This is how the sorcery of modernity operates through capitalism**” (LATOURE *et al.*, 2018, p. 9-10, grifos meus).

Apesar de algumas diferenças nas narrativas a respeito da crise ecológica e climática (ver LATOUR *et al.*, 2018), as análises de Latour e Moore têm uma convergência. No momento em que se passa a “por a Natureza para trabalhar” (para o historiador inglês, o grande trunfo do capitalismo é a escala com que promove essa mobilização) (MOORE, 2016, p. 5), no sentido de aumentar a produtividade, encontra-se um novo modo de produção que será caracterizado como moderno em contraposição a todos os outros, que serão rotulados, perseguidos e apagados como atrasados (LATOURE *et al.*, 2018). Moore caracteriza a ascensão do sujeito liberal no dualismo natureza/ sociedade em que a primeira é o “terreno da melhoria pela Sociedade, intocada somente pelos povos nativos incapazes da melhoria” (MOORE, 2017, p. 196, trad. minha), situando assim a frente de modernização com outras palavras: há uma valoração positiva para os que são capazes de produzir “melhorias” na natureza, os colonizadores, e uma valoração negativa para os povos nativos dos continentes colonizados que seriam incapazes dessa operação, relegados então exatamente à condição de “atrasados”, como situado por Latour.

Nesse sentido, autores originários de países colonizados também chamam a atenção para o aspecto “melhorador” embutido no discurso colonizador enquanto suposta justificativa. A seguir, transcrevemos uma passagem em que o pensador indígena brasileiro Ailton Krenak aborda essa questão:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscura,

trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019a, p. 11).

A antropóloga indiana Amita Baviskar também aborda a ênfase da “melhoria” no discurso da frente de modernização (e logo, também do desenvolvimento) como elemento mobilizador para a efetivação do caminho do desenvolvimento, afirmando que “o ‘desenvolvimento da nação’ obscurecia todo o resto, sendo imparável” (BAVISKAR, 2018, trad. minha). Baviskar lembra que, na Índia colonial, a própria ideia de “melhoria” legitimou a destruição das paisagens ambientais. O próprio Jason Moore lembra o quanto a mesma ideia foi utilizada na ascensão do sujeito liberal enquanto “agente da melhoria, ideologicamente purificado da violência de gênero, raça e colonial” (MOORE, 2017, p. 196, trad. minha).

Ao dar ênfase à exploração e ao esgotamento, no período atual, da Natureza Barata, Moore trabalha a questão da incessante busca do capitalismo por novas fronteiras, visando manter a lógica da “Natureza Barata”:

Capitalism is a system of expensive nature and capitalists are always inventing new ways to avoid paying their debts. Capitalists don't want to take on the cost of raising families, of reproducing society, and of reproducing fields or forests. So, what do you do? You go to the frontier (MOORE, 2017a, p. 181).

Como vimos, Moore acrescenta a ênfase na exploração da natureza às características de exploração do trabalho assalariado pelo capitalismo (como colocado por Marx), estendendo assim a categoria trabalho a agentes não humanos. Ele também amplia o processo capitalista ao deslocar a sua origem para o início da colonização da América, e não para a Revolução Industrial. Por meio de diversos exemplos fornecidos pelo autor em seus trabalhos, em sua maioria relativos às colônias europeias, percebemos que, em sua análise, o extrativismo, a monocultura, a escravidão e a exploração dos trabalhadores assalariados são englobados na exploração da Natureza Barata, viabilizando o processo capitalista para o conhecido objetivo da maximização do lucro.

Sintetizando, para Jason Moore, a crise ecológica e climática atual evidencia que as realizações da modernidade “se embasam em um roubo ativo e atual: de nossos tempos, da vida planetária, de nosso futuro- e do de nossos filhos” (MOORE,

2016, trad. minha). Para Moore, de tempos em tempos, houve crises no funcionamento do capitalismo, em geral solucionadas pelo acionamento da expansão de fronteiras referentes aos “Four Cheaps” (MOORE, 2017; MOORE, 2017a). A novidade do momento atual seria a impossibilidade de continuar tal acionamento, já que, com o fim da Natureza Barata, a “Grande Fronteira” (termo utilizado por Moore em outros trabalhos) está fechada. A tendência das forças do capitalismo e do império (termo também utilizado por Moore) será negar os graves problemas ambientais, continuando a atuar por meio da apropriação de bens comuns e da exploração violenta do trabalho humano e não humano. Desta feita, porém, a agência do clima, considerado por Moore como uma “força geohistórica” (MOORE, 2017a, p. 201, trad. minha) teria fechado a fronteira.

Em um texto de 2017, o autor aventa possibilidades de transformação do capitalismo, demonstrando otimismo ao perceber que o sistema encontrará, em movimentos pela justiça climática, pelos direitos de populações indígenas e pela transformação na relação como os alimentos, adversários que poderão comprometer sua capacidade de fazer uso da ferramenta de que costuma lançar mão quando se encontra em crises de déficit de produção: a força. Assim, Moore vislumbra a possibilidade de construção de “ecologias de esperança e justiça no século XXI” (MOORE, 2017, p. 199, trad. minha), não citando nenhum movimento em particular, mas elaborando uma descrição que nos remete às experiências e proposições do *bem viver*.

Central to world-ecology has been the argument that we need to think, work and nature in new ways- especially through an ethic of care, for humans, of the web of life, and for the multispecies interdependencies that make the good life possible. That means putting nature at the center of our thinking about work; putting work at the center of our thinking about nature; and setting aside the presumption that human organization of any kind (from family forms to transactional corporations) can be adequately understood abstracted from the web of life (MOORE, 2017, p. 199).

As “ecologias de esperança” vislumbradas pelo autor têm conexão com a sua visão sobre os múltiplos agenciamentos que constituem a “teia da vida” (MOORE, 2017a). A ecologia-mundo proposta por Moore engloba um conjunto de alternativas e resistências à agência do capital. Em sua narrativa, a ênfase na devastação e violência capitalogênicas não apaga uma pluralidade de agências e reações, ou seja, não coloca a natureza e nem as populações humanas ou não humanas como

passivas diante da força do capital. É pela resistência e agência de sujeitos não capitalistas²⁸ que poderá advir uma ofensiva transformadora do sistema, rumo a novas relações com a teia da vida e, é claro, também entre os humanos.

1.3 GAIA

A recolocação das agências é uma questão fundamental na narrativa da intrusão de Gaia, elaborada pela filósofa belga Isabelle Stengers.

A alternativa proposta pela filósofa oferece uma mudança de perspectiva com relação à narrativa dominante do Antropoceno. Nas próprias palavras da autora, Gaia indicaria “um sentido de novidade, um sentido de importância do problema”, chamando a atenção para a necessidade de se ter “sensibilidade para o custo daquilo que chamamos progresso” (STENGERS, 2017, p. 119). Gaia, assim, se apresenta como agente de uma mudança irrevogável, levando à contingência de que nós, humanos, revejamos nossas formas de compor com o mundo:

A novidade em relação à Terra é que, quando falávamos da Terra ou da natureza, nós é que éramos os sujeitos. Nós éramos os sujeitos, no sentido de que éramos culpados, tínhamos deveres, era nossa história que era o problema – pelo menos no imaginário do europeu do século XIX, e sobretudo do século XX. A partir do momento em que Gaia se manifesta, a partir do momento em que Gaia coloca um problema, a partir do momento em que Gaia faz uma intrusão, não somos mais os únicos sujeitos da nossa história; devemos, de uma maneira ou de outra, aprender a compor com esse ser temível; e, em relação a esse ser, podemos sempre sonhar que a coisa vai se resolver, que é só uma crise, mas na verdade nós sabemos que não é – e os cientistas que nos dizem isso foram fortemente atacados por aqueles que não querem saber o que está se passando; mas, se bancarmos os avestruzes, a coisa não vai se resolver com apenas algumas modificações adaptativas (STENGERS, 2017, p. 122).

²⁸ Moore faz, assim, um chamado à união das lutas ecológicas e anti-capitalistas, essencial, na sua visão para que sejam bem-sucedidas: “A revolutionary vision must be able to articulate a politics that links the crisis of the biosphere and the crisis of productive and reproductive work. A revolutionary politics of nature that cannot speak to the questions of precarious and dangerous work, of ‘surplus humanity’ (DAVIS, 2006), of racialized, gendered and sexualized violence will be doomed to failure. A revolutionary labor politics unable to speak to the ongoing crisis of planetary life – and the ongoing impending ‘state shift’ in planetary systems – will be equally doomed. The time has come for a conversation about how to forge a radical vision that takes as its premise the organic whole of life and biosphere, production and reproduction” (MOORE, 2017, p. 270).

Notemos, então, a importância atribuída pela autora à agência de Gaia; “não somos mais os únicos sujeitos da nossa história” (ver citação acima); compor com Gaia passa a ser imperativo, subvertendo a lógica descrita pelo pensamento moderno, na verdade, ampliando tal lógica para além da exclusividade da agência humana e descrevendo o entrelaçamento de fenômenos “humanos” e “naturais” numa grande rede de interdependências e agências, quebrando uma visão mais mecânica de relações de causa e efeito:

Calling it Gaia is signifying that it is, and will remain, what can be called a “being”, existing in its own terms, not in the terms crafted to reliably characterise it. It is not a living being, and not a cybernetic one either; rather it is gifted with its own particular way of holding together and of answering to changes forced on it (here the charge of greenhouse gas in the atmosphere), thus breaking the general linear relation between causes and effects (STENGERS, 2015, p. 137).

Por que intrusão de Gaia? Gaia foi denominada assim pelo cientista original e herético James Lovelock, que trouxe à cena a solidariedade, a couplage entre enormes processos. Não se trata de uma floresta, um rio etc. ..., mas de processos de viventes, e os viventes são, antes de mais nada, as bactérias, os microorganismos, tudo o que nos escapa e que por vezes nos mata. É uma multidão anônima de micro-organismos, mas também o clima, os oceanos, as terras férteis, tudo de que nós dependemos mas que tratamos como se fosse auto-evidente. E Lovelock mostrou sua interdependência; quer dizer, propôs fazer dessas coisas “um vivente”. Mas eu prefiro dizer “um ser”. Um ser no sentido de que não é apenas uma soma de processos gigantescos, mas também alguma coisa que, diante de uma variação, ele (Gaia) reage por repercussão, quer dizer, não como uma bela totalidade harmoniosa, mas com suas respostas próprias. São respostas dele, que lhe pertencem, não são simplesmente relações de causa e efeito (STENGERS, 2017, p. 121).

Assim, como reconhece Stengers, a concepção da Terra como organismo vivo representada pelo nome Gaia foi originalmente apresentada como versão científica nos trabalhos do biólogo inglês James Lovelock. A ideia de uma natureza como organismo vivo, constituído de seres/partes interdependentes, no entanto, não deve ser considerada como uma proposição inédita de Lovelock. Como lembra Fressoz (2015), muita das cosmologias europeias pré-modernidade são caracterizadas por conceber a Terra dessa maneira.

Como também lembra a autora, em 1980 foi formulada a hipótese Alvarez, que complexifica ainda mais o papel de Gaia. Os cientistas colombianos Luis e Walter Alvarez formularam uma hipótese segundo a qual haveria uma conexão entre a extinção dos dinossauros e o choque com um asteroide, com conseqüente esfriamento da Terra devido a uma nuvem de poeira cósmica. Como pontua a

cientista e filósofa belga, o climatólogo Stephen Schneider utiliza essa hipótese para caracterizar que Gaia não poderia ser considerada *a priori* uma entidade dotada de estabilidade e poder estabilizador. Para Schneider, Gaia seria, mais do que uma metáfora, uma figura questionadora a ser decifrada pela comunidade climatológica.

1.3.1 A Gaia de Lovelock

A hipótese-Gaia, trabalhada pelo biólogo James Lovelock a partir da década de 1960, foi posteriormente chamada de teoria-Gaia, e, como lembra o próprio Lovelock, apesar de a sua teoria não entrar em contradição com a seleção natural, ela iria, ao propor conexões entre os organismos vivos e a composição do ambiente físico-químico, e, no outro sentido, também entre as características do meio e a proliferação de organismos, revolucionar os paradigmas então vigentes de que os organismos se adaptavam ao meio ambiente sem modifica-lo e de que a evolução dos ambientes como a atmosfera, a crosta e os oceanos era exclusivamente devida às forças geológicas (LOVELOCK, 2006). Como lembra o cientista, somente em 2001, com a Declaração de Amsterdã, a comunidade científica, por meio do International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP), do International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change (IHDP), do World Climate Research Programme (WCRP) e do International Biodiversity Programme DIVERSITAS (IGBP, 2019), reconheceu a existência de um Sistema Terra autorregulador composto de elementos físicos, químicos biológicos e humanos.²⁹

Reconhecendo as dificuldades para definir Gaia, já que ela corresponde a um modelo (ou metáfora) explicativo de comportamentos e efeitos observados, (“a Terra

²⁹ A Declaração de Amsterdã descreve uma “dinâmica natural do Sistema Terra”, alterada por atividades humanas, conforme podemos observar na passagem a seguir: “The Earth System behaves as a single, self-regulating system comprised of physical, chemical, biological and human components. The interactions and feedbacks between the component parts are complex and exhibit multi-scale temporal and spatial variability. The understanding of the natural dynamics of the Earth System has advanced greatly in recent years and provides a sound basis for evaluating the effects and consequences of human-driven change. (...) Human activities are significantly influencing Earth’s environment in many ways in addition to greenhouse gas emissions and climate change. Anthropogenic changes to Earth’s land surface, oceans, coasts and atmosphere and to biological diversity, the water cycle and biogeochemical cycles are clearly identifiable beyond natural variability. They are equal to some of the great forces of nature in their extent and impact. Many are accelerating. Global change is real and is happening *now*” (IGBP, 2019, grifo do original.)

como um planeta que se comporta **como se** estivesse vivo, pelo menos a ponto de regular seu clima e química” (LOVELOCK, 2006, p. 29, grifos meus), Lovelock apresenta a seguinte descrição:

Partindo do centro para fora, a Terra é quase totalmente constituída de rocha fundida e metal. Gaia é um invólucro esférico fino de matéria que cerca o interior incandescente. Começa onde as rochas crustais encontram o magma do interior quente da Terra, uns 160 quilômetros abaixo da superfície, e avança outros 160 quilômetros para fora através do oceano e ar até a ainda mais quente termosfera, na fronteira com o espaço. Inclui a biosfera e é um sistema fisiológico dinâmico que vem mantendo nosso planeta apto para a vida há mais de 3 bilhões de anos. **Chamo Gaia de um sistema fisiológico porque parece dotada do objetivo inconsciente de regular o clima e a química em um estado confortável para a vida. Seus objetivos não são pontos fixos, mas ajustáveis a qualquer meio ambiente atual e adaptáveis às formas de vida que mantenha. Temos de pensar em Gaia como o sistema complexo de partes animadas e inanimadas. O crescimento vertiginoso dos seres vivos possibilitado pela luz solar favorece Gaia, mas essa força caótica e selvagem é contida por limitações que moldam a entidade propositada que se autorregula a favor da vida.** Vejo o reconhecimento dessas limitações ao crescimento como essenciais à compreensão intuitiva de Gaia. Importante para essa compreensão é que as limitações afetam não apenas os organismos ou a biosfera, mas também o ambiente físico e químico. É óbvio que este pode ser quente ou frio demais para a vida predominante, mas um fato menos óbvio é que o oceano se torna um deserto quando a temperatura da superfície ultrapassa cerca de 12°C. Quando isso acontece, forma-se na superfície uma camada estável de água morna que não se mistura com as águas mais frias, ricas em nutrientes, abaixo. Essa propriedade puramente física da água do oceano nega nutrientes à vida na camada morna, e logo a água oceânica superior iluminada pelo Sol vira um deserto. Esse é um dos motivos por que o objetivo de Gaia parece ser manter a Terra resfriada (LOVELOCK, 2006, p. 27-28, grifos meus).

Como podemos ver na passagem transcrita, e também como lembrado um pouco acima pela passagem da filósofa belga, Lovelock revolucionou a abordagem científica ao adotar um modelo muito mais complexo do que o fundado em relações lineares de causa e efeito. Ele propõe, assim, um “sistema complexo de partes animadas e inanimadas” (LOVELOCK, 2006, p. 27-28) que tende a manter condições para a manutenção da vida. As interações recíprocas entre as partes geofísicas e as biológicas conformam, então, um conjunto único, Gaia, uma “entidade propositada que se autorregula a favor da vida” (LOVELOCK, 2006, p. 27-28).

1.3.2 As consequências do “retorno sobre a Terra”

Em sua narrativa, Isabelle Stengers procura superar a análise moderna utilizando-se de um caminho bastante original, que também inclui críticas a um progresso épico naturalizado e acrítico, tão característico das narrativas sobre o desenvolvimento. Propondo uma desaceleração do nosso modo de pensar e uma colocação em xeque das nossas certezas, a autora introduz Gaia como um conceito chave para reintroduzir a agência da natureza:

Gaia é o nome de uma forma inédita, ou então esquecida, de transcendência: uma transcendência desprovida das altas qualidades que permitiram invocá-la como árbitro, garantia ou recurso; um suscetível agenciamento de forças indiferentes aos nossos pensamentos e aos nossos projetos (STENGERS, 2015a, p. 41).

Aceitar nomear Gaia é, portanto, abandonar o vínculo entre emancipação e conquista épica, e até mesmo entre a emancipação e a maioria das significações ligadas ao que foi, desde o século XIX, batizado de “progresso”. Deve haver luta, mas ela não tem, não pode ter mais, por definição, o advento de uma humanidade enfim liberada de qualquer transcendência. *Teremos sempre que contar com Gaia*, que aprender, à maneira dos povos antigos, a não ofendê-la. (STENGERS, 2015a, p. 53, grifo do original).

Ao afirmar que não podemos mais conceber “o advento de uma humanidade enfim liberada de qualquer transcendência”, a autora sugere uma mudança de paradigma no que diz respeito à visão linear de progresso predominante no pensamento ocidental. Ela também questiona uma “oposição brutal entre as ciências e os saberes chamados de “não científicos”, cuja articulação será necessária se tivermos de aprender como responder ao que já começou” (STENGERS, 2015a, p. 38). A transcendência à qual estamos submetidos, nomeada como “intrusão de Gaia”, “põe em xeque as teorias que armavam esse conhecimento “adulto”, que supostamente deviam ser a bússola das lutas” (STENGERS, 2015a, p. 52).

A filósofa belga propõe que se assuma a existência de Gaia para podermos lidar com as exigências e urgências do período atual, entre as quais se inclui a necessidade de mudar as relações das práticas científicas com o mundo. Partir do pressuposto que Gaia existe, requer, assim, que se reconheça que algo fundamental mudou, exigindo que também transformemos nossas relações. Assumir Gaia em um

mundo que toma facilmente o mercado como algo dado³⁰ não deve parecer estranho, pois, afinal, de acordo com a autora, a própria Gaia original de Lovelock tem algo em comum com o mercado: o papel potencial que endossa.

Outros autores das ciências humanas e sociais que realizam reflexões sobre a crise ecológica e climática e que também abordamos aqui, como Bruno Latour, Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, também evocam a ideia de Gaia, cabendo mencionar que existem especificidades relativas às visões de cada autor.

Não obstante, as formulações convergem com relação à importância que cada um deles atribui à transcendência de Gaia. Assim, para o filósofo francês, a noção de Gaia pode ser descrita como “uma injunção para rematerializar o pertencimento ao mundo” (LATOURE, 2015a, p. 283, trad. minha), ou como “o sinal do retorno sobre a Terra” (LATOURE, idem). Latour (2014) também vê em Gaia um potencial semelhante ao do Antropoceno para assinalar as especificidades do tempo pós-Holoceno; Danowski e Viveiros de Castro (2015) consideram a “intrusão de Gaia” o fenômeno mais significativo do século XXI.

1.4 OUTRAS NARRATIVAS

Uma investigação rápida a respeito de narrativas alternativas ao Antropoceno geológico nos mostra que, para além das proposições aqui apresentadas, teríamos diversas outras sugestões de nome para o período atual, cada uma enfatizando um aspecto específico do presente estado de coisas. Assim, podemos mencionar o Carboceno (LECAIN, 2015), o Necroceno (MCBRIEN, 2016), o Oligantropoceno, o Termoceno, o Thanatoceno, o Phagoceno, o Phronoceno, o Agnotoceno e o Polemoceno (citados por Bonneuil e Fressoz, 2016). Dados os limites desta pesquisa, escolhi realizar a apresentação adicional de três narrativas que considero contributivas para nossas reflexões: o Technoceno, o Chthuluceno e o Plantationoceno.

³⁰ Podemos dizer que, afinal, temos mais indícios que autorizam a pensar na entidade Gaia que na entidade do mercado autorregulador garantidor de bem-estar a todos.

1.4.1 Technoceno

Assim como Jason Moore, Alf Hornborg critica a generalização da humanidade e o apagamento das desigualdades embutidos na ideia de Antropoceno. Hornborg (2015) enfatiza, assim, que “a “humanidade” como um coletivo nunca foi um agente da história” (HORNBERG, 2015, p. 60, trad. minha), e que o Antropoceno não é fruto da ação do Homo Sapiens, mas de uma categoria social. Ele apresenta dados ilustrativos sobre a desigualdade entre as responsabilidades nas emissões de CO₂: entre 1850 e 2008, menos de 20% da população mundial foi responsável por mais de 70% das emissões (HORNBERG, 2015); no início do presente século, a emissão média de um estadunidense era 500 vezes maior que a de alguém residente no Afeganistão, Burundi, Camboja, Chade ou Etiópia (HORNBERG; MALM, 2014); entre a população mundial, os 45% mais pobres consumiam energia relacionada a 7% das emissões, enquanto a energia gasta pelos 7% mais ricos compunha 50% das emissões totais.

Hornborg (2015) e Hornborg e Malm (2014) criticam fortemente a ideia de que o progresso tecnológico consistiria puramente em engenhosidade, propondo um entendimento da tecnologia como fetiche, indissociável da divisão internacional do trabalho, que produz enormes desigualdades. Para Hornborg, assim, os baixos valores monetários atribuídos tanto para os recursos naturais como para o trabalho humano são inseparáveis do progresso tecnológico.

Much as inexpensive labour and land in colonial cotton plantations were fundamental to the Industrial Revolution (...), it remains essential for high-tech society that prices of oil and other resources are manageable. What we have thought of as the history of human invention is actually the history of rising inequalities within an increasingly globalized economy. When Paul Crutzen (2002, 23) refers to “James Watt’s design of the steam engine in 1784”, evoking our conventional understanding of an ingenious but seemingly random technological breakthrough, neither he nor his readers will be inclined to reflect on the extent to which this “invention” implicated colonialism and slavery (HORNBERG, 2015, p. 60).

Assim, para Hornborg, a troca desigual é um pré-requisito para o progresso tecnológico, considerado, pelo autor, como “em última instância, um relato fetichizado do deslocamento global de fardos relativos ao trabalho e ao meio

ambiente para categorias sociais com poder de compra menor” (HORNBERG, 2015, p. 65, trad. minha).

Observamos, assim, que a narrativa de Hornborg se aproxima da de Moore no sentido de ressaltar a exploração do trabalho e do meio ambiente como indissociáveis da narrativa eurocêntrica do progresso, comumente centrada no eixo temporal a partir da Revolução Industrial.

1.4.2 Chthuluceno

Donna Haraway (2016) situa as narrativas do Antropoceno e do Capitaloceno realçando suas características totalizantes, em que os protagonistas sugeridos seriam os únicos agentes dos processos. Ela não descarta a utilização de nenhum dos dois termos, mas propõe um novo para suprir a necessidade de a narrativa incluir atores chave para além dos

protagonistas muito-grandes nas histórias muito-grandes (*sic*) do Capitalismo e do Anthropos, sendo que ambas estimulam estranhos pânicos apocalípticos e denúncias até mais estranhas ao invés de práticas atentas de amor, raiva e cuidado (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 55-56, trad. minha).³¹

O Chthuluceno, nome criado por Haraway com inspiração em uma aranha californiana (*Pimoida cthulhu*)³² é explicitamente uma narrativa propositiva, em que a autora busca configurar possibilidades de conexões “tentaculares” entre agentes em “tempos precários, em que o mundo não está terminado e o céu não caiu – ainda” (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 55).

Haraway dá, assim, atenção especial ao enquadramento teórico das narrativas sobre a crise. O Chthuluceno representa a necessidade de se pensar a

³¹ “Diverse human and nonhuman players are necessary in every fiber of the tissues of the urgently needed Chthulucene story. The chief actors are not restricted to the two-big players in the 2 big stories of Capitalism and the Anthropos, Both for switch invite odd call lipstick panics and even other disengage it the new situations rather than attentive practices of thought, love, rage and care.”

³² Como apontado pela autora, o nome não tem relação com o personagem criado pelo escritor americano de ficção científica H. P. Lovecraft: “Chtulhu (note spelling), luxuriating In the science fiction of H. P. Lovecraft, plays no role for me, although it/he did play a whole for Gustavo Homiga, this scientists who named my spider demon familiar” (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 174).

respeito das conexões que estabelecemos, sejam as conscientes ou as automáticas, sempre que contamos histórias, pensamos e criamos conhecimento. A própria urgência do tempo atual impele a pensar, a criar outras histórias, diferentes das do Antropoceno ou do Capitaloceno, com um novo foco:

With a shell and a net, becoming human, becoming humus, becoming terran, has another shape- that is, the side-winding, snaky shape of becoming with. To think-with is to stay with the naturalcultural multispecies trouble on earth. There are no guarantees, no arrow of time, no Law of History or Science or Nature in such struggles. There is only the relentlessly contingent SF³³ worlding of living and dying, of becoming-with and unbecoming-with, of sympoiesis, and so, just possibly, of multispecies flourishing on earth (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 40).

Para possibilitar essas novas histórias, seria necessário que nos destituíssemos das referências que conformam tanto o Capitaloceno (nome preferido por Haraway ao Antropoceno³⁴) como as alternativas que orbitam em torno dos mesmos eixos do progresso (seja de crença ou descrença nele). O Chthluceno representa então, na visão da autora, a necessidade de se reinventar as histórias de conexões entre humanos e não humanos, já que a época em que vivemos impele a reconstruir refúgios, havendo assim a necessidade de se “pensar num novo e potente nome (...) para as dinâmicas de forças e poderes sim-chthonicas em curso, das quais as pessoas são uma parte, dentro das quais esse processo está em jogo” (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 132, trad. minha).

Uma das principais peculiaridades da narrativa proposta por Haraway é, assim, o seu caráter inerentemente propositivo. Ela sugere que, ao invés de se cair automaticamente nos pólos do otimismo ou do desespero, se aja ativamente para “reconstruir refúgios, para tornar possível uma parcial e robusta recuperação e

³³ “String-figuring” (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 34).

³⁴ Haraway usa o termo Capitaloceno (ver citação a seguir) de maneira recursiva, reconhecendo seu rendimento para narrar a época atual, ainda que, como já mencionado, proponha o Chthluceno como símbolo da reinvenção e recomposição que julga necessárias para que se sobreviva às ruínas e precariedade da época presente: “No matter how much he might be caught in the generic masculine universal and how much he only looks up, the Anthropos did not do this fracking thing and he should not name this double- death-loving epoch. The Anthropos is not Burning Man after all. But because the world is already well entrenched and seems less controversial to many important players compared to the Capitalocene, I know that we will continue to need the term Anthropocene. I will use it too, sparingly; what and whom the *Anthropocene* collects in its refurbished netbag might prove potent for living in the ruins and even for modest terran recuperation. Still, if we could only have one word for these SF times, surely it must be the Capitalocene. Species Man did not shape the conditions for the Third Carbon Age or the Nuclear Age” (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 47).

recomposição biológica-cultural-política-tecnológica, que deve incluir o luto por perdas irreversíveis” (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 133, trad. minha). A proposição, assim, envolve simultaneamente a possibilidade de novos possíveis e a incorporação das perdas e do luto.

1.4.3 Plantationoceno

O Plantationoceno foi também um termo cunhado por Haraway (HARAWAY; TSING; MITMAN, 2019) para chamar atenção para as consequências e implicações do sistema de plantation desde a colonização europeia nas Américas. O termo foi concebido como uma categoria adicional (não excludente de outras) para se pensar a respeito da crise ecológica.

Além do trabalho forçado dos africanos escravizados pelos colonizadores, o sistema de plantation envolveu, também, como se sabe, o desmantelamento das organizações agrícolas indígenas e de diversos ecossistemas. Haraway ressalta algumas características menos lembradas do sistema: ela apresenta a plantation como “um sistema de trabalho forçado multiespécie” (HARAWAY; TSING; MITMAN, 2019, p. 5, trad. minha). No período mais recente, a plantation permanece para além dos processos de descolonização formal, independência política e fim da escravidão, sendo atualizada por meio do trabalho pago, mas alienado e com restrição da liberdade de escolha do trabalhador em vários aspectos.

Anna Tsing define a plantation como “a conjuntura entre simplificações ecológicas, a disciplina das plantas em particular e a disciplina dos humanos para trabalhar nesse quadro” (HARAWAY; TSING; MITMAN, 2019, p. 6, trad. minha). Ela reforça a relevância da perda do vínculo entre viventes, sejam humanos ou não humanos, e deles com o lugar advindas com a imposição do sistema. Também lembra como a simplificação radical dos ecossistemas provocada pela plantation traz pestes e patógenos.³⁵ Donna Haraway (HARAWAY; TSING; MITMAN, 2019) reforça

³⁵ O problema da simplificação ecológica e multiplicação de pestes como consequências da monocultura já era mencionado na obra clássica de Rachel Carson, na década de 1960: “Single-crop farming does not take advantage of the principles by which nature works; it is agriculture as an engineer might conceive it to be. Nature has introduced great variety into the landscape, but man has

a magnitude dos desequilíbrios ecológicos da plantation, relacionando-a, ainda, à insustentabilidade e ao extermínio.

Em diversos trabalhos (por exemplo, em TSING, 2015 e TSING, 2017), Anna Tsing desenvolve ideias a respeito das ecologias do Holoceno e do Antropoceno, diferenciadas pela difusão do sistema de plantation. A proliferação da transformação de seres vivos, humanos e não humanos em bens e a sua alienação dos mundos da vida em uma escala inédita é a síntese apresentada pela autora para caracterizar a época atual.

Reflexões a respeito dos abalos sofridos pelas conexões entre seres vivos a partir da promoção da alienação e mercantilização dos trabalhos humanos e não humanos nos remetem a modos de vida que, ao promover outras relações com o ambiente e com os não humanos, se constituem como alteridades à frente de modernização.

1.5 NARRATIVAS INDÍGENAS

Não deixando de reconhecer a diversidade e as singularidades das cosmologias indígenas, reúno, nesta seção, algumas percepções de indígenas de alguns grupos brasileiros a respeito de mudanças ecológicas e climáticas observadas mais recentemente. Podemos considerar que essas perspectivas são de grande relevância para nossas reflexões, já que elas expressam pontos de vista de alteridades à frente de modernização, ampliando nossas possibilidades de análise.

Muitos dos relatos indígenas que fazem referência à crise ecológica e climática coincidem com narrativas a respeito do início da colonização, com a chegada dos brancos. Nas perspectivas indígenas, encontramos, dentre outras, alusões às mudanças climáticas, à destruição de matas e florestas e à poluição de rios, em meio às histórias contadas a respeito da invasão das terras das populações autóctones. Isael e Sueli Maxacali contam como o grupo Maxacali, em Minas Gerais,

displayed a passion for simplifying it. Thus he undoes the built-in checks and balances by which nature holds the species within bounds” (CARSON, 1962).

foi forçado a escolher entre a sobrevivência, expressa na metáfora da perda da língua, e a perda da terra, relatada a seguir:

Os Tikmũ'ün sempre andaram por aqui, nestas terras que vocês, brancos, chamam hoje de Vale do Mucuri e que nós chamamos kōnāgmōgyok, “onde corta o rio”. Éramos muitos antigamente e vivíamos acompanhando as águas. Fazíamos uma aldeia, caçávamos, pescávamos e dançávamos com os yāmīyxop (espíritos) e depois de um tempo os mais velhos se reuniam e decidiam se mudar. Antigamente não havia brancos aqui. Quando os primeiros brancos chegaram, eram muito bravos. Matararam muitos Tikmũ'ün e trouxeram doenças também. Os “padres de roupa vermelha” (āmānexxāta) traziam panos para os Tikmũ'ün, que espalhavam sarampo e varíola. Quando um adoecia, todos se separavam, com medo, e fugiam pro mato. Foi assim mesmo que aconteceu aqui perto, em Itambacuri (MG). Os Tikmũ'ün partiram, subiram até o Vale do Jequitinhonha, onde hoje fica Araçuaí (MG). Outros vieram do sul da Bahia e fugiram pra Minas Gerais, assim como fizeram os Yĩmkoxeka que foram subindo do Espírito Santo até chegarem em Teófilo Otoni (MG). E quando se encontravam, os Tikmũ'ün e os Yĩmkoxeka brigavam. Mas havia o espírito de uma criança, yāmiynāg, que sempre nos avisava quando alguma ameaça como os brancos ou os botocudos se aproximava. À noite, ele vinha e batia nas madeiras da casa do seu pai toktoktoktok e avisava: “Pai! Pai! Vocês devem partir! Leve os Tikmũ'ün pra longe daqui! Escondam-se! Os brancos estão vindo te matar!” E então os Tikmũ'ün fugiam outra vez. Por fim, chegamos onde hoje ficam as aldeias de Água Boa (Santa Helena de Minas, MG) e Pradinho (Bertópolis, MG) e nos escondemos debaixo de uma pedra bem alta, que chamamos mikaxkaka, “debaixo da pedra”. Mas os brancos então já estavam por toda parte e nos perseguiam, querendo nos matar. Quando os brancos se aproximavam ou os Tikmũ'ün ouviam passar um avião, corriam para dentro de uma gruta em Água Boa, onde viviam vários morcegos, e esperavam os brancos passarem. Os brancos iam embora, pensando que tinham acabado com todos, mas eles estavam lá, escondidos. Com o tempo, não teve mais jeito e eles tiveram que se envolver com os brancos. Os brancos traziam cachaça, tecidos, facas, foices e distribuíam entre eles. Naquele tempo, os Tikmũ'ün não sabiam das coisas. Os brancos traziam uma faca e eles trocavam por terra, traziam um boi, e eles trocavam por terra, traziam cachaça, e eles trocavam... Os brancos tiravam foto dos homens e das mulheres e mostravam pra eles dizendo: “Aqui está a alma (koxuk) de vocês! Se vocês não forem embora daqui, vamos destruir vocês todos!”. E os Tikmũ'ün, com medo de perderem seus yāmīyxop (espíritos), fugiam. Assim os fazendeiros foram tomando as nossas terras e derrubando toda a mata. Nós mesmos, quando crescemos em Água Boa, vimos com nossos próprios olhos a mata grande. Mas com o tempo os fazendeiros derrubaram tudo e a floresta virou capim. Nós, Tikmũ'ün, tivemos que escolher: ou perdíamos a terra ou perdíamos a língua. Preferimos perder a terra do que perder a língua. Se tivéssemos escolhido perder a língua, já não existiríamos mais. Teríamos todos desaparecido, como muitos outros povos que viviam aqui (MAXACALI, I.; MAXACALI, S., 2017, p. 100).

A seguir, fala-se sobre as consequências ambientais do alastramento do modo de vida hegemônico dos brancos, havendo referências inclusive às mudanças climáticas, como podemos ver a seguir:

Hoje, a terra onde vivemos é pequenininha. Os brancos tomaram tudo. A terra, as águas, o céu, o sol e o vento hoje estão doentes. Por que estão doentes? Porque a mata acabou, os rios secaram e as nossas águas adoeceram. O corpo da terra está quente. Plantamos sementes e mudas, mas elas não crescem mais como antes. A terra está quente por dentro e por isso as sementes se queimam antes de brotar. Mesmo se molharmos, não crescem tão rápido como crescem com a água da chuva. A mata hoje está fraca. Não há mais árvores altas e fortes como as que viviam aqui antigamente. A chuva e os ventos estão com raiva e não querem mais cair ou soprarem por aqui. Por isso a terra está tão quente. Quando a água dos lagos evapora, se transforma em nuvens vermelhas, que também estão doentes e esquentam a terra. Chove forte, mas a chuva que cai hoje em dia adoce as nossas crianças. Antigamente, nossas crianças não adoeciam como hoje, porque havia muita mata e muita sombra. Mas hoje, quando chove ou venta, elas começam a tossir, a gripar e a queixar dor de garganta, dor de cabeça... Antigamente, não tinham nada disso. Mas os brancos chegaram e derrubaram toda a mata, poluíram os rios, construíram usinas hidrelétricas e acabaram com os peixes. Nossos avós viviam até os cem anos. Mas nós não chegaremos nesta idade, porque hoje temos doenças que não conhecíamos e já não comemos mais como antigamente (MAXACALI, I.; MAXACALI, S., 2017, p. 101).

Observamos, na passagem, a elaboração de um contraste entre o tempo atual, em que o grupo vive em uma terra “pequenininha”, já que “os brancos tomaram tudo” (ver citação anterior), e em que se relata a fraqueza da mata, o aquecimento do corpo da terra, o adoecimento das águas, das crianças e dos adultos; e o tempo anterior ao contato, em que “havia muita mata e muita sombra” (ver citação anterior), e não se observava um adoecimento das crianças após a chuva nem a poluição dos rios e o desaparecimento dos peixes.

É evidente que, em virtude das concepções e práticas bastante diferentes a respeito das relações entre populações e meio ambiente de indígenas e coletivos modernos, relatos indígenas sobre o contato com os brancos trarão inúmeras referências à destruição do meio ambiente. Mais recentemente, observamos que, acrescidas a elas, existem também muitas menções à mudança climática.

Davi Kopenawa faz uma reflexão sobre as ações predatórias dos brancos na floresta amazônica, em que menciona o termo “mudança climática”, situando a responsabilidade dos brancos e caracterizando o rastro, a pegada que deixam na terra:

Nós Yanomami, estamos muito preocupados porque os brancos só pensam em estragar a Terra, só sabem destruir a floresta. Eles não têm amizade por ela, não a querem. Da profundidade do seu chão só arrancam coisas para fabricar suas mercadorias, depois as queimam e o mundo se enche de fumaças que viram doença xawara para todos. A floresta também adocece

dessas fumaças, suas árvores morrem, bem como suas águas e seus animais. É assim que entendemos as coisas. Por isso, nós Yanomami, estamos tão inquietos. Nós perguntamos: “Por que razão os grandes homens dos brancos não falam sabiamente entre eles e continuam querendo maltratar a Terra?” Eles já têm muitas mercadorias, é suficiente! Apesar disso querem ainda tirar da terra todas estas coisas brilhantes, pedras e metais, com os quais fabricam suas coisas preciosas. É isso que preferem entre tudo; é por causa disso que destroem e sujam nossa Terra! Eles não sabem cuidar da floresta, nem querem. Só pensam: “A floresta cresceu sozinha, sem motivo, nós somos os donos das mercadorias e vamos continuar fabricando muitas mais!” Eles cavam seu chão, cortam suas árvores e a queimam em toda parte. Depois disso, todos vocês falam do que chamam de mudança climática. Nós ouvimos essas palavras, mas não as achamos bonitas. O que vocês nomearam assim não vem do nosso rastro. Nós, habitantes da floresta, não maltratamos a Terra. Não desmatamos a floresta sem medida. Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra. É isso que queremos falar. Os brancos carecem de sabedoria e não pensam muito longe (KOPENAWA, 2018).

Kopenawa descreve, assim, a destruição ambiental que caracteriza como “pegada dos brancos”, deixando clara a contraposição entre o rastro dos brancos e o dos Yanomami. Ele conecta a destruição da floresta à “mudança climática”, que, assim como outros termos “dos brancos”, como o “meio ambiente”³⁶ são refutados pela perspectiva do xamã Yanomâmi.

Ao se referir a diversas narrativas de indígenas brasileiros relativas às modificações no clima, a pesquisadora Valéria Macedo comenta as reações dos indígenas aos prognósticos relativos ao aquecimento global da seguinte forma:

Para muitas dessas populações, tais prognósticos [sobre as consequências extremas do aquecimento global], mesmo que preocupantes, não trazem grande novidade, seja porque o uso predatório dos recursos pelos brancos não poderia dar em outro resultado, seja porque a terra já foi destruída e renovada outras vezes (MACEDO in ISA, 2011, p. 18).

Ao nos debruçarmos sobre tais narrativas, nota-se, assim, que as percepções das populações indígenas trazem referências cosmológicas que contrastam com a perspectiva moderna, já que consideram como agentes toda uma rede de espíritos, uma “internet espiritual” (MACEDO in ISA, 2011, p. 18), com a qual é possível se comunicar por meio, por exemplo, do xamanismo.

Como aponta Macedo, a preocupação de muitos povos indígenas “é que essa rede esteja se esgarçando, sendo as mudanças climáticas apenas uma de

³⁶ Essa questão será retomada no próximo capítulo.

suas manifestações” (MACEDO in ISA, 2011, p. 18). Em diversas cosmologias, muitos dos espíritos agem justamente sustentando e preservando a Terra e as florestas, ameaçadas pelas ações predatórias dos brancos. A seguir, são elencados trechos de narrativas de diversos grupos indígenas no Brasil em que se observa a presença desse gerenciamento cosmológico que age sobre a esfera da vida:

O mundo vê os recursos naturais como uma fonte de dinheiro, isso é o que sofremos hoje em dia. Não é simplesmente uma mudança climática, são mudanças de pensamento. Os lugares sagrados são uma parte nossa, enquanto que o mundo vê esses locais como fonte de recursos monetários para retirar ouro, madeira. Por isso o câmbio climático é brusco, se não temos nossos lugares sagrados não há vida, pois é lá que tem ar, alimento, cura. Hoje em dia começa a chover quando não é pra chover, faz calor fora de época, isso é o que causa pobreza porque falta alimento, quando tem muita seca e muita cheia, não tem safra, não tem lugares pra caçar ou pescar. A natureza se regula por si só, não tem fertilidade na terra se chove muito.

Alguns antigos eram especialistas em manejar essas coisas no mundo espiritual. Todos sabiam de tudo, mas nem todos manejavam o mesmo, senão teria conflitos de conhecedores. Eles eram muito respeitosos com isso. Eles tinham um sistema de comunicação direta à longa distância. Circulação de energias para que tudo possa se mover... E quem diria como tudo isso funciona seriam os pajés: coisas que se pode fazer, coisas que não se pode fazer. Para os índios, tudo tem vida. Uma pedra: por que tem vida, se não come e não respira? Sim, tem vida, por isso existem os petróglifos. Eles não caminham, comem, respiram, mas espiritualmente são lugares que se encarregam de dar o ar que a gente respira... Então o manejo do mundo estava centrado nessas coisas. Que tudo isso estivesse bem, que peixes se reproduzissem, fartas frutas no devido tempo, verão no devido tempo. Espiritualmente, havia permanente comunicação entre sabedores dos diferentes grupos, permanente interação no mundo. Eles sabiam muito bem as mudanças do calendário: eles, entre eles, conhecedores... Eles tinham internet espiritual, um sistema de comunicação direta à longa distância. Tinham, não escreviam... Não precisava de tanta maquinaria para mover esses recursos... Fazia com que o manejo se desse por meio da atitude do homem. E quem diria como tudo isso funciona seriam os pajés.

Há coisas que se pode fazer, e coisas que não se pode fazer. O mundo se maneja vendo, vivendo, fazendo. Quando muda o equilíbrio no manejo espiritual do mundo, a história muda totalmente. Agora com tristeza temos que assumir essa realidade em que vivemos. O lugar dos brancos na origem era longe, porque, como cachorros, não se controlam, comem demais. Na origem, os brancos foram postos fora desse círculo de manejo por sua avidez e descontrole. Os brancos vão comendo do que vão encontrando. Agora alguns são aliados no interesse de salvar o planeta... (MAKUNA, 2018).

Vivo com a minha reza ainda pela vida dos inocentes, pois ainda aparecem crianças que esperam muitas coisas de mim. Por isso tenho forças para continuar a minha vida como opuraheiva. Se hoje o mundo ainda não acabou é pela vida destes inocentes, pois, do mesmo jeito que o Kuarahy (Sol) ilumina a gente, ele pode sumir e acabar com tudo. Isso vai acontecer quando acabarem os opuraheiva. Kuarahy pode fazer uma troca e nos devolver o que fizemos contra terra, para então, renovar e começar tudo de novo (...) (VERA, 2017, p. 106).

Wana, Wanawaka, era o avô do frio. Ele é que até hoje envia a friagem que chega às cabeceiras do Rio Negro. Todos os anos nesse período ele sai de sua casa, sobe o Rio Negro e seus afluentes em sua canoa e chega até às cabeceiras. Vai remando e carregando suas esteiras de pari, peneiras e cuias, além de seu grande pulsar, por onde passam as gotas de chuva fina que resfria e purifica o clima. O orvalho da manhã e as estrelas são aliados dos kumuãem seus procedimentos para acalmar o calor da terra e o coração das pessoas. Para eles, o orvalho da manhã é a saliva das estrelas e das constelações. Com eles, os kumuã manejavam o clima e mantinham o mundo em equilíbrio (QUENTURA, 2018, 0`20`).

Destaco, na narrativa makuna citada, a descrição de um “câmbio climático brusco” (MAKUNA, 2018) causado pela extração de materiais de lugares sagrados. As “coisas que não se pode fazer” realizadas pelos brancos teriam levado a uma “mudança de equilíbrio no manejo espiritual do mundo” (idem). Não obstante, alguns dos brancos são considerados hoje aliados no propósito de salvar o planeta (MAKUNA, 2018).

Como apontam Danowski e Viveiros de Castro (2015), as populações indígenas estão acostumadas à vivência de diversos fins, tanto devido à violência histórica do processo de colonização europeia como pela forma com que compuseram suas cosmologias, que retratam o fim e o recomeço do mundo por diversas vezes. Também é própria a tais cosmologias a característica de não dissociar o mundo da humanidade, que, por sua vez, é entendida como extensiva a outras espécies:

O que parece ser um constante nas mitologias indígenas do fim do mundo é a impensabilidade de um mundo sem gente, sem uma humanidade, por mais diferente da nossa que ela seja- em geral, aliás, as sucessivas humanidades de cada era cósmica são completamente alheias entre si, são como espécies distintas. A destruição do mundo é a destruição da humanidade e vice-versa; a recriação do mundo é a recriação de alguma forma de vida, isto é, de experiência e perspectiva; e como já vimos, a *forma* de toda vida é “humana” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 102, grifo dos autores).

É, assim, impensável para tais coletivos o mundo sem gente reiteradamente visualizado pela ficção moderna ou, de certa forma, por projetos de hipermodernização como os da conquista espacial. Ao contrário de nós, modernos, que em nossa imaginação futurista visualizamos robôs e andróides em meio a um mundo cada vez mais inanimado, virtualizado e maquinificado, os indígenas não concebem um mundo sem vida. Como ressaltam Danowski e Viveiros de Castro, o

mundo e a vida, para eles, são coextensivos (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Valéria Macedo (2009) relata ter observado, entre os Guaranis da Serra do Mar, correlações entre os problemas ambientais, incluindo as mudanças climáticas, e o adiamento do fim do mundo, combinado entre os deuses (MACEDO, 2009). A indissociabilidade entre os coletivos indígenas e o ambiente faz antever um fim no desaparecimento de espécies, rios, matas e florestas e nas alterações climáticas provocadas pelos brancos, como observamos em diversos relatos das mudanças dos ciclos longamente vivenciados pelas populações. Uma fala de Maria Valdeni de Mâncio Lima, da Terra República Tukini, no Acre, por exemplo, ilustra os efeitos da mudança climática sobre os rios e igarapés da região:

Eu tenho 47 anos e já sinto isso. Mudou muito da minha infância pra cá. Nesses últimos 10 anos a gente está sentindo muito os rios, os igarapés, a diminuição da água... A água tá diminuindo, o clima tá variando, época que a gente esperava frio, agora já é quente, a floresta tá secando, diminuindo os alimentos, elas não estão produzindo tanto como produziam... Os peixes estão, muito deles estão morrendo na época do inverno, né, que a gente considera inverno... Os igarapés secam e por motivo da água estar bem baixa. Vários peixes começam a morrer porque a temperatura esquenta muito, então eles não estão adaptados àquela quentura da água, e por esse motivo a gente está perdendo muitas espécies (EBC, 2018).

As percepções de populações indígenas a respeito da crise ecológica e climática vêm sendo registradas também em produções fílmicas. O documentário *Para onde foram as andorinhas?*, dirigido por Mari Corrêa, produzido para ser exibido durante a Conferência do Clima de Paris (COP-21), retrata as observações de populações do Parque Indígena do Xingu. Da mesma diretora, o filme *Quentura* apresenta relatos a respeito da vivência de mudanças climáticas de mulheres indígenas nas Terras Indígenas do Rio Negro, Yanomami e Kaxinawá do Rio Jordão, todas na Amazônia.

A seguir, selecionamos alguns trechos de falas de indígenas reproduzidos nos filmes citados:³⁷

³⁷ Os nomes referentes às falas transcritas dos filmes não foram referenciados por só aparecerem no final dos documentários, não sendo possível identificá-los.

Já está na época da florada do ipê. Já passou da época do yepenu florir. Não floriu porque não está se sentindo bem. Por causa do calor as árvores não se sentem bem e por isso não estão florindo. Como vamos saber o tempo da nossa história acontecer? Se já perdemos os sinais que marcam o tempo? Está mudando o tempo da nossa história (PARA ONDE FORAM AS ANDORINHAS?, 16` 44``).

A andorinha é o verdadeiro pássaro que traz a chuva. É por isso que os Kawaiweté diziam: “Olha aí as andorinhas, elas estão chegando!” É assim que nós, os Kawaiweté, dizemos uns aos outros. É ela quem traz a chuva. Quando a chuva está para cair elas se juntam. Muitas mesmo! Mas hoje em dia não tem mais isso. Não sei se vou saber identificar o início da chuva com antecedência. Por que o pássaro que traz a chuva não vem? Eu fico me perguntando isso (PARA ONDE FORAM AS ANDORINHAS?, 2015, 17`25``).

Como vamos ficar quando os brancos acabarem com as florestas? Onde nossas crianças, nossos filhos, vão buscar sua medicina? Estamos preocupados com isso. É por isso que não permitimos que os brancos invadam nosso território. Quando acabarem nossos alimentos, o que nossos netos vão comer? O que o meu neto vai comer? Eu fico pensando. Eu vejo que eles vão passar fome e depender da comida dos brancos. Porque o calor está demais. E o seu efeito sobre as nossas plantações é devastador (PARA ONDE FORAM AS ANDORINHAS?, 2015, 18`47``).

Os antigos falavam que nos tempos vai chegar fome, eles falavam, né...E vocês têm que plantar, têm que fazer roça, tudo isso, né... Os antigos tinham muita roça, vários tipos de planta...Hoje em dia quase não tem não...É, mudou mesmo, mudou...Da seca eu percebi que está assim mudada, né, porque tá diminuindo demais os peixes, né...E da quentura também...Porque esquentava, mas não esquentava muito, né, assim como hoje em dia...Muito quente...(QUENTURA, 2018, 03`40``).

Antigamente eu trabalhava. Trabalhei na roça com minha mãe. Eu fazia todo tipo de trabalho. Minha mãe dizia: “Agora é tempo de verão. Nesse mês de agosto. Vejam onde estão as estrelas Siusi, Araripari, Mukaita. Elas aparecem na época de verão. Hoje já não chove”. Esse era o calendário. “Essa lua faz chover. Isso é assim.”. Assim ela dizia para nós. Ela dizia: “É assim mesmo. Olhem onde está Araripari. Já é tempo de verão, minhas filhas.” Assim ela falava para nós faz tempo. E nós à toa! Mas hoje em dia o tempo está mudando cada vez mais. É diferente. Já não é como antigamente. Na nossa visão. Nós velhas. Já não é mais como antigamente o verão. Hoje, dá um ou dois dias de sol e aquele que tem roça já começa a queimar. Mas no dia seguinte chove. Já não sabemos quando é o verão (QUENTURA, 2018, 4`39``).

Com tanta quentura nas nossas plantações atualmente, o abacaxi fica desse jeito. Seca, apodrece, não dá mais para colher (...) Essas pimenteiros ardosas que eu plantei com tanto gosto não nasceram nem cresceram. Elas acabaram morrendo com tanta quentura. Por isso não dá mais para plantar pimenteiros (QUENTURA, 2018, 8`50``).

Ao aumento do calor, ao aquecimento e diminuição das águas dos rios e igarapés, à morte de peixes, à mudança na época de floração das árvores, ao desaparecimento de espécies, à diminuição da fertilidade da floresta e à interrupção no desenvolvimento das roças mencionados nos relatos, podemos acrescentar diversas outras observações, como, por exemplo, as relativas às mudanças do regime pluvial: “A chuva cai muito pouco. Mas, depois, na lua seguinte, de repente

cai muito forte, “sem parar” (KOPENAWA, 2019); ou as “chuvas sem limite” a que faz referência a rezadora Ava Guarani Estela Vera (VERA, 2017, p. 106).

Se as mudanças climáticas causam efeitos imprevisíveis e muito preocupantes para nós, modernos, já há muito habituados a uma vida referenciada predominantemente em artefatos tecnológicos, imaginemos o quão intensa é a mudança para coletivos que, diferentemente, se orientam a respeito das condições climáticas pelos sinais das estrelas, das andorinhas, e que hoje observam que “o pássaro que traz a chuva não vem” (PARA ONDE FORAM AS ANDORINHAS?, 2015) e que “já não sabemos mais quando é o verão” (QUENTURA, 2018).

Para além da constatação óbvia dos efeitos nocivos (incluindo os ambientais) da colonização sobre as populações indígenas, percebemos, por meio da observação dos relatos citados, que, mais recentemente, as mudanças climáticas vêm causando fortes interferências negativas na vida desses coletivos. Assim, reconhecendo os vínculos entre os já conhecidos efeitos da colonização e a destruição do meio ambiente, ressaltamos, aqui, os efeitos reiteradamente relatados por essas populações a respeito de desregulações de estações e de sinais de mudanças de tempo, características relacionadas à crise climática.

1.6 NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA – UM PANORAMA

Bonneuil (2015) descreve as implicações da construção de narrativa sobre o Antropoceno, elencando, dentre outros elementos, atores, pontos de virada e forças-chave que são realçados em detrimento de outros, além de fatores causais e lições morais implícitos ou explícitos. O autor divide as narrativas em quatro grandes grupos: a narrativa naturalista, a da pós-natureza, a ecocatastrofista e a ecomarxista.³⁸ No quadro a seguir, resumimos as características principais de cada categoria de narrativas apresentada pelo autor:

³⁸ Em Bonneuil e Fressoz (2016), é acrescentado um quinto agrupamento de narrativas, *ecofeminista*, sem, no entanto, haver mais detalhes ou exemplos (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016).

QUADRO 1

Narrativas da crise ecológica segundo Bonneuil (2015)

Narrativa	Naturalista	Pós-natureza	Ecocatastrofista	Ecomarxista
Ênfase principal	“espécie humana”	ontologia hibridista e relacional	limites da finitude do planeta	Capital (comprovação do metabolismo insustentável do capitalismo)
Solução apresentada	Ciência, tecnologia e cientistas conscientes como potenciais salvadores do planeta	Avanço tecnológico e (neo)consciência da hibridez entre o “humano” e o “natural”	Sociedade civil, mudanças no modo de vida.	<i>Não explicitada</i>
Regime de historicidade	Progressista	Progressista	Regressista; só haverá possibilidade de evitar colapso com mudança radical no modo de vida	Regressista (fim da “natureza barata”), a não ser que haja mudança estrutural.

Fonte: Elaboração própria a partir do texto de Bonneuil (2015).

De acordo com a classificação do autor, tanto o Antropoceno geológico de Crutzen, Stoermer e Steffen como o Antropoceno de Chakrabarty estariam caracterizados no primeiro conjunto. A narrativa da “pós-natureza” contemplaria a perspectiva de Bruno Latour em trabalhos anteriores,³⁹ entre diversos outros autores.⁴⁰ A grande narrativa “ecocatastrofista” se centra em uma perspectiva da ultrapassagem de limites biogeofísicos da Terra, e abrangeria, possivelmente⁴¹, a perspectiva de Rockström *et al.*, na definição das “fronteiras planetárias”. O conjunto é integrado por outras abordagens, como o relatório “Limits to Growth” (MEADOWS *et al.*, 1972), e perspectivas mais recentes, como a de Clive Hamilton.⁴² Por fim, a

³⁹ Podemos considerar que obras mais recentes de Latour o aproximariam muito mais da narrativa “ecocatastrofista” que da “pós-natureza”. Essa perspectiva será melhor desenvolvida no Capítulo 3.

⁴⁰ Bonneuil cita e analisa trechos de textos de Latour e de alguns outros autores que claramente se posicionam em uma vertente em que é pertinente a caracterização da grande narrativa da pós-natureza sugerida pelo autor. No entanto, Bonneuil nomeia, ao final do trecho em questão, diversos outros autores que caracteriza como partidários da mesma perspectiva, mas sem fazer referência a obras específicas. Entendo que os textos de Donna Haraway e Isabelle Stengers aqui citados expressam perspectivas muito distintas daquelas descritas por Bonneuil nessa categorização, em que se coloca forte ênfase nas soluções tecnológicas e em que alguns autores englobados, como Erle Ellis, chegam até a vislumbrar a possibilidade de um Antropoceno positivo.

⁴¹ Bonneuil não chega a mencionar Rockström, mas faz alusão ao termo “planetary boundaries” na descrição mencionada.

⁴² Sobre a perspectiva de Hamilton, ver também o Capítulo 3.

narrativa “ecomarxista”, segundo Bonneuil, considera o Antropoceno “como resultado de uma segunda contradição do capitalismo, a sua inabilidade para manter a natureza” (BONNEUIL, 2015, p. 27, 28, trad. minha). Nessa perspectiva, é pertinente a escolha do autor de situar a proposição de Jason Moore nesse conjunto de narrativas.

A seguir, apresento uma compilação das narrativas abordadas neste capítulo, sintetizando algumas de suas características. São destacados os seguintes aspectos: as agências determinantes na crise que cada narrativa apresenta, os elementos principais de cada história contada, a solução vislumbrada em cada uma delas e a relação com a frente de modernização:

QUADRO 2

Narrativas da crise ecológica e climática apresentadas neste capítulo

Narrativa	Antropoceno (CRUTZEN, STOERMER, 2000; CRUTZEN, 2002; STEFFEN <i>et al</i> , 2011.)	Capitaloceno (MOORE)	Gaia (STENGERS)	Plantationoceno (HARAWAY; TSING)	Technoceno (HORNBERG; MALM)	Narrativas indígenas (diversas, ver item 1.5)
Agência determinante nas causas da crise	Atividades recentes (no tempo geológico) da espécie humana	Caráter exploratório do capitalismo	Respostas de Gaia às ações equivocadas do modo de vida dominante	Simplificação ecológica e perda de vínculos entre viventes	Categoria social mais rica	Ganância dos brancos, destruição das florestas, matas, rios, etc
Elementos principais	Expansão e impactos da atividade humana, agência humana sobre ecologia e geologia.	Capital (comprovação do metabolismo insustentável do capitalismo)	Dissociação humano/natureza	Plantation=> destruição	Desigualdades intra e entre países, trocas desiguais, progresso tecnológico como fetiche	Destruição ambiental, esgarçamento das redes de relação
Solução apresentada	Ciência, tecnologia (geoengenharia), governança global incluindo participação de cientistas conscientes como guias da humanidade	União das lutas ecológicas e anti-capitalistas, forjando uma perspectiva radical centrada no todo orgânico da vida e na biosfera.	Levar Gaia em conta e consequente transformação das relações e pensamento	Mudança de modo de vida e de relação com meio ambiente (ver Chthuluceno)	Recomposição das relações humano-natureza: de abstração global a uma relação local e senciante	Fim e subsequente recriação do mundo
Relação com a frente de modernização	Predominantemente positiva	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa

Fonte: Elaboração própria.

Com relação às narrativas indígenas, é importante destacar que elas fornecem, ao mesmo tempo, observações realizadas em registros cosmológicos distintos e elementos concretos sobre as mudanças climáticas e demais dimensões da crise.

Tais aspectos, a nosso ver, são imprescindíveis por fornecerem novas cores aos elementos sobre o Antropoceno, já que ilustram a não homogeneidade da categoria humana embutida na narrativa inicialmente apresentada por Crutzen e Stoermer. Assim, os relatos das populações indígenas representam as diferenças dos modos de vida apagados, subjugados ou em conflito com a frente de modernização, frequentemente esquecidas e obliteradas em narrativas generalizantes como o Antropoceno oficial. Como visto pela análise de Bonneuil e Fressoz (2016), e também por meio de diversos exemplos, como movimentos camponeses que resistem à adesão ao modo de vida capitalista, a ação humana generalizada na narrativa do Antropoceno ganha novas cores e nuances, um quadro mais condizente com a diversidade e complexidade dos fatos. Além disso, percebemos afinidades entre algumas narrativas indígenas (principalmente nas colocações de Davi Kopenawa e Maximiliano Makuna) que enfatizam a voracidade e a falta de limites do modo de vida dos brancos e a narrativa de Moore a respeito da fronteira capitalista. Guardadas as devidas diferenças ontológicas e cosmológicas, podemos aproximar as considerações de Moore a respeito da exploração e violência com vidas humanas, não humanas e com o ambiente, que o fazem caracterizar metaforicamente a ecologia do capitalismo como *cara*, de um trecho do livro *A queda do céu* (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

A fala de Davi Kopenawa ilustra como, para os indígenas lanomami, não há sentido em medir e atribuir um valor monetário para “serviços” e “bens” da natureza:

Recusamo-nos a deixar que destruam nossa floresta porque foi *Omana* que nos fez vir à existência. Queremos apenas continuar vivendo nela do nosso jeito, como fizeram nossos ancestrais antes de nós. Não queremos que ela morra, coberta de feridas e desejos dos brancos. Ficamos com raiva quando eles queimam árvores, rasgam a terra e sujam os rios. Ficamos com raiva quando nossas mulheres, filhos e idosos morrem sem parar de fumaça de epidemia. Não somos inimigos dos brancos. Mas não queremos que venham trabalhar em nossa floresta porque não têm como nos compensar o valor do que aqui destroem. É o que penso.
Eu não sei fazer contas como eles. Sei apenas que a terra é mais sólida do que nossa vida e que não morre. Sei também que ela nos faz comer e viver.

Não é ouro, nem as mercadorias, que faz crescer as plantas que nos alimentam e que engordam as presas que caçamos! Por isso digo que o valor de nossa floresta é muito alto e muito pesado. Todas as mercadorias dos brancos jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes. As peles de papel de seu dinheiro nunca bastarão para compensar o valor de suas árvores queimadas, de seu solo ressequido e de suas águas emporcalhadas. Nada disso jamais poderá ressarcir o valor dos jacarés mortos e dos queixadas desaparecidos. **Os rios são caros demais e nada pode pagar o valor dos animais de caça. Tudo o que cresce e se desloca na floresta ou sob as águas e também todos os *xapiri* e os humanos têm um valor importante demais para todas as mercadorias e o dinheiro dos brancos. Nada é forte o bastante para poder restituir o valor da floresta doente. Nenhuma mercadoria poderá comprar todos os Yanomami devorados pelas fumaças de epidemia. Nenhum dinheiro poderá devolver aos espíritos o valor de seus pais mortos!** (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 355, grifos meus).

É claro que, em se tratando de um líder indígena da expressão de Kopenawa, vemos a oposição entre o dinheiro- enquanto medida inapropriada- e o valor da floresta levada ao limite, em um registro de pensamento que, embora muito diferente do de um historiador marxista, pode nos levar a perceber, em alguns momentos, possibilidades de conexões com o aspecto mencionado do trabalho de Moore.

Como vimos, o elemento associado à frente de modernização no arranjo descrito por Latour mais acima, o capitalismo, é o protagonista da crise na visão de Jason Moore e de outros autores.

Sobre essa questão, merece destaque o ponto de vista de Stengers (2015), que, contundente na avaliação do capitalismo como um dos problemas centrais na conformação da crise, ressalta a necessidade de se conjugar essa avaliação com a consideração de outras agências que configuram “o emaranhado de questões terrenas e resilientes de preocupação”:

Today, both Jason Moore and Donna Haraway nevertheless claim that if our geological epoch were to acquire a name of its own, this name should be Capitalocene, not the Anthropocene. Perhaps many frustrated climatologists would now agree. The challenge for us may then be to use descriptive tools that do not give the Capitalocene the power to explain away the entanglement of earthly, resilient matters of concern, while adding that no Capitalocene story, starting with the ‘long sixteenth century’, can go very far without being entangled with the on-going invention/ production/ appropriation/ exploitation of what Jason Moore calls ‘cheap nature’ (STENGERS, 2015, p. 141, 142).

Considero, ainda, como dignas de nota, as semelhanças entre as perspectivas adotadas por Moore, com relação ao Capitaloceno, e por Hornborg, a respeito do Technoceno, já que ambas enfocam as desigualdades estruturais como elemento central para a compreensão da época que estão caracterizando. A apropriação (do trabalho humano e não humano) que é constantemente esquecida quando se utilizam termos como “progresso tecnológico” ou “desenvolvimento econômico” é, nas narrativas apresentadas por tais autores, o elemento principal a ser evidenciado, o que também desloca a agência da crise para a estrutura do sistema ou para aqueles que mais se beneficiam dela.

No caso dos pontos de vista apresentados na intrusão de Gaia, no Plantationoceno e também nas narrativas indígenas, observamos que a centralidade para a explicação da crise reside na quebra e ruptura de relações necessárias para manter a complexidade do sistema que garante a vida no planeta. As soluções sugeridas nas apresentações de Stengers, Haraway e Tsing convergem não só entre si, mas também com o que propõe Hornborg: para além das peculiaridades de cada uma dessas perspectivas, observamos afinidades nas proposições de uma transformação (ou recomposição) das relações humanas predominantes com o ambiente e os demais seres vivos.

As perspectivas subjacentes às proposições da intrusão de Gaia, do Plantationoceno, do Technoceno, do Capitaloceno e também, é claro, das narrativas indígenas, convergem também ao considerarmos que todas elas apontam para a necessidade de recuperação do vínculo entre o modo de vida moderno e o próprio planeta, ou seja, para a dimensão terrestre que caracteriza a manutenção da vida, como pode ser observado em uma descrição mais científica pela própria ideia de Gaia trazida originalmente por Lovelock.

Esse é o ponto principal que parece separar esse conjunto de perspectivas do ponto de vista observado na ideia do Antropoceno geológico trazida nos respectivos textos estudados no presente capítulo (CRUTZEN; STOERMER, 2000; CRUTZEN *et al.*, 2002; STEFFEN *et al.*, 2011). Como observamos por meio dos comentários de Bonneuil e Fressoz, Haraway e Hamilton, a narrativa hegemônica do Antropoceno apresenta uma continuidade com o projeto de modernização, o que, podemos acrescentar, a posiciona na direção oposta desse conjunto de perspectivas que

apontam para a necessidade de reconexões terrestres. Acrescentemos que quando nos voltamos para uma das soluções apresentadas em tais textos, a geoengenharia, encontramos, como veremos mais a fundo no Capítulo 3, o oposto: desconexões com a Terra.

A seguir, buscarei analisar um conjunto de documentos das Nações Unidas como narrativas da crise ecológica e climática, procurando evidenciar elementos da frente de modernização subjacentes às declarações e ao relatório estudado. Também procurarei, sempre que possível, relacionar o conteúdo dos documentos às reflexões dos autores estudados neste capítulo.

CAPÍTULO 2

NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA EM DOCUMENTOS DAS NAÇÕES UNIDAS

Depois de analisarmos narrativas da crise ecológica e climática que se relacionam à proposição do Antropoceno, estudaremos um outro conjunto de narrativas: cinco documentos que expressam percepções e proposições a respeito da crise acordados no âmbito das Nações Unidas. Três deles são declarações dentro de conferências centrais a respeito do meio ambiente (de Estocolmo, em 1972; do Rio, em 1992; e de Joanesburgo, em 2002); um é o relatório elaborado por uma comissão designada pela Assembleia Geral da ONU (Relatório Brundtland, de 1987), havendo, ainda, o documento referente à adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015.

São analisados, assim, documentos referentes a um período total de pouco mais de quatro décadas (de 1972 a 2015), expressando, então, o percurso de abordagens relativas à crise no âmago das relações internacionais multilaterais. Nesse sentido, enquanto no primeiro capítulo concentramos nossas análises em narrativas formuladas somente no período mais recente, a partir da formulação do Antropoceno, no presente capítulo abordaremos uma sequência de formulações ao longo de um período que começa na década de 1970, quando é realizada a primeira grande conferência da ONU a respeito do meio ambiente e vai até o ano de 2015, quando é oficializada a adoção da atual agenda propositiva para lidar com a crise ecológica e climática, o conjunto dos ODS.

Entendendo, é claro, as diferenças relativas a cada contexto de inserção e atores de interlocução nos dois conjuntos de narrativas estudadas, utilizo, em alguns momentos, reflexões de autores estudados no primeiro capítulo para subsidiar a análise aqui realizada.

Inicialmente, realizo algumas reflexões a respeito da centralidade do conceito de desenvolvimento sustentável, um termo que, como veremos, norteia os documentos das Nações Unidas a respeito das questões ambientais a partir da

década de 1980. Em seguida, contextualizo e analiso a Declaração de Estocolmo, o Relatório Brundtland, a Declaração do Rio e a Declaração de Joanesburgo. Na seção subsequente, teço comentários sobre alguns aspectos do documento que oficializa a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelas Nações Unidas. Finalmente, na última seção, elaboro uma síntese de aspectos importantes no âmbito na nossa análise nos documentos abordados, fazendo algumas observações sobre algumas continuidades e percursos de elementos e temas relevantes dentro do escopo da tese.

2.1 PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O que mais fica realçado pela criação e difusão da expressão “desenvolvimento sustentável” no último quarto do século XX é uma desconexão intrínseca entre o que se entendia por desenvolvimento e o que se queria dizer com sustentabilidade, pelo menos até então. Ambos os termos poderiam ser definidos de múltiplas formas, mas, para precisar melhor o que se quer dizer aqui com a palavra “desenvolvimento”, podemos defini-lo tentativamente como um processo inerente a um modo de vida culturalmente específico pelo qual ocorre uma expansão intensiva na utilização de recursos naturais e na criação e ampliação de tecnologias que promovem mudanças significativas nos padrões de produção e consumo da sociedade. Não associo aqui necessariamente uma melhoria da qualidade de vida ao desenvolvimento, e tampouco excluo essa possibilidade. Com a intenção de ter um olhar mais distanciado sobre o conceito, procuro caracteriza-lo mais como próprio a um modo de vida e de pensamento específico do que como um processo em que é inerente a percepção de uma mudança social positiva, como é defendido em alguns meios, notadamente entre algumas correntes do pensamento econômico, que associam automaticamente essa suposta melhoria ao crescimento econômico alavancador.

Analogamente à frente de modernização, o desenvolvimento, no sentido mais utilizado, abarca mudanças sociais, econômicas e ambientais muitas vezes profundas e abruptas, centradas no uso intensivo de recursos naturais e/ou tecnológicos. Nas visões hegemônicas, ele é considerado um caminho necessário e

o único possível para melhorar a qualidade de vida dos membros de uma sociedade, por meio do aporte de recursos monetários obtidos no processo de desenvolvimento. Percebemos, então, que a frente de modernização e o desenvolvimento estão atelados, já que ambos implicam mudanças imperativas e valorações em torno de um modelo único universalizante:

É ela (a frente pioneira de modernização) que desenha a injunção para nos modernizar, que nos preparava para todos os sacrifícios, de deixar nossa província natal, de abandonar nossas tradições, de romper com nossos hábitos, se nós queríamos avançar, participar do movimento geral de desenvolvimento e, no fim das contas, desfrutar do mundo (LATOURET, 2017, p. 39-40, trad. minha).⁴³

Por outro lado, a própria expansão geográfica da frente de modernização, destruindo modos de vida autóctones notadamente a partir dos processos de colonização da América, do neocolonialismo na África e na Ásia e da divisão internacional do trabalho, que prevaleceu após as independências políticas de diversos países colonizados, faz com que o desenvolvimento adquira novos significados diante das assimetrias existentes entre os países. Uma vez forçadamente integradas aos grandes circuitos capitalistas de produção, circulação e distribuição de bens, grande parte das populações das ex-colônias passou a se inserir num quadro de dependência e limitação, e a ter como referência o modelo hegemônico de desenvolvimento. Inseridos no circuito como produtores e exportadores de matérias-primas ou commodities, os países que haviam sido colonizado, ao conquistarem sua independência, lutaram nas assembleias da ONU pelo chamado “direito ao desenvolvimento”, reivindicando, assim, o direito de percorrer um caminho que diminuísse as assimetrias implantadas com a colonização e a divisão internacional do trabalho.⁴⁴

⁴³ “C’est lui que dessine l’injonction à nous moderniser, qui nous préparait à tous les sacrifices, à quitter notre province natale, à abandonner nos traditions, à rompre avec nos habitudes, si nous voulions ‘aller de l’avant’, participer au mouvement général de développement et, en fin de compte, profiter du monde.”

⁴⁴ Lévi-Strauss mencionou essa questão durante o desenvolvimento do seu argumento em “Raça e história”: “O que os países “insuficientemente desenvolvidos” reprovam os outros nas assembleias internacionais não é o fato de estes os ocidentalizarem mas o fato de não lhes darem bastante rapidamente os meios de o fazerem (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 77).”

Em que pese a continuidade da hegemonia do desenvolvimento centrado nos moldes mencionados anteriormente, vimos também, nas últimas décadas, a emergência de novas acepções, muitas delas representadas pelas expressões resultantes de novos elementos aglomerados à palavra “desenvolvimento”. Assim, houve a emergência do “desenvolvimento humano”,⁴⁵ do “etnodesenvolvimento” (STAVENHAGEN, 1984), do “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000) dentre outros conceitos que buscam incorporar outros elementos à ideia exclusivamente centrada nos aportes de recursos econômicos. Faz parte desse conjunto de novos termos a ideia de “desenvolvimento sustentável”, difundida principalmente a partir da publicação do Relatório Brundtland, em 1987 (UNITED NATIONS, 1987).⁴⁶

Se, por um lado, a setorização do meio ambiente e a sua inclusão como uma nova pauta exprimem nitidamente a dissociação entre os humanos e o seu próprio ambiente, essas tentativas constituem, por certo, a própria maneira pela qual muitas das sociedades contemporâneas são capazes de lidar com a impossibilidade de um fracionamento absoluto dos humanos em relação ao ambiente do planeta Terra e aos demais seres vivos. Trazer à tona as “questões ambientais”, assim, ainda que não deixe de provocar uma certa estranheza em razão de somente agora algo que sempre esteve ali estar sendo lembrado, é o que permite que se comece enfim a pensar sobre esse assunto.

A recorrência com que o termo sustentabilidade e outras palavras dele derivadas vêm sendo utilizados nas últimas décadas é um demonstrador de que as questões ambientais passaram a estar presentes em pautas em que até então não eram sequer consideradas. É claro que as maneiras pelas quais isso foi feito foram diversas e que críticas a algumas delas são cabíveis e necessárias, mas o ponto a ser frisado aqui, por enquanto, é o da consideração dessas questões como algo novo nas agendas e pautas de organismos internacionais, governos e diversos outros autores, adentrando discursos e documentos diversos que as haviam invisibilizado até então.

⁴⁵ Termo utilizado principalmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seus relatórios anuais, uma das publicações mais difundidas da Organização das Nações Unidas.

⁴⁶ Moura Costa (2018) menciona referências de que o termo já vinha sendo utilizado desde a Conferência da Biosfera, promovida pela Unesco, em 1968 (MOURA COSTA, 2018).

A diversidade também caracteriza as acepções assumidas por diversos termos, como o próprio conceito de “sustentabilidade”. A ausência de consenso sobre o que se quer dizer quando se evoca essa palavra diz respeito, por exemplo, aos discursos dos economistas que a mencionam, conforme aponta Veiga (2015). Para este autor, isso caracterizaria a sustentabilidade muito mais como um valor do que como um conceito fechado. Assumindo um olhar mais distanciado dos discursos econômicos, julgo pertinente estender a qualificação de Veiga de valor ao próprio conceito de “desenvolvimento”. Este parece, de fato, constituir, não apenas entre os pronunciadores de discursos marcadamente econômicos (ou economicistas), antes de tudo, um valor.

Para economistas e funcionários de agências de organizações internacionais, um valor essencial, muitas vezes missionário, representante, em algum grau, da melhoria das condições de vida para outros seres humanos. Para antropólogos, em geral, valor negativo,⁴⁷ posição compreensível quando vemos os horrores da colonização, das tentativas de se explorar reservas indígenas convertendo-as em garimpos, pastos, plantações de soja etc. Dependendo da acepção e de quem pronuncia o discurso, “desenvolvimento” pode, assim, significar a salvação de vidas ou a sua destruição.

A ideia de desenvolvimento sustentável também parece constituir muito mais um valor do que um conceito fechado. Acionado por diversos atores com múltiplos significados, o conceito muitas vezes evoca um papel de panaceia para os grandes problemas contemporâneos. O economista Jeffrey Sachs se refere ao termo simultaneamente como uma busca intelectual que “tenta dar sentido às interações entre três sistemas complexos: a economia mundial, a sociedade global e o ambiente físico da Terra” (SACHS, 2015, p. 3) e como uma perspectiva normativa para o mundo. De acordo com essa abordagem, o desenvolvimento sustentável, para Sachs, se refere a “um mundo no qual o progresso econômico seja largamente difundido; a extrema pobreza seja eliminada; a confiança social seja encorajada

⁴⁷ Nada melhor para expressar essa relação do que o título dado por James Ferguson em um texto em que a aborda: “Anthropology and its Evil Twin: “Development” in the Constitution of a Discipline” (FERGUSON, 2005).

através de políticas que fortaleçam a comunidade; e o meio ambiente seja protegido da degradação induzida pelos humanos” (SACHS, 2015, p. 3).

Griggs *et al.* (2013) propõem a mudança da definição de “desenvolvimento sustentável” para “desenvolvimento que atenda às necessidades do presente salvaguardando o sistema de apoio à vida na Terra, do qual o bem-estar das gerações corrente e futura depende” – trazendo assim uma atualização da definição do Relatório Brundtland – “Nosso Futuro Comum”.⁴⁸

Becker, Jahn e Stiess (1999) partilham da percepção de que o desenvolvimento sustentável tem caráter muito mais discursivo do que substantivo:

Rather than a well-defined concept, sustainable development might best be characterized as a contested discursive field which allows for the articulation of political and economic differences between North and South and introduces to environmental issues a concern with social justice and political participation (BECKER; JAHN; STIESS, 1999, p. 1).

Redclift (2006), ao fazer uma análise geral de discursos que utilizaram o termo entre 1987 e 2005, afirma que alguns deles são “mutuamente exclusivos”, e que “[diversos atores] recorreram ao termo desenvolvimento sustentável para justificar ou embelezar suas ações” (REDCLIFT, 2006, p. 66, trad. minha). Na análise do autor, desde a Eco-92, a sustentabilidade existe principalmente entre aspas, e o desenvolvimento sustentável tem ajudado a remodelar acriticamente políticas e práticas ao invés de levar a novos pontos de partida. James Lovelock, ainda em 2006, afirmava que era “tarde demais para o desenvolvimento sustentável”, e que o que realmente precisávamos seria de uma “retirada sustentável” (LOVELOCK, 2006, p. 20).

Anna Tsing (2017) define a “sustentabilidade” (utilizando-se das aspas) como “o sonho de passagem de uma terra habitável para gerações futuras” (TSING, 2017, p. 51, trad. minha). Enfatizando a ambiguidade do conceito, Tsing enfatiza o imperativo de se levar em conta a dinâmica da ressurgência multiespecífica (TSING, 2017),⁴⁹ ressaltando a indispensabilidade da presença e agência das espécies para

⁴⁸ Sobre o Relatório Brundtland, ou “Nosso Futuro Comum”, ver seção a seguir.

⁴⁹ “Ressurgence is the work of many organisms, negotiating across differences, to forge assemblages of multispecies livability in the midst of disturbance. Humans cannot continue their livelihoods without it” (TSING, 2017, p. 52).

além da humana na composição da possibilidade de garantia da vida. Assim, para a autora, abstrair a dimensão multiespecífica das condições de garantia da vida humana faz da sustentabilidade um conceito bastante problemático,⁵⁰ no mínimo insuficiente. Na sua visão, os desafios conformados no Antropoceno, bem definido por ela como “uma época em que a garantia da vida multiespécie se tornou ameaçada” (TSING, 2017, p. 53, trad. minha) exigem um deslocamento da atenção para os distúrbios ecológicos que ameaçam a sustentabilidade da vida no planeta: Tsing adota uma postura assertiva ao definir as perguntas que realmente importam no quadro que vivenciamos: “Com que tipos de distúrbios humanos podemos viver? Apesar das conversas sobre sustentabilidade, quanta chance temos de passar um ambiente habitável para nossos descendentes de várias espécies? (TSING, 2015, p. 3).⁵¹

Neste capítulo, procurarei, inicialmente, situar e refletir sobre algumas abordagens do desenvolvimento sustentável no decorrer de conferências e documentos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Tendo em vista a centralidade do projeto de modernização, buscarei, mais especificamente, responder às seguintes perguntas: como é apresentada a crise ecológica e climática nos documentos?⁵² Como a frente de modernização opera nas propostas aqui abordadas?

Refletindo sobre uma antropologia dos documentos, Annelise Riles (2006) os caracteriza, de maneira geral, como “artefatos de práticas modernas de conhecimento” (RILES, 2006, p. 7, trad. minha), qualificando-os, em situações em que são estudados por antropólogos, como se tornando, ao mesmo tempo “um

⁵⁰ Tsing enfatiza as “socialidades *cross-espécies*” como condições para a manutenção da vida (ver também item 1.4.3). “As long as we block out everything that is not human, we make sustainability a mean and parochial concept; we lose track of the common work that it takes to live on earth for both humans and nonhumans” (TSING, 2017, p. 61).

⁵¹ “What kinds of human disturbances can we live with? Despite talk of sustainability how much change do we have for passing a habitable environment to our multispecies descendants?”

⁵² Como veremos, as referências aos aspectos climáticos da crise aparecem nos documentos a partir do Relatório Brundtland. Cabe mencionar que a seleção de documentos para análise aqui realizada se deu buscando escolher relatórios, declarações e proposições que abordassem a crise ecológica e climática como um todo, exceção feita à Declaração de Estocolmo, que pela própria época de sua formulação, não abordou as questões climáticas. Considerando que foi o primeiro documento de grande alcance formulado no âmbito da Assembleia da ONU sobre a crise ecológica, não poderíamos deixar de analisá-lo. Caso fôssemos nos debruçar exclusivamente sobre as abordagens da crise climática, seria preciso analisar outros textos, formulados no âmbito da UNFCCC, como a Convenção sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris.

objeto etnográfico, uma categoria analítica e uma orientação metodológica” (RILES, 2006, p. 7, trad. minha). A afirmação, da autora, de que “[o documento] aponta para um fim além dele próprio” (RILES, 2006, p. 27, trad. minha) está em consonância com a proposta de análise contida aqui.

Os diversos documentos relativos a conferências e outros eventos das Nações Unidas aqui citados constituem referências com alcance e capilaridade de extensão considerável. Ao mesmo tempo que refletem as questões acordadas entre os membros naquele momento, configuram-se como novas referências para o futuro, podendo ser também interpretados como marcos temporais a respeito das discussões dos grandes temas em questão.

Sempre que possível, incluí na análise informações a respeito das condições de produção dos documentos em questão, ou seja, referências aos atores, estratégias e interesses dos contextos abordados. Porém, dadas as limitações de qualquer pesquisa dessa natureza, e escolhendo como foco principal os documentos, minha ênfase principal foi na sua análise. Essa escolha é justificada adicionalmente por se referir a documentos produzidos a partir de eventos estruturantes das Nações Unidas no que diz respeito ao tratamento das relações entre as questões ambientais e as questões sociais.

Versieux (2015) divide a ordem ambiental internacional em quatro fases: a primeira, no período inicial do século XX até o fim da 2ª guerra mundial, em 1945; a segunda, de 1945 a 1971; a terceira, de 1972 a 1991; e, a quarta, após 1992. Claramente, as Conferências de Estocolmo e do Rio (Eco-92) são marcos indispensáveis para entendermos a evolução da temática ambiental nas arenas internacionais de discussão. Julgo pertinente acrescentar à divisão de Versieux uma quinta fase, iniciada em 2015, com a adoção do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e que transcorre no presente.

Os documentos escolhidos para análise neste capítulo refletem também esses pontos de referência. Além das Declarações de Estocolmo e do Rio (que datam, respectivamente, de 1972 e 1992, anos em que foram realizadas as conferências citadas), abordo a Declaração de Joanesburgo, da conferência homônima, de 2012, o Relatório Brundtland, de 1987, e o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2015), que constitui a resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. A resolução oficializa e descreve os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a agenda mais ampla e atual da ONU para o desenvolvimento.

É analisado, então, um conjunto de cinco documentos, entre os quais quatro foram fruto de negociações entre os diversos países-membros das Nações Unidas, tendo sido assinados por eles, e o restante, o Relatório Brundtland, foi elaborado por uma Comissão com formação designada pela Assembleia Geral da ONU. Dentre os documentos estudados, três são declarações elaboradas ao final de cada uma das três primeiras grandes conferências sobre meio ambiente da ONU (a Conferência de Estocolmo, a Eco-92 e a Conferência de Joanesburgo), e os outros dois são ligados a conferências de forma mais indireta: o Relatório Brundtland foi elaborado a partir da constituição de uma comissão sugerida pelo PNUMA (MENDES, 2015), que havia sido criado como desdobramento da Conferência de Estocolmo. Como veremos ao longo deste capítulo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ou Agenda 2030) foram criados em parte como consequência de ideias e debates ocorridos na Rio + 20, em 2012.

2.2 O RELATÓRIO BRUNDTLAND, AS CONFERÊNCIAS DE ESTOCOLMO E JOANESBURGO, A ECO-92 E A RIO + 20

2.2.1 Da Conferência de Estocolmo ao Relatório Brundtland

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também considerada a Primeira Cúpula da Terra, e mais conhecida como Conferência de Estocolmo, foi realizada na capital sueca em 1972, sendo a primeira de uma série de eventos semelhantes que vão até 2012. Embora a Conferência de Estocolmo seja muito mais conhecida, alguns anos antes, em 1968, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) promoveu, em Paris, a Conferência da Biosfera, efetivamente o primeiro fórum intergovernamental de debate e promoção do que hoje conhecemos como desenvolvimento sustentável (UNESCO, 1993, p. 5). De qualquer forma, a Conferência de Estocolmo é um marco

na abordagem multilateral de temas ambientais, tendo tido uma série de desdobramentos, dentre eles, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); a inclusão da temática ambiental na agenda política internacional; e o reconhecimento, por meio de um documento oficial, a Declaração de Estocolmo, de uma relação negativa entre desenvolvimento tecnológico e industrialização e problemas ambientais (UNITED NATIONS, 1972).

Mais especificamente, a Declaração de Estocolmo divide as atribuições relacionadas aos problemas ambientais entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Nos primeiros, “os problemas ambientais são geralmente relacionados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico”. Nos segundos “a maior parte dos problemas ambientais são causados pelo sub-desenvolvimento” (UNITED NATIONS, 1972), diretamente relacionado à problemas de saúde, alimentares e sanitários.

Assim, enquanto nos países considerados desenvolvidos os problemas ambientais são considerados consequência do desenvolvimento econômico, naqueles então considerados “subdesenvolvidos” atribui-se ao próprio subdesenvolvimento a origem de tais problemas. Há menções à necessidade de se agir urgentemente, bem como ao fato de a transformação promovida pelos seres humanos (implicitamente representados no termo universal masculino em inglês, “man” e “mankind”, no lugar de “humanity”, que aparece nos demais documentos) no meio ambiente (por sua vez, representado pelo termo ambiente humano, “human environment”, que fez parte do nome da conferência) ser de escala inédita. O potencial de intervenção sobre o ambiente pelos humanos é considerado extremamente benéfico ou igualmente maléfico, a depender se é usado de forma sábia ou desatenta:

In our time, man's capability to transform his surroundings, if used wisely, can bring to all peoples the benefits of development and the opportunity to enhance the quality of life. Wrongly or heedlessly applied, the same power can do incalculable harm to human beings and the human environment. We see around us growing evidence of man-made harm in many regions of the earth: dangerous levels of pollution in water, air, earth and living beings; major and undesirable disturbances to the ecological balance of the biosphere; destruction and depletion of irreplaceable resources; and gross deficiencies, harmful to the physical, mental and social health of man, in the man-made environment, particularly in the living and working environment (UNITED NATIONS, 1972).

A point has been reached in history when we must shape our actions throughout the world with a more prudent care for their environmental consequences. **Through ignorance or indifference we can do massive and irreversible harm to the earthly environment on which our life and well being depend. Conversely, through fuller knowledge and wiser action, we can achieve for ourselves and our posterity a better life in an environment more in keeping with human needs and hopes.** There are broad vistas for the enhancement of environmental quality and the creation of a good life. What is needed is an enthusiastic but calm state of mind and intense but orderly work. For the purpose of attaining freedom in the world of nature, man must use knowledge to build, in collaboration with nature, a better environment. To defend and improve the human environment for present and future generations has become an imperative goal for mankind—a goal to be pursued together with, and in harmony with, the established and fundamental goals of peace and of worldwide economic and social development (UNITED NATIONS, 1972, grifos meus).

Notamos também, no primeiro trecho anterior, uma enumeração de problemas ambientais consequentes de ações humanas. No outro trecho citado, é explícita a alusão à preservação ambiental com o fim de propiciar benefícios para as gerações presentes e futuras. Também é visível a tentativa de conciliação entre a preservação e o desenvolvimento, incluindo aí o desenvolvimento econômico, junção que aparece também em diversas outras partes do documento. A declaração busca conciliar termos diversos, como a preservação, ambiental, a melhoria da qualidade de vida e a aceleração do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos.

Como já referenciado, a intervenção humana sobre o meio ambiente é abordada como trazendo grandes danos ou benefícios. Fala-se “na capacidade do homem de melhorar o meio ambiente” (ver citação a seguir), e logo em seguida em um “dano maciço e irreversível ao ambiente terrestre do qual nossa vida e bem-estar dependem” (ver citação anterior grifada):

Of all things in the world, people are the most precious. It is the people that propel social progress, create social wealth, develop science and technology and, through their hard work, continuously transform the human environment. Along with social progress and the advance of production, science and technology, the capability of man to improve the environment increases with each passing day.

Note-se, ainda, nessas citações, a menção à dependência à natureza e aos direitos das futuras gerações humanas, questões que, como veremos, serão retomadas em documentos futuros. As menções à defesa da natureza são utilitárias, e incluem atribuição de “uma responsabilidade especial ao homem para

salvaguardar e sabiamente administrar o patrimônio da natureza e seu *habitat*" (UNITED NATIONS, 1972).

O documento também considera que a extensão dos problemas ambientais transcende as dimensões geográficas dos Estados, mencionando, já em 1972, a necessidade de se desenvolver legislações internacionais para lidar com questões ambientais que transcendem as jurisdições nacionais, como podemos ver nos trechos transcritos a seguir:

A growing class of environmental problems, because they are regional or global in extent or because they affect the common international realm, will require extensive cooperation among nations and action by international organizations in the common interest.

States shall cooperate to develop further the international law regarding liability and compensation for the victims of pollution and other environmental damage caused by activities within the jurisdiction or control of such States to areas beyond their jurisdiction (UNITED NATIONS, 1972).

Em outro trecho, é mencionada a necessidade de cooperação internacional para levantar recursos monetários que auxiliem os países em desenvolvimento a assumir responsabilidades com relação às questões ambientais. O texto menciona que as responsabilidades devem ser assumidas por indivíduos e organizações (ambos mencionados de forma genérica), mas as maiores responsabilidades são atribuídas aos Estados.

No documento, também se fala na utilização dos "recursos naturais não renováveis", considerando que não devem ser empregados até a exaustão, e que deve ser garantido que toda a humanidade se beneficie do seu emprego:

The non-renewable resources of the earth must be employed in such a way as to guard against the danger of their future exhaustion and to ensure that benefits from such employment are shared by all mankind (UNITED NATIONS, 1972).

Ignacy Sachs (2009) descreve a Conferência de Estocolmo, em que esteve presente, como tendo inscrito o meio ambiente na agenda da comunidade internacional de forma definitiva, destacando também inovações na configuração do evento, em que, paralelamente às reuniões oficiais, houve eventos organizados pela sociedade civil.

Um dos desdobramentos da criação do PNUMA foi um colóquio realizado em Cocoyoc (México), em 1974, em que, como descreve Sachs, houve, em plena Guerra Fria, uma polarização entre uma junção de interesses de Estados Unidos e União Soviética e vários países considerados de Terceiro Mundo. A posição do grupo maior predominou na elaboração da Declaração de Cocoyoc, que enfatiza as desigualdades internacionais e critica a noção de desenvolvimento baseada exclusivamente no crescimento. A postura extremamente crítica na declaração foi alvo, segundo Sachs, de repreensões do então secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, que chegou a fazer ameaças afirmando que o PNUMA deveria se limitar a tratar da despoluição. Na visão de Sachs, essa posição contribuiu para que o termo “ecodesenvolvimento”,⁵³ que vinha sendo utilizado até então, fosse sendo abandonado.

Veiga (2015) aponta para indícios de que a primeira utilização do adjetivo “sustentável” relativa ao desenvolvimento teria ocorrido em 1979, num seminário do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). De acordo com o autor, se na década de 1970 já havia a utilização do adjetivo para caracterizar diversos termos referentes a “um desejado porvir para as sociedades humanas (VEIGA, 2015, p. 27), a utilização do termo para qualificar o “ideal de desenvolvimento (idem) das sociedades humanas só teria ocorrido na década seguinte. No entanto, um documento de 1975 do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA) menciona o termo uma única vez (UNEP, 1975). A menção é condizente com as colocações de Ignacy Sachs do abandono do ecodesenvolvimento a partir de 1974.

⁵³ O termo “ecodesenvolvimento” (*eco-development*) aparece uma única vez na Declaração de Cocoyoc: “We consider that the present efforts of the United Nations Environment Programme to design strategies and assist projects for ecologically sound socioeconomic development (eco-development) at the local and regional level constitute an important contribution to this task” (UNEP; UNCTAD, 1974).

2.2.2 O Relatório Brundtland

Em 1983, foi estabelecida, no âmbito das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento- CMMAD (World Commission on Environment and Development).⁵⁴

Mendes (2015) contextualiza a criação da Comissão num quadro geopolítico de “compartilhamento da percepção da aproximação de um colapso ambiental aliado a um movimento de descrença generalizada nos sistemas de organização sociopolítica e de crise econômica ocorridos na década de 1980” (MENDES, 2015, p. 224). A Comissão elaborou o Relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, em referência à ex primeira-ministra norueguesa Gro Brundtland, que presidiu a comissão. O documento foi publicado em 1987.

Como destaca Mendes (2015), no relatório Brundtland “o conceito de desenvolvimento sustentável foi definido e defendido politicamente pela primeira vez por um arranjo institucional multilateral (CMMAD, constituída a partir da Assembleia Geral das Nações Unidas)” (MENDES, 2015, p. 195). A referência ao desenvolvimento sustentável e a definição dada ao termo no Relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987, é certamente uma das mais conhecidas e evocadas, mesmo três décadas depois:

Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits – not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities. But technology and social organization can be both managed and improved to make way for a new era of economic growth. The Commission believes that widespread poverty is no longer inevitable. Poverty is not only an evil in itself, but sustainable development requires meeting the basic needs of all and extending to all the opportunity to fulfil their aspirations for a better life. A world in which poverty is endemic will always be prone to ecological and other catastrophes (UNITED NATIONS, 1987, grifos meus).

⁵⁴ A CMMAD foi criada a partir da resolução 8/161 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que convocava a criação de um comitê para propor estratégias ambientais em âmbito internacional para alcançar o desenvolvimento sustentável a partir do ano 2000 (ENCYCLOPEDIA.COM, 2019; UNITED NATIONS, 1987).

Além da definição, notamos também no trecho anterior referências a questões importantes dentro da temática da frente de modernização: se fala explicitamente em limites, mas estes são considerados “não absolutos, mas impostos pelo presente estado da tecnologia e organização social dos recursos ambientais” (UNITED NATIONS, 1987 trad. minha), elementos que são considerados passíveis de modificação: “tecnologia e organização social podem ambos ser administrados e melhorados para pavimentar o caminho de uma nova era de crescimento econômico” (UNITED NATIONS, 1987, trad. minha).

Também se reconhece um limite referente “à habilidade da biosfera para absorver os efeitos das atividades humanas” (UNITED NATIONS, 1987, trad. minha). Caberia uma indagação sobre a possibilidade de este limite ser ou não considerado transponível pelos formuladores do relatório.

Como aponta Redclift (2006), a definição do Relatório Brundtland demonstra claramente uma omissão com relação à consideração das espécies não humanas. Além disso, tomar as “necessidades humanas” como dadas implica uma autonomização que impossibilita vislumbrar as relações intrínsecas entre as necessidades, o crescimento e desenvolvimento econômico e a consciência de mudanças (REDCLIFT, 2006).

De fato, uma leitura do Relatório permite afirmar que, ainda que bastante importante para divulgar o conceito de desenvolvimento sustentável, a concepção de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland mostra-se hoje datada devido ao seu forte tom antropocêntrico e, por conseguinte, utilitarista na visão do meio ambiente e dos não humanos. Isso pode ser percebido quando lemos algumas passagens do relatório, como as que se seguem:

Some genetic variability inevitably will be lost, but all species should be safeguarded to the extent that it is technically, economically, and politically feasible. The genetic landscape is constantly changing through evolutionary processes, and there is more variability than can be expected to be protected by explicit government programmes. So in terms of genetic conservation, governments must be selective, and ask which gene reservoirs most merit a public involvement in protective measures. Species that are important to human welfare are not just wild plants that are relatives of agricultural crops, or animals that are harvested. Species such as earthworms, bees, and termites may be far more important in terms of the

role they play in a healthy and productive ecosystem (UNITED NATIONS, 1987).

Não obstante, a passagem seguinte expressa uma visão um pouco distinta, que contrasta com outros trechos do relatório: “(...) the case for the conservation of nature should not rest only with development goals. It is part of our moral obligation to other living beings and future generations” (UNITED NATIONS, 1987). Há, então, juntamente com a referência comumente presente em documentos a respeito do desenvolvimento sustentável às gerações futuras, menções a outras espécies.

Destacamos, também, a afirmação de que o desenvolvimento (não sustentável) “tende a simplificar ecossistemas e a reduzir a diversidade de espécies”⁵⁵ (UNITED NATIONS, 1987, trad. minha). Mas aqui a perda da diversidade não é abordada com um problema em si, mas sim como algo que “pode limitar fortemente as opções das gerações futuras” (UNITED NATIONS, 1987, trad. minha), “logo (a passagem continua) o desenvolvimento sustentável requer a conservação de espécies de plantas e animais” (UNITED NATIONS, 1987, trad. minha). O relatório apresenta críticas ao modelo de desenvolvimento vigente, não sustentável, também em outras passagens, como quando afirma que a marginalização dos grupos considerados vulneráveis “é um sintoma de um estilo de desenvolvimento que tende a negligenciar questões humanas e ambientais” (UNITED NATIONS, 1987, p. 97).

A seção 3.3, “Empowering Vulnerable Groups”, do Capítulo 4 do relatório, intitulado “Population and Human Resources”, aborda os povos indígenas. Antes disso, ainda nas seções iniciais do documento, há um trecho em que se faz referência às relações entre as populações e “as forças do desenvolvimento econômico”, que são um dos elementos mais centrais da frente de modernização:

Tribal and indigenous peoples will need special attention as the forces of economic development disrupt their traditional life-styles - life-styles that can offer modern societies many lessons in the management of resources in complex forest, mountain, and dryland ecosystems. Some are threatened with virtual extinction by insensitive development over which they have no control. Their traditional rights should be recognized and they should be given a decisive voice in formulating policies about resource development in their areas (UNITED NATIONS, 1987).

⁵⁵ Percebemos uma clara conexão com o Plantationoceno, abordado no Capítulo 1.

Assim, como se pode perceber, as populações indígenas são incluídas como vulneráveis diante das “forças de desenvolvimento econômico”, uma expressão que se relaciona fortemente à ideia da frente de modernização. O trecho é explícito ao sintetizar as ameaças a tais alteridades na expressão “desenvolvimento insensível sobre o qual não têm controle” (UNITED NATIONS, 1987, trad. minha). Ao mesmo tempo, seus conhecimentos tradicionais e a sua capacidade de preservar o meio ambiente já se mostram valorizados, como também pode ser observado no trecho citado, que também inclui uma sugestão de ampliação da participação dos indígenas nos processos decisórios, bem como uma menção à contribuição potencialmente advinda do seu modo de vida para as sociedades modernas. A seção 3.2, sobre o papel da educação no desenvolvimento sustentável, inclui no Relatório um quadro com um texto de Ailton Krenak, à época coordenador da União das Nações Indígenas, reproduzido a seguir.

QUADRO 3

Trecho da fala de Ailton Krenak em Audiência Pública da Comissão Mundial de Meio ambiente e Desenvolvimento transcrito no Relatório Brundtland

I am here as the son of a small nation, the Krenak Indian Nation. We live in the valley of the Rio Doce. which is the frontier of Espírito Santo with the State of Minas Gerais. We are a micro-country - a micro-nation.

When the government took our land in the valley of Rio Doce, they wanted to give us another place somewhere else. **But the State, the government will never understand that we do not have another place to go.**

The only possible place for the Krenak people to live and to re-establish our existence, to speak to our Gods, to speak to our nature, to weave our lives is where our God created us. It is useless for the government to put us in a very beautiful place, in a very good place with a lot of hunting and a lot of fish. The Krenak people, **we continue dying and we die insisting that there is only one place for us to live.**

My heart does not become happy to see humanity's incapacity. I have no pleasure at all to come here and make these statements. We can no longer see the planet that we live upon as if it were a chess-board where people just move things around. **We cannot consider the planet as something isolated from the cosmic.**

We are not idiots to believe that there is possibility of life for us outside of where the origin of our life is. Respect our place of living, do not degrade our living condition, respect this life. We have no arms to cause pressure, the only thing we have is the right to cry for our dignity and the need to live in our land.”

Ailton Krenak, Coordinator of Indian Nations Union WCED Public Hearing. São Paulo, 28-29 Oct.1985

Fonte: UNITED NATIONS, 1987, grifos meus.

A fala de Ailton Krenak expressa exemplarmente o conflito ontológico entre o modo de vida moderno e o do povo Krenak, para quem não se considera possível uma separação entre o grupo e o seu ambiente ou território.

Abordando a relação entre pobreza e desenvolvimento sustentável, o relatório afirma que a população mais pobre é a mais afetada pelos problemas ambientais. Existe também uma ênfase, no documento, na relação entre pobreza e a produção de problemas ambientais: “Poverty is a major cause and effect of global environmental problems” (UNITED NATIONS, 1987).

Essa relação atribuída também foi percebida por Mendes (2015), que acrescenta que a palavra “rico” é citada raramente no documento (MENDES, 2015).⁵⁶ A pressuposição de uma relação de causa e efeito automática entre pobreza e problemas ambientais contrasta com a percepção de autores como Joan Martinez Alier (2002), que estudou as preocupações com o meio ambiente e com atividades sustentáveis de comunidades pobres.

Também é importante observar que, em outras passagens, o relatório admite que o nível de consumo dos países mais ricos gera um impacto maior que nos países mais pobres, constatação da relação evidente entre maior nível de renda, de consumo e conseqüente maior impacto ambiental:

The sustainability of development is intimately linked to the dynamics of population growth. The issue, however, is not simply one of global population size. A child born in a country where levels of material and energy use are high places a greater burden on the Earth's resources than a child born in a poorer country. A similar argument applies within countries. Nonetheless, sustainable development can be pursued more easily when population size is stabilized at a level consistent with the productive capacity of the ecosystem (UNITED NATIONS, 1987).

O trecho traz ainda referências à relação atribuída no relatório entre o tamanho da população e o desenvolvimento sustentável. Esse aspecto também está presente em outros documentos estudados, como a Declaração de Estocolmo.

O relatório também traz diversas menções à mudança climática, que impressionam pela atualidade, mesmo já passados 32 anos da publicação do documento. Cita, ainda, um encontro de 1985 promovido pelo PNUMA juntamente

⁵⁶ Mendes (2015) também aponta que a presença da palavra “rico” no relatório “está associada a poluidores, causadores e também vítimas” (MENDES, 2015, p. 221).

com outras organizações, em que cientistas de 29 países chegaram a conclusões preocupantes sobre o aquecimento global.

They estimated that if present trends continue, the combined concentration of CO₂ and other greenhouse gases in the atmosphere would be equivalent to a doubling of CO₂ from pre-industrial levels, possibly as early as the 2030s, and could lead to a rise in global mean temperatures 'greater than any in man's history'. Current modelling studies and 'experiments' show a rise in globally averaged surface temperatures, for an effective CO₂ doubling, of somewhere between 1.5°C and 4.5°C, with the warming becoming more pronounced at higher latitudes during winter than at the equator.

An important concern is that a global temperature rise of 1.5-4.5°C, with perhaps a two to three times greater warming at the poles, would lead to a sea level rise of 25-140 centimetres. A rise in the upper part of this range would inundate low-lying coastal cities and agricultural areas, and many countries could expect their economic, social, and political structures to be severely disrupted. It would also allow the 'atmospheric heat-engine', which is driven by the differences between equatorial and polar temperatures, thus influencing rainfall regimes. Experts believe that crop and forest boundaries will move to higher latitudes; the effects of warmer oceans on marine ecosystems or fisheries and food chains are also virtually unknown.

There is no way to prove that any of this will happen until it actually occurs. The key question is: How much certainty should governments require before agreeing to take action? If they wait until significant climate change is demonstrated, it may be too late for any counter measures to be effective against the inertia by then stored in this massive global system. The very long time lags involved in negotiating international agreement on complex issues involving all nations have led some experts to conclude that it is already late. Given the complexities and uncertainties surrounding the issue, it is urgent that the process start now. A four track strategy is needed, combining: improved monitoring and assessment of the evolving phenomena; increased research to improve knowledge about the origins, mechanisms, and effects of the phenomena; the development of internationally agreed policies for the reduction of the causative gases; and adoption of strategies needed to minimize damage and cope with the climate changes, and rising sea level.

No nation has either the political mandate or the economic power to combat climatic change alone. However, the Villach statement recommended such a four track strategy for climate change, to be promoted by governments and the scientific community through WMO, UNEP, and ICSU - backed by a global convention if necessary (UNITED NATIONS, 1987).

Como podemos ver, observamos que, quase três décadas antes da elaboração do Acordo de Paris, o relatório traz referências a dados preocupantes sobre o aquecimento global, incluindo a necessidade de acordos internacionais a respeito da redução de emissões.

Com relação à aceleração científica e tecnológica, destaco a passagem a seguir como síntese da tentativa de se conciliar o desenvolvimento tecnológico com a preservação ambiental:

From space, we see a small and fragile ball dominated not by human activity and edifice but by a pattern of clouds, oceans, greenery, and soils. Humanity's inability to fit its activities into that pattern is changing planetary systems, fundamentally. Many such changes are accompanied by life-threatening hazards. This new reality, from which there is no escape, must be recognized - and managed.

Fortunately, this new reality coincides with more positive developments new to this century. We can move information and goods faster around the globe than ever before; we can produce more food and more goods with less investment of resources; our technology and science gives us at least, the potential to look deeper into and better understand natural systems. **From space, we can see and study the Earth as an organism whose health depends on the health of all its parts. We have the power to reconcile human affairs with natural laws and to thrive in the process. In this our cultural and spiritual heritages can reinforce our economic interests and survival imperatives** (UNITED NATIONS, 1987, p. 11, grifos meus).

No entanto, nem sempre o relatório menciona o desenvolvimento tecnológico de forma positiva; algumas passagens expressam uma visão crítica, levando-se em conta mudanças no meio ambiente, animais e plantas e nas relações entre eles.

A mainspring of economic growth is new technology, and while this technology offers the potential for slowing the dangerously rapid consumption of finite resources, it also entails high risks, including new forms of pollution and the introduction to the planet of new variations of life forms that could change evolutionary pathways. Meanwhile, the industries most heavily reliant on environmental resources and most heavily polluting are growing most rapidly in the developing world, where there is both more urgency for growth and less capacity to minimize damaging side effects. (UNITED NATIONS, 1987, p. 13)

Over the course of this century, the relationship between the human world and the planet that sustains it has undergone a profound change.

When the century began, neither human numbers nor technology had the power radically to alter planetary systems. As the century closes, not only do vastly increased human numbers and their activities have that power, but major, unintended changes are occurring in the atmosphere, in soils, in waters, among plants and animals, and in the relationships among all of these. **The rate of change is outstripping the ability of scientific disciplines and our current capabilities to assess and advise. It is frustrating the attempts of political and economic institutions, which evolved in a different, more fragmented world, to adapt and cope. It deeply worries many people who are seeking ways to place those concerns on the political agendas** (UNITED NATIONS, 1987, p. 26, grifos meus).

Nas passagens citadas, observamos a descrição de problemas ambientais causados por atividade humanas, como “mudanças não intencionais”. A abordagem dos problemas ambientais como uma espécie de “efeito colateral” do desenvolvimento econômico e tecnológico, que considero estar implícita em alguns trechos da declaração de Estocolmo, aparece aqui de forma mais clara. Percebemos, então, que o relatório faz menção a “altos riscos” advindos com o

desenvolvimento tecnológico, como “novas formas de poluição e a introdução no planeta de novas variações de formas de vida que podem mudar os caminhos evolutivos” (UNITED NATIONS, 1987, p. 26).

Assim, o papel atribuído pelo relatório aos avanços da ciência e da tecnologia, fundamento importante dentro do projeto de modernização, é ambíguo. Menciona-se que elas provocam mudanças radicais no planeta, mas, ao mesmo tempo, lhes é atribuído poder de “reconciliar assuntos humanos com leis naturais e prosperar”. Por outro lado, a junção do ponto de vista de fora (“from space”) com a abordagem da Terra como um organismo composto por partes interdependentes atribui ao avanço tecnológico a possibilidade de se pensar na Terra como algo vivo, um organismo, provavelmente uma influência da teoria de Lovelock. Nesse sentido, percebemos um avanço do relatório por complexificar a visão sobre a Terra.

É importante ressaltar que, ao introduzir oficialmente o conceito de desenvolvimento sustentável, o Relatório Brundtland deu início a um processo que

(...) pode ser considerado uma das mais rápidas mobilizações institucionais e políticas de uma temática internacional. Esse argumento se corrobora através da sua contraposição e comparação a temáticas “semelhantes”, como a dos direitos trabalhistas, dos direitos das minorias ou mesmo dos direitos humanos (MENDES, 2015, p. 226).

Percebe-se, assim, que a inclusão da temática ambiental na pauta do desenvolvimento ganhou força a partir da publicação do Relatório. A forma pela qual a junção entre o meio ambiente e o desenvolvimento ocorreu na expressão “desenvolvimento sustentável” se tornou um modelo a ser seguido pelos Estados-membros das Nações Unidas (MENDES, 2015). Analisando o discurso subjacente à construção do desenvolvimento no Relatório Brundtland, o autor entende que, no documento, “a palavra ‘sustentável’ aparece como se possuísse uma essência de probabilidade futura ou se caracterizasse pela junção entre ecologia e economia” (MENDES, 2015, p. 220). O “desenvolvimento sustentável” nasce assim como uma “conjunção de percepções até então contraditórias e incompatíveis” (MENDES, 2015, p. 225).

A introdução do desenvolvimento sustentável no relatório parece apontar então para o caminho a ser seguido para enfrentar a crise ecológica. Esta é explicitada em algumas passagens:

Over the course of this century, the relationship between the human world and the planet that sustains it has undergone a profound change (UNITED NATIONS, 1987).

Until recently, the planet was a large world in which human activities and their effects were neatly compartmentalized within nations, within sectors (energy, agriculture, trade), and within broad areas of concern (environment, economics, social). These compartments have begun to dissolve. This applies in particular to the various global 'crises' that have seized public concern, particularly over the past decade. These are not separate crises: an environmental crisis, a development crisis, an energy crisis. They are all one (UNITED NATIONS, 1987).

These related changes have locked the global economy and global ecology together in new ways. We have in the past been concerned about the impacts of economic growth upon the environment. We are now forced to concern ourselves with the impacts of ecological stress degradation of soils, water regimes, atmosphere, and forests upon our economic prospects. We have in the more recent past been forced to face up to a sharp increase in economic interdependence among nations. We are now forced to accustom ourselves to an accelerating ecological interdependence among nations. Ecology and economy are becoming ever more interwoven locally, regionally, nationally, and globally into a seamless net of causes and effects (UNITED NATIONS, 1987).

Note-se a alusão a um mundo compartimentado, e a afirmação de que as dimensões se dissolvem com as crises aparentemente separadas, mas que são, de fato, uma só. Em outro trecho do relatório, se destacam as desigualdades para se afirmar que “a Terra é uma só, mas não o mundo” (UNITED NATIONS, 1987):

The Earth is one but the world is not. We all depend on one biosphere for sustaining our lives. Yet each community, each country, strives for survival and prosperity with little regard for its impacts on others. Some consume the Earth's resources at a rate that would leave little for future generations. Others, many more in number, consume far too little and live with the prospect of hunger, squalor, disease and early death (UNITED NATIONS, 1987).

Além disso, o relatório destaca os limites da soberania nacional para lidar com os chamados “comuns”, como os oceanos, a Antártida, e os ecossistemas compartilhados, mencionando a necessidade de se avançar na administração compartilhada dos três domínios. Também menciona que a degradação de ecossistemas, as mudanças nos regimes pluviais e a extinção de espécies de animais e plantas afetam todos os países, ainda que países industrializados e países em desenvolvimento tenham problemas específicos:

The onus lies with no one group of nations. Developing countries face the obvious life-threatening challenges of desertification, deforestation, and pollution, and endure most of the poverty associated with environmental

degradation. The entire human family of nations would suffer from the disappearance of rain forests in the tropics, the loss of plant and animal species, and changes in rainfall patterns. Industrial nations face the life-threatening challenges of toxic chemicals, toxic wastes, and acidification. All nations may suffer from the releases by industrialized countries of carbon dioxide and of gases that react with the ozone layer, and from any future war fought with the nuclear arsenals controlled by those nations. All nations will have a role to play in changing trends, and in righting an international economic system that increases rather than decreases inequality, that increases rather than decreases numbers of poor and hungry (UNITED NATIONS, 1987).

Sumarizando, podemos observar, então, que o Relatório Brundtland trouxe avanços importantes, como a concepção da Terra como algo vivo e a menção a limites para a exploração da natureza, elementos que se configuram como opostos à ideia de uma frente de modernização infinita que concebe a natureza como um mero conjunto de recursos. Assim, para além das ambiguidades com relação à frente de modernização, compreensíveis no contexto da produção do relatório, esses avanços não podem ser desconsiderados.

2.2.3 A Eco-92, a Conferência de Joanesburgo e a Rio+20

Como desdobramento das recomendações da Comissão Brundtland, foi realizada, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92. Além dos 172 países participantes oficiais da Conferência, houve ampla participação da sociedade civil, com a presença de cerca de 1400 organizações não governamentais (BRASIL, 2012). Na Eco-92 foram formulados cinco documentos de referência: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como “Declaração do Rio”, a Agenda 21, o documento “Princípios para a Administração Sustentável das Florestas”, a Convenção da Biodiversidade e a Convenção sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2012).

O Princípio 1 da Declaração do Rio afirma que “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza” (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Também merecem destaque, na declaração, referências à participação cidadã nas decisões nacionais concernentes às questões ambientais, ao princípio da

precaução, ao desenvolvimento de legislações ambientais nacionais e aos conhecimentos e práticas tradicionais. A seguir, podemos visualizar o princípio 22, a respeito das populações indígenas e outras comunidades:

Indigenous people and their communities, and other local communities, have a vital role in environmental management and development because of their knowledge and traditional practices. States should recognize and duly support their identity, culture and interests and enable their effective participation in the achievement of sustainable development (UNITED NATIONS, 1992).

A referência ao princípio da precaução, contida no princípio 15, é acompanhada da afirmação de que “onde houver ameaças de dano sério ou irreversível, a falta de certeza científica completa não deve ser usada como uma razão para adiar medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental” (UNITED NATIONS, 1992). Similarmente ao observado no Relatório Brundtland, aqui notamos a mesma afirmação de que a ausência de certezas científicas não poderia impedir que se tomassem medidas contra a mudança climática (no Relatório Brundtland) ou contra, em uma linguagem mais genérica, riscos de danos sérios ou irreversíveis (Declaração do Rio).

De acordo com o princípio 3 da Declaração do Rio, “o direito ao desenvolvimento deve ser realizado de maneira a satisfazer equitativamente as necessidades relativas ao desenvolvimento e ao meio ambiente das gerações presentes e futuras” (UNITED NATIONS, 1992, trad. minha). O princípio 7 estabelece responsabilidades comuns entre os Estados-membros, mas diferenciadas de acordo com o estado do país como desenvolvido ou em desenvolvimento: “Em vista das diferentes contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que sustentam na busca internacional do desenvolvimento sustentável em vista das pressões colocadas por suas sociedades no meio ambiente global e também das tecnologias e recursos financeiros que controlam” (UNITED NATIONS, 1992, trad. minha).

Analisando o conteúdo das Declarações de Estocolmo e do Rio, Handl (2013) ressalta a presença de uma abordagem instrumental do meio ambiente nos dois documentos, que reflete uma concepção antropocêntrica do “respeito à natureza”

(HANDL, 2013, p. 4). Para o autor, essa abordagem é contrastante com a que está presente em dois outros documentos oficiais das Nações Unidas: a Carta Mundial da Natureza, de 1982, e a Convenção da Biodiversidade. No seu entendimento, a inclusão, como princípio, do direito ao desenvolvimento na Declaração do Rio contribuiu para contrabalançar esforços em prol da conservação e proteção ao meio ambiente.

Tais considerações expressam a delicada conciliação entre a afirmação do direito ao desenvolvimento e a necessidade de preservação do meio ambiente, uma equação instável sempre presente nas declarações oriundas das conferências mencionadas. O quadro é mais complexificado ainda quando levamos em conta o seu pano de fundo geopolítico: Handl (2013) lembra que, tanto em Estocolmo quanto no Rio, documentos de inspiração ambientalista difundidos pelos países industrializados encontraram pouco apoio entre os demais; a inclusão de uma perspectiva desenvolvimentista na versão final das declarações foi resultado das posições expressas pelos países em desenvolvimento.

Essa relação complexa parece aparecer de uma forma mais integrada na declaração originária da Conferência de Joanesburgo, realizada em 2002. Neste documento, explicita-se o entendimento do desenvolvimento sustentável como baseado em três pilares interdependentes, a saber, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental (UNITED NATIONS, 2002). Análises mais críticas da conferência, no entanto, apontam para a ocorrência, no evento, de conflitos entre os dois termos da difícil relação entre interesses econômicos e preservação do meio ambiente, mencionando uma presença maciça de empresas multinacionais (diferentemente da Eco-92) (THE GUARDIAN, 2002). O reconhecimento, na Declaração de Joanesburgo, de a “humanidade estar em uma encruzilhada” (UNITED NATIONS, 2002, trad. minha) parece expressar justamente a tentativa de solucionar os conflitos já mencionados, mas talvez mais marcantes em uma época em que já se sentem os efeitos da globalização econômico-financeira e das doutrinas econômicas neoliberais. A globalização, que pode ser considerada uma das construções mais conectadas à ideia da frente de modernização, é mencionada explicitamente em alguns princípios do documento, inclusive com uma menção à desigualdade na distribuição dos seus “custos e benefícios”. Em outras

passagens, encontramos referências ao setor privado e à “rápida integração de mercados, mobilidade de capital e aumento dos fluxos de investimento pelo mundo”, que teriam “aberto novos desafios e oportunidades para a busca do desenvolvimento sustentável” (UNITED NATIONS, 2002, trad. minha). Assim, a globalização econômica e financeira é tratada de forma ambígua. Com relação ao setor privado, afirma-se que ele “tem um papel para contribuir com a evolução de comunidades e sociedades equitativas e sustentáveis” (UNITED NATIONS, 2002, trad. minha), mas também se coloca a necessidade de as corporações realizarem reformas em seus ambientes:

We agree that in pursuit of its legitimate activities the private sector, including both large and small companies, has a duty to contribute to the evolution of equitable and sustainable communities and societies.
We also agree that there is need for private sector corporations to enforce corporate accountability, which should take place within a transparent and stable regulatory environment (UNITED NATIONS, 2002).

A declaração traz também referências à necessidade de se promover mudanças nos padrões de produção e consumo e de proteger e também de se “manejar a base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social” (UNITED NATIONS, 2002, trad. minha) como ao mesmo tempo objetivos e requerimentos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Na declaração, o desenvolvimento sustentável aparece de forma intrincada com o desenvolvimento econômico e social, e, embora haja referências explícitas a questões ambientais, em alguns trechos o termo desenvolvimento sustentável se refere mais a aspectos relacionados a problemas que não são diretamente ambientais, como xenofobia, conflitos armados e terrorismo. Com a incorporação da ideia dos três pilares ao desenvolvimento sustentável, ele vai se tornando, a partir de Joanesburgo, um termo com acepções mais amplas abrangendo não só as questões relacionadas mais diretamente aos problemas ambientais, mas diversos problemas relacionados a muitas outras temáticas.

Analogamente à Conferência de Joanesburgo, a Rio + 20 (ou “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”), realizada no Rio de Janeiro em 2012, foi simultaneamente considerada bem-sucedida por governos e organismos do sistema ONU e decepcionante em diversas avaliações externas.

Ativistas e jornalistas proclamaram o fracasso do evento com recorrência (ver, por exemplo, ESTADÃO, 2012, THE GUARDIAN, 2012 e NARAIN, 2012), ao mesmo tempo que as avaliações oficiais ressaltavam a positividade dos resultados do evento. Lander (2016) considera o documento final da Rio + 20 “uma extensa coleção de generalidades” (LANDER, 2016, p. 218), inserindo, dentre elas, o desenvolvimento sustentável, mencionado exaustivamente, e enfatizando que o texto não traz compromissos vinculantes. Moreno (2016) menciona o desgaste, em termos de inconsistência de sentido, da ideia de desenvolvimento sustentável às vésperas da Rio + 20, diante do qual se introduziu, sistemicamente, a proposição da “economia verde”, centrada na capitalização dos recursos naturais (com a ideia do “capital natural”) a partir da ideia de que estes precisariam ser incorporados para corrigir “falhas de mercado”. Assim como diversos outros estudiosos, a autora considera a economia verde como submetida à acumulação e ao capital financeiro.⁵⁷

Dodds, Donoghue e Roesch (2017) entendem que as críticas são frutos de avaliações equivocadas, considerando também im procedentes as comparações com a Eco-92. De acordo com os autores, o evento anterior não poderia ser dissociado do Relatório Brundtland, e a evolução das possibilidades de abordagem dos assuntos problematizados neste relatório seria inequivocamente observada na conferência mais recente. Em um outro texto, Dodds (2016) afirma que os muito críticos parecem não ter entendido o real significado da conferência; ele elenca algumas contribuições importantes do evento e ressalta o caráter paulatino inerente às negociações dessa natureza, a seu ver, muitas vezes esquecido pelos observadores mais críticos.

Matias (2015) também faz considerações a respeito dessa questão do ponto de vista do direito internacional. Mencionando a ausência de sanções nos tratados internacionais referentes à sustentabilidade, o autor aponta que, para que estes

⁵⁷ A ideia de “economia verde” parece, assim, substituir a de “desenvolvimento sustentável” como proposição sistêmica guarda-chuva para abordar as questões ambientais, mas de uma forma mais reducionista: “Esta convicção de que há uma maneira mais “atualizada” para o “desenvolvimento sustentável”, e que repousa na centralidade de eficientes mecanismos econômicos (reduzindo a complexidade e a complementariedade dos três pilares que originalmente conformavam o conceito, criado pela própria ONU), transforma a questão em meramente “contar com uma economia correta”, sem entrar em temas considerados “ideológicos” ou “políticos”, como se “a economia” fosse uma ciência objetiva. Para uma reflexão mais aprofundada, ver Abramoway (2012) e Brand (2012). As sucessões de termos conciliadores entre ecologia e capitalismo lembram também a caracterização de Latour à economia como “segunda natureza” no pensamento moderno (LATOUR, 2012).

tivessem um maior alcance e efetividade, seria necessário que houvesse uma jurisdição internacional que pudesse adentrar os limites da soberania nacional, algo que não parece fácil de ser vislumbrado.

Os documentos estudados apontam a transcendência dos problemas ambientais sobre traçados políticos, trazendo reivindicações relativas à necessidade de ampliar a jurisdição internacional sobre tais questões. O Relatório da Eco 92, por exemplo, enfatiza a interdependência entre os países e apresenta a união entre eles como condição para que consigam alcançar “o preenchimento das necessidades básicas, padrões de vida melhores para todos, ecossistemas mais bem geridos e protegidos e um futuro mais seguro e próspero” (UNITED NATIONS, 1993, p. 12, trad. minha).

2.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

2.3.1 O processo de formulação da Agenda 2030

Em 2010, no processo de preparação para a Conferência Rio + 20, as Nações Unidas enviaram um questionário para os países que participariam do evento com perguntas a respeito da expectativa que tinham com relação à conferência. A diretora de Assuntos Econômicos, Sociais e Ambientais do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, Paula Caballero, propôs uma agenda de objetivos que sucedesse os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁵⁸ (em inglês, Millenium Development Goals, MDGs). Tais objetivos seriam aplicados a todos os países e uniriam propósitos sociais, econômicos e ambientais. A proposta circulou inicialmente de maneira informal entre cerca de 700 delegados dentre os 193 países envolvidos, e encontrou diversos tipos de resistência. As objeções diziam respeito, principalmente, aos seguintes aspectos: a ideia de que os objetivos fossem estendidos aos países considerados desenvolvidos, a uma formulação que

⁵⁸ “Agenda do Milênio” é uma denominação informal para o conjunto dos chamados Objetivos do Milênio e suas respectivas metas, que conformaram a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para o período compreendido entre 2000 e 2015, sendo então substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

pretendesse substituir os ODM (envolvendo inclusive agências bilaterais de ajuda externa, resistentes em mudar uma estrutura já orientada para os ODM) e a inclusão, na proposta, de temas para além dos que eram considerados centrais para a Rio + 20 (DODDS; DONOGHUE; ROESCH, 2017).

A última objeção citada faz parte de um pensamento que expressa uma visão de que a Rio + 20 deveria abordar somente pautas ambientais, ou seja, uma visão setorial altamente problematizável.

Como descrevem Dodds, Donoghue e Roesch (2017), a Colômbia assumiu um protagonismo na defesa da ideia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao sediar, em Bogotá, em novembro de 2011, uma consulta informal com representantes de 40 países, entre os quais muitos se mostraram então mais favoráveis à ideia. Como destacam Dodds, Donogue e Roesch, poucas semanas depois, na COP17, em Durban, discutia-se a possibilidade de um novo acordo climático. Nessa conferência, houve uma mudança considerável em direção a uma proposta de que esse acordo fosse aplicável a todos os países membros da ONU. (DODDS; DONOGUE; ROESCH, 2017). O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 e ratificado por 192 países com a notável exceção dos Estados Unidos, havia entrado em vigor em 2005, com metas de redução somente para os países considerados desenvolvidos, e vigoraria até 2012, havendo necessidade, então, da sua renovação ou de um novo acordo internacional juridicamente vinculante a respeito da questão climática. (NEXO, 2017).

Durante a Rio + 20, as negociações a respeito da proposta dos ODS caminharam e, entre as controvérsias que fizeram parte das discussões, destacam-se as que dizem respeito à composição do grupo que levaria a cabo o processo de criação da próxima agenda de desenvolvimento internacional, na qual a temática ambiental teria papel central. Enquanto alguns entre os chamados países desenvolvidos, como os Estados Unidos e países integrantes da União Europeia, defendiam a criação de um grupo de experts a ser indicado pelo secretário-geral da ONU, os países em desenvolvimento do G77⁵⁹ eram favoráveis à uma composição

⁵⁹ Grupo criado em 1964, originalmente composto por 77 países em desenvolvimento. Em 2017, o grupo tinha 134 países, mas seu nome original ainda era mantido (DODDS; DONOGUE; ROESCH, 2017).

que refletisse a representação dos países-membros das Nações Unidas. Chegou-se a um consenso pela criação do Grupo de Trabalho Aberto (GTA) (em inglês, Open Working Group on Sustainable Development Goals, OWG). O grupo seria composto por 30 representantes governamentais que criariam um rascunho dos ODS a ser apresentado até setembro de 2014 (DODDS; DONOGUE; ROESCH, 2017).

A resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 25 de setembro de 2015 oficializou a agenda para os 193 países membros por meio do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2015), que apresenta os 17 objetivos e 169 metas correspondentes, a serem alcançadas até 2030. Os ODS têm também recebido o nome de “Agenda 2030”. Mencionado em documentos oficiais das Nações Unidas pela primeira vez em 1987, o desenvolvimento sustentável passa a ser, quase três décadas depois, o norteador da agenda de mudança da organização.



Figura 4 - Assembleia Geral das Nações Unidas aprova os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (setembro de 2015)

Fonte: UN News, 2019.

A seguir, podemos visualizar os objetivos:

QUADRO 4

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (*)

() Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2015.

2.3.2 Alguns *insights* antropológicos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Uma das qualidades mais exaltadas dos ODS é o fato de eles abarcarem simultaneamente as dimensões econômica, social e ambiental. As dificuldades de se integrar as três dimensões nos discursos e em diretrizes de políticas públicas, ambos em geral habituados à separação entre elas, podem ser observadas no próprio conjunto dos ODS, embora seja importante destacar que eles constituem de fato a primeira agenda internacional oficial a buscar e a apresentar, mesmo que parcialmente, essa integração.

As dimensões “social”, “econômica” e “ambiental”, consideradas como os três pilares do desenvolvimento sustentável (ver, por exemplo, UNITED NATIONS, 2002), podem ser facilmente problematizadas numa reflexão mais aprofundada. Dumont (2000) ressalta a dificuldade, mesmo entre os próprios pensadores da economia, em delimitar a esfera econômica; Latour (2009) desconstrói a pretensa especificidade moderna de, diferentemente dos outros coletivos, manter separadas natureza e sociedade. A separação entre os domínios é presente de forma bastante naturalizada nos discursos e no próprio pensamento que se pretendeu como moderno (LATOURE, 2009). Isso pode ser exemplificado pela própria Agenda 2030.

Ainda que alguns objetivos apresentem no seu próprio enunciado componentes explícitos de mais de uma das três dimensões, (ver, por exemplo, objetivos 2 e 6), em alguns deles a relação entre as dimensões pode parecer bastante complexa (marcadamente nos objetivos 8 e 9). Os objetivos mais voltados à “dimensão econômica” (novamente, 8 e 9), trazem metas relativas ao crescimento econômico, desenvolvimento tecnológico e industrialização,⁶⁰ que situam de forma mais condensada alguns elementos da frente de modernização.

A separação entre natureza e sociedade ou, nos termos de Descola (2005), o modo de relação naturalista, aparece também quando observamos, por exemplo,

⁶⁰ Para situar melhor as relações com a frente de modernização, caberia uma análise mais aprofundada das metas referentes a esses objetivos, que transcende os limites da presente tese.

uma forte dimensão épica no que diz respeito à relação entre os humanos e o planeta Terra:

We are resolved to free the human race from the tyranny of poverty and want and to heal and secure our planet. We are determined to take the bold and transformative steps which are urgently needed to shift the world on to a sustainable and resilient path. As we embark on this collective journey, we pledge that no one will be left behind.

(...)

We are determined to protect the planet from degradation, including through sustainable consumption and production, sustainably managing its natural resources and taking urgent action on climate change, so that it can support the needs of the present and future generations⁶¹ (UNITED NATIONS, 2015, p. 1-2).

Como também pode ser observado na passagem anterior, o planeta costuma ser referido como o que deve ser protegido, defendido, ajudado, curado, por nós, humanos. Nessa grande narrativa épica, embora se constatem os prejuízos ambientais advindos do modelo desenvolvimentista, e se busque exatamente revertê-los, em algum grau, os humanos parecem ainda deter o papel de heróis, já que serão aqueles a *salvar o planeta*.

Até certo ponto, é compreensível que se atribua esse papel, já que o próprio Antropoceno implica a consideração de uma agência humana muito potente, responsável pelo estado de coisas crítico em que se encontra o planeta. No entanto, como apontam Donna Haraway e Jason Moore, assumir a potência da agência humana ou do próprio sistema capitalista não deve obliterar as ações e reações dos demais agentes (ou da própria Gaia, enquanto conjunto/ rede sistematizada de agenciamentos do “mundo natural”) às atividades humanas, ou, para ser mais condizente com uma análise crítica do Antropoceno oficial, às ações do modo de vida hegemônico trazido pela frente de modernização.

Cabe também acrescentar que, em relatórios e demais documentos produzidos por organismos das Nações Unidas, existe com frequência um componente épico facilmente justificável quando levamos em conta a própria missão da organização e as situações limite de fome, guerra, etc com as quais ela

⁶¹ Percebe-se aqui uma clara alusão à definição de desenvolvimento sustentável presente no Relatório Brundtland.

frequentemente se defronta.⁶² Não obstante, uma análise desse componente nas narrativas aqui estudadas pode trazer luz a alguns aspectos importantes para o presente trabalho.

O caráter épico das práticas inerentes à tradição ocidental é analisado por Isabelle Stengers (STENGERS, 2012). A filósofa enfatiza o imperativo moral que impele ao progresso e à validação da verdade para uma ciência que se pretende como exclusivamente objetiva. Nesse projeto, são centrais as ideias de emancipação e controle sobre a natureza (STENGERS, 2015a).

Como mostra Strathern (2014), essa ideia de controle humano absoluto e exclusivo sobre o “mundo natural” é um atributo culturalmente específico, já que o próprio par de conceitos natureza-cultura, que regulamenta o sistema dos pares de oposição no pensamento ocidental, não é universal.

Na análise de Latour (2010), o progresso, tão essencial no ethos moderno, é analisado como uma fuga do passado, o que teria impedido que os adeptos desse pensamento tivessem uma capacidade mínima de olhar para o futuro. Isso nos ajuda a entender tanto o advento da crise ecológica e climática como as dificuldades dos “ex-modernos” em lidarem com ela. O pensador francês é ainda mais explícito em outro trabalho (LATOURE, 2012) quando afirma que, “Entre modernizar e ecologizar, é preciso escolher” (LATOURE, 2012, p. 20).

Os esforços de conciliação de agendas expressos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são visíveis pelo número não usual de objetivos e metas. Se compararmos os ODS com os ODM, por exemplo, vemos que o número de objetivos da Agenda 2030 é mais do que o dobro daquele proposto na chamada Agenda do Milênio. Já o número de metas supera em quase dez vezes aquele estabelecido anteriormente (as chamadas “metas do milênio”, associadas aos ODM, eram 18).

⁶² Nesse cenário épico, uma das características positivas mais marcantes dos documentos da Agenda 2030 é a presença de referências à pobreza, tendo em vista o papel histórico de documentos das Nações Unidas na divulgação de dados e de estratégias de combate às desigualdades. Sobre esse aspecto, transcrevemos o seguinte trecho: “We are resolved to free the human race from the tyranny of poverty and want and to heal and secure our planet. We are determined to take the bold and transformative steps which are urgently needed to shift the world on to a sustainable and resilient path. As we embark on this collective journey, we pledge that no one will be left behind” (UNITED NATIONS, 2015).

Não obstante, a agenda não é imune a críticas dos estudiosos do tema. Veiga, por exemplo, ressalta que, apesar de as metas relacionadas aos ODS serem contabilizadas pelo expressivo número de 169, apenas 40 delas apresentam de fato prazos e definições mensuráveis, sendo as outras muito vagas e, portanto, muito difíceis de serem efetivamente acompanhadas (VEIGA, 2015a).

Outros analistas (ver, por exemplo, THE GUARDIAN, 2016) mencionam que, apesar do uso marcante da expressão “Leaving no one behind”, a Agenda 2030 não deixa de ter falhas quanto ao universo que contempla. Critica-se o fato de o objetivo 5, referente às questões de gênero, por exemplo, não traz nenhuma referência ao grupo das viúvas, que, em países como a Índia, estariam em situação de extrema fragilidade com relação a direitos. Podemos acrescentar que tampouco são mencionadas quaisquer ações específicas referentes a garantias de direitos de homossexuais e transsexuais. A dificuldade de se avançar nas pautas de gênero⁶³ é observada quando tomamos conhecimento do caminho percorrido para se chegar ao objetivo 5, relativo à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino. Dodds, Donoghue e Roesch (2017) descrevem a dificuldade de se chegar a um consenso, particularmente em relação às metas 5.3 e 5.6, transcritas a seguir:

Meta 5.3: Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

Meta 5.6: Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Os autores mencionam que, no primeiro rascunho da agenda, não havia referências à saúde reprodutiva e aos direitos reprodutivos das mulheres, devido à forte oposição de um grande número de países. Em contraposição, 50 delegações defenderam metas e objetivos ambiciosos com relação às mulheres, sem os quais a agenda dos ODS poderia ser comprometida. Também lembram que a formulação da meta 5.6 foi acordada apenas nas últimas horas de negociação dentro do OWG,

⁶³ Desde a conferência de Pequim, em 1995, vêm ocorrendo movimentos reacionários ao reconhecimento da pluralidade de gênero e à ampliação dos direitos reprodutivos das mulheres. Alguns estudiosos definem tais reações como “cruzadas anti-gênero” (ver, por exemplo, CREA, 2019).

evidenciando as dificuldades de negociação de agendas ambiciosas como a aqui estudada.



Figura 5 - Manifestação em apoio aos ODS, Nova Iorque (setembro de 2015)

Fonte: THE INDIAN EXPRESS, 2015.

Com relação ao avanço no reconhecimento dos direitos das populações indígenas, um olhar um pouco mais atento sobre as duas metas que mencionam esses grupos leva imediatamente a um certo desconforto:

Meta 2.3: Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Meta 4.5: Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A classificação das cerca de 5000 populações indígenas do mundo (UNDPI, 2010) como “pequenos produtores de alimentos” não deixa de soar reducionista.⁶⁴ Embora a meta 2.3 mencione a questão crucial do acesso à terra, o fato de a ideia

⁶⁴ A referência aos grupos indígenas na meta 4.5 como “mais vulneráveis”, embora não seja desprovida de validade, considerando as relações de poder entre os Estados nacionais e esses grupos, também não deixa de soar reducionista. Comentários mais específicos sobre essa meta transcendem os limites do presente trabalho.

de se dobrar a produtividade agrícola se pretender como universal demonstra uma desconsideração de outras lógicas econômicas ao acomodar a diferença numa proposição geral, uma prática bastante criticada por Stengers (2018), como já trabalhado anteriormente. A questão da produtividade também remete à frente de modernização.

Não surpreende, assim, que alguns críticos tenham avaliado a questão das terras indígenas como subestimada pelas metas dos ODS (THE GUARDIAN, 2016). Assim, embora tenha havido participação de grupos indígenas nas consultas referentes à formulação da Agenda 2030, diferentemente do que ocorreu no processo de definição da Agenda do Milênio (UNITED NATIONS, 2017), a menção a esses grupos nas metas antes transcritas parece ocorrer de forma etnocêntrica.⁶⁵

Tanto no Relatório Brundtland como na Agenda 2030, observamos uma aproximação, nas narrativas, dos modos de vida das populações indígenas ao desenvolvimento sustentável. No entanto, como muitas vezes as narrativas do desenvolvimento sustentável se mostram excessivamente abstratas ou mesmo esvaziadas do significado original de preservação ambiental, essa aproximação pode ser também falha. Além disso, mesmo quando a narrativa em questão não apresenta as inconsistências mencionadas por Redclift (2006), há uma diferença fundamental entre um modo de vida que busca uma reconexão a partir de uma fissura consolidada entre humanos e não humanos/ ambiente, e os modos indígenas, que nunca experimentaram tal separação. Para ilustrar essas diferenças, transcrevemos, a seguir, dois trechos de falas do líder indígena Davi Kopenawa:

A floresta é nossa irmã, criamos e crescemos junto. (...) Valorizamos mais (a terra) do que o ouro. [E também a água]. (...) Nós, povo da floresta pensamos bem, pra viver bem, com saúde, criamos nossos filhos. Esse é o

⁶⁵ Tal crítica não deve nos levar a ignorar a importância de diversas instâncias das Nações Unidas para a defesa de pautas essenciais às causas indígenas. O próprio fato de reconhecermos tal papel da ONU causa surpresa quando visualizamos a meta 2.3. Nessa pesquisa, procurei, sem sucesso, informações mais detalhadas a respeito da participação de representações indígenas no processo de formulação dos ODS. Dodds *et al.* (2015) afirmam que “O OWG envolveu uma colaboração extremamente próxima entre estados membros e MgoS” (DODDS *et al.*, 2015), mas não fornecem maiores detalhes a respeito de quais grupos estariam, nesse caso, incluídos em tal categorização.

nosso caminho. **O caminho é diferente** (...) Vocês deviam olhar a cara da floresta.⁶⁶

Quando falam da floresta, os brancos muitas vezes usam uma outra palavra: meio ambiente. Essa palavra também não é uma das nossas e nós a desconhecíamos até pouco tempo atrás. Para nós, o que os brancos chamam assim é o que resta da terra e da floresta ferida por suas máquinas. É o que resta de tudo o que eles destruíram até agora. Não gosto dessa palavra meio. A terra não deve ser recortada pelo meio. Somos habitantes da floresta, e se a dividirmos assim, sabemos que morreremos com ela. Prefiro que os brancos falem de natureza ou de ecologia inteira. Se defendermos a floresta por inteiro, ela continuará viva. Se a retalharmos para proteger pedacinhos que não passam da sobra do que foi devastado, não vai dar em nada de bom. Com um resto das árvores e dos rios, um resto dos animais, peixes e humanos que nela vivem, seu sopro de vida ficará curto demais. Por isso estamos tão apreensivos. Os brancos se puseram hoje em dia a falar em proteger a natureza, mas que não venham mentir para nós mais uma vez, como fizeram seus pais e seus avós (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 484).

Na Meta 15.1, que propõe “até 2020, assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais” (NAÇÕES UNIDAS, 2015), observamos a projeção de uma organização econômica específica, a da economia burguesa capitalista, sobre a própria “natureza”. Assim, termos como “serviços” passam a ser utilizados de forma automática, como se refletissem de forma transparente algo que acontece no mundo “natural”. Pretensamente a linguagem está numa “chave universal neutra” (STENGERS, 2018, p. 445); mas a partir de diversos exemplos, alguns, como o do termo “serviços”, bastante visíveis a um olhar um pouco mais atento, tornam explícito o caráter situado (HARAWAY, 1988) de um discurso cujos fundamentos encontram-se também na ciência. As ciências também trazem em seu bojo aspectos de relações pretendidas ou estabelecidas com o mundo, refletindo em suas formulações relações sociais e socioambientais específicas, como afirma, por exemplo, Latour (2009). Assim, as formulações a respeito da natureza indicam uma concepção naturalista de mundo (DESCOLA, 2005); termos como “serviços” indicam a projeção de categorias da economia burguesa estendida ontologicamente a isso que tratamos como “natureza”; especificamente, a palavra “serviço ” indica uma relação entre

⁶⁶ Fala de Davi Kopenawa na abertura do Curso de Abertura dos Cursos de Formação Transversal em Saberes Tradicionais, ocorrido no Auditório da Escola de Engenharia, na UFMG, em 17 de setembro de 2018 (KOPENAWA, 2018, grifos meus).

alguém que serve (aqui, a natureza ou “partes” dela, como os ecossistemas) e alguém que é servido (a visão de mundo naturalista, segundo a qual cria-se uma separação radical entre ambiente e não humanos, de um lado, e humanos, de outro, deixa implícito que quem é servido são os humanos).

Essa visão utilitária da natureza não está em desacordo com própria origem das concepções de desenvolvimento sustentável. Como vimos, os primeiros relatórios internacionais que abordam esse tema enfatizam o esgotamento dos “recursos naturais” (outro termo que pode ser situado com relação a conotações econômicas capitalistas). Lembremos que, na declaração de Estocolmo e no relatório Brundtland, o desenvolvimento deve ser sustentável para que não haja prejuízo das gerações futuras (UNITED NATIONS, 1972, 1987). Quando olhamos para as metas dos ODS, nos deparamos com termos como “rendimento máximo sustentável”, que também explicitam o utilitarismo no olhar para a natureza:

Meta 14.4: Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Como lembra Fressoz (2015), o princípio do máximo sustentável formulado originalmente para a pesca não leva em conta as interações entre espécies e o papel do ambiente marinho (FREZZOZ, 2015, p. 77). Trata-se, assim, de um exemplo de um conceito situado (HARAWAY *et al.*, 2016), mas que é apresentado como universal.

Considero tratar-se de um exemplo bastante ilustrativo do limite dos conceitos instrumentalizados pelo desenvolvimento sustentável. Reconhecendo-se a existência de um limite (representando então um avanço), permanece-se, no entanto, com o modelo que isola poucas variáveis em uma relação de causa e efeito, abstraindo, então, a circularidade e a rede de conexões que conformam as interações no ambiente.

Também cabe destacar que encontramos, no fim do documento, a afirmação de que o planeta Terra e os ecossistemas são “nossa casa comum”, bem como

referências à expressão “Mãe Terra” como de utilização em diversas regiões do planeta:

We recognize that there are different approaches, visions, models and tools available to each country, in accordance with its national circumstances and priorities, to achieve sustainable development; and we reaffirm that planet Earth and its ecosystems are our common home and that “Mother Earth” is a common expression in a number of countries and regions (UNITED NATIONS, 2015).

Esse é, no nosso entendimento, o trecho em que o documento mais se aproxima das reconexões com a Terra que mencionamos no capítulo inicial, e que retomaremos em outras passagens deste trabalho.

2.3.3 A implementação dos ODS no contexto geopolítico atual

No ano de 2015, foram oficializados simultaneamente dois acordos decisivos na agenda internacional: O Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas correspondentes. Após meses de negociações complexas e detalhadas, chegou-se a dois documentos consensuais a respeito, no caso dos ODS, da agenda internacional de desenvolvimento para os 15 anos subsequentes, enquanto o Acordo de Paris estabeleceu metas de redução das emissões de carbono e fixação de aumento máximo de temperatura consequente. O ineditismo do Acordo de Paris e a ambição por trás das metas dos ODS lançavam uma luz progressista sem precedentes em termos de acordos governamentais sobre a crise ecológica e climática e as desigualdades. O que havia fracassado seis anos antes, devido à não adesão dos Estados Unidos ao Protocolo de Kyoto, parecia possível então. No entanto, um ano e meio depois, o presidente estadunidense anunciou a saída do país do Acordo.

À eleição de um líder misógino, anti-imigração e favorável aos interesses dos grandes produtores de combustíveis fósseis nos Estados Unidos, seguiu-se uma onda de ascensão da extrema-direita em vários locais do globo, incluindo a versão brasileira idólatra do obscurantista presidente estadunidense e com seu próprio poder regressista, apoiando negacionistas climáticos (RIBEIRO, 2019), retirando o Brasil de posições de protagonismo na agenda ambiental internacional e adotando

uma política oficial de perseguição a fiscais ambientais, populações indígenas e apoio a desmatadores, para falar somente da agenda ambiental.

Em 2019, o Itamaraty, sob a chefia de um ministro alinhado à ideologia da extrema direita, rompeu com uma tradição de décadas de multilateralismo e conciliação para embarcar numa jornada regressista em todos os níveis. O Brasil passou a reproduzir iniciativas estadunidenses de apoio irrestrito ao Estado de Israel, desistiu de sediar eventos importantes sobre as questões climáticas, vem flertando com o negacionismo permanecendo, por ora, no Acordo de Paris, como quem anda em uma corda-bamba, tenta frear avanços dos direitos indígenas e da ampliação da participação de indígenas nas arenas internacionais (CHADE, 2019a), e, por fim, mas não menos tragicamente, vem assumindo posições refratárias a quaisquer avanços no âmbito da temática de gênero (inclusive tentando vetar o próprio termo “gênero” em documentos da ONU). Dentro desse tema, as posições brasileiras só encontraram respaldo por parte de países que sabidamente violam os direitos das mulheres, como Arábia Saudita, Paquistão e Bahrein embora, nos últimos meses, tenha ficado cada vez mais claro que movimentos ultraconservadores vêm formando redes internacionais que consideram agências da ONU inimigas e visam combater avanços no reconhecimento da pluralidade de gênero e nos direitos das mulheres (ver, por exemplo, CHADE, 2019).

O caso do Brasil é exemplar de como, em poucos anos, um país pode passar de uma posição de protagonismo crescente nas organizações multilaterais ao papel de pária, ou seja, de endossador da agenda progressista internacional a defensor de posições extremistas que visam bloquear qualquer avanço.

Com relação à agenda mais ampla dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Brasil vem perdendo protagonismo desde a interrupção do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff 2016. Em 2017, devido a um conflito entre o governo federal e organizações não governamentais, foram produzidos dois relatórios sobre os ODS, ambos apresentados na ONU, um acontecimento inédito na organização.

Em 2019 vivemos, sem dúvida, um momento crítico para a agenda progressista, em todos os níveis. Não obstante, as agendas continuam com validade e desdobramentos importantes. Neste ano, por exemplo, a Assembleia Geral da

ONU declarou a década entre 2021 e 2030 a Década sobre Restauração de Ecossistemas. Pretende-se, objetivamente, alcançar a remoção de até 26 gigatoneladas de gases do efeito estufa.

Diversos outros desdobramentos vêm ocorrendo no âmbito da agenda dos ODS, notadamente os que se referem à produção de indicadores para possibilitar o acompanhamento das metas, muitos deles envolvendo a elaboração de questionários e bancos de dados até então inexistentes em muitos países.

Mesmo não tendo espaço para nos alongarmos, cabe mencionar, para além de estudos e eventos por parte das Nações Unidas, os diversos e crescentes movimentos na sociedade civil de protesto contra a inépcia da ação para combater as mudanças climáticas, como o Extinction Rebellion e o Fridays for Future, apontando, apesar das tentativas de promoção do negacionismo climático, para uma possível difusão da conscientização a respeito da gravidade da crise ecológica e climática junto às populações, fortalecendo a possibilidade de reversão do quadro atual.

Mais recentemente, observamos também a crescente utilização do termo “emergência climática” por parte de ativistas, cientistas e instâncias de representação política para chamar a atenção para a urgência da necessidade de se tomar medidas mais rápidas e profundas. Em abril de 2019, em um artigo publicado na revista Bioscience (RIPLE *et al.*, 2020) mais de 11 mil cientistas de 153 países declararam “de forma clara e inequívoca que o planeta Terra está enfrentando uma emergência climática” (RIPLE *et al.*, 2020, p. 8, trad. minha). De acordo com os cientistas,

os formuladores de políticas e o público agora precisam urgentemente de acesso a um conjunto de indicadores que expressem os efeitos das atividades humanas nas emissões de gases de efeito estufa e os consequentes impactos no clima, no meio ambiente e na sociedade (RIPLE *et al.*, 2020, p. 8, trad. minha).⁶⁷

⁶⁷ “Policymakers and the public now urgently need access to a set of indicators that convey the effects of human activities on GHG emissions and the consequent impacts on climate, our environment, and society.”

Também em abril de 2019, poucas semanas depois da publicação do artigo-manifesto, instâncias de representação política em diversos locais do mundo declararam emergência climática. Até o momento, um levantamento de um *site* especializado no tema (CLIMATE EMERGENCY DECLARATION, 2020) aponta que 1348 jurisdições em 26 países promoveram declarações desse tipo. A atuação dos ativistas climáticos certamente contribuiu para que as declarações fossem adotadas.



Figura 6 - Estudantes sul-africanos na Cidade do Cabo em protesto por medidas urgentes contra as mudanças climáticas

Fonte: NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2019.



Figura 7 - Ativistas protestam por ações de combate à crise climática em Sydney, Austrália

Fonte: THE NEW YORK TIMES, 2019.

2.4 O PERCURSO DAS ABORDAGENS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA PELAS NAÇÕES UNIDAS DE 1972 A 2015

Observamos, neste capítulo, o percurso das narrativas da crise ecológica e climática e das proposições para solucioná-la em alguns dos documentos mais significativos das Nações Unidas desde a primeira grande conferência da organização sobre o meio ambiente, em 1972, até a agenda atual acordada pelos países membros, a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com o intuito de facilitar uma leitura comparativa dos documentos, resumimos, a seguir, alguns aspectos observados em cada um dos deles:

QUADRO 5

A crise ecológica e climática em documentos das Nações Unidas sobre sustentabilidade

Documento	Declaração de Estocolmo 1972	Relatório Brundtland 1987	Declaração do Rio 1992	Declaração de Joanesburgo 2002	Agenda 2030 2015
Percepções da crise	No momento: Poluição, desequilíbrios ecológicos, destruição de recursos não renováveis, ambientes insalubres para populações humanas Riscos futuros: danos irreversíveis que poderiam advir de ignorância ou indiferença	Crise ambiental, crise energética, ecossistemas ameaçados, mudança climática, efeito estufa, buraco na camada de ozônio Futuro ameaçado: mudança climática	Genéricas: poluição, danos ambientais, padrões insustentáveis de produção e consumo Destaque: Em casos de ameaças de danos sérios ou irreversíveis, evoca-se o princípio da precaução.	Perda de biodiversidade, desertificação, evidência dos efeitos adversos da mudança climática, desastres naturais mais sérios e mais frequentes, poluição do ar, água e marinha.	Desastres naturais mais frequentes e intensos; esgotamento dos recursos naturais; degradação ambiental percebida por secas, desertificação, degradação dos solos e escassez de água; perda da biodiversidade. Mudança climática ameaçadora, colocando em risco a sobrevivência das sociedades humanas e do sistema de suporte à vida na Terra.
Menções às desigualdades	Entre países desenvolvidos e em desenvolvimento	Sim, muitas.	Sim, com a introdução do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas	Sim, muitas.	Sim, tema central no documento.
Menções a alteridades à modernização	Não	Sim (povos indígenas, comunidades tradicionais)	Sim (povos indígenas)	Sim (povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores)	Sim (povos indígenas e outros como “pequenos produtores de alimentos”)
Menções a não humanos	Somente uma, muito genérica	Diversas, mas quase sempre genéricas (espécies de animais e plantas, de sementes); modelo de desenvolvimento como simplificador de ecossistemas	Não* <i>A Convenção da Diversidade Biológica, arcabouço das Nações Unidas sobre a biodiversidade foi estabelecida em 1992, também na Cúpula da Terra.</i>	Genéricas: referência à necessidade de proteção da biodiversidade e à “grande comunidade da vida”	Sempre genéricas, em grandes categorias como ecossistemas marinhos e terrestres.
Valoração da	Ambivalente	Ambivalente	Positiva	Sem referências	Positiva ⁶⁸

⁶⁸ Embora tenhamos concentrado a análise dos ODS em outros aspectos, considero pertinente destacar a questão da abordagem da tecnologia no documento, ainda que brevemente. Destaco, a seguir, duas passagens do documento que expressam a valoração positiva desse aspecto: “The spread of information and communications technology and global interconnectedness has great potential to accelerate human progress, to bridge the digital divide and to develop knowledge societies, as does scientific and technological innovation across areas as diverse as medicine and

tecnologia						
Soluções propostas destacar	a	Ampliação da jurisdição ambiental internacional	Ampliação da jurisdição ambiental internacional com ênfase na questão climática	Desenvolvimento de legislações ambientais próprias a cada país; participação cidadã e acesso à informação; elaboração de avaliações de impacto ambiental; cooperação entre países p/ desenvolver legislação internacional; princípio da precaução	Mudanças nos padrões de produção e consumo, proteção e manejo da base de recursos naturais, instituições internacionais e multilaterais mais efetivas, democráticas e responsáveis	Ver metas propostas para os ODS

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos documentos citados.

Como aspectos de importância central para entendermos o percurso das narrativas da crise e das proposições presentes nos documentos estudados, merecem destaque:

- A presença das populações indígenas como protagonistas do desenvolvimento sustentável nas Declarações do Rio e de Joanesburgo e no Relatório Brundtland. Nesse sentido, a Agenda dos ODS pode ser interpretada como um retrocesso por não explicitar a mesma valoração dos conhecimentos indígenas (ver qual documento explicita conhecimento) e da relação das comunidades indígenas com o meio ambiente mencionadas nesses três documentos anteriores;

- A ambivalência da tecnologia na Declaração de Estocolmo e no Relatório Brundtland, que parece desaparecer no documento sobre os ODS, em que ela é apresentada, no nosso entendimento, de forma mais automatizada, ou seja, mais alinhada à frente de modernização;

- As menções às mudanças climáticas em todos os documentos desde o Relatório Brundtland, que, como vimos, foi extremamente contundente no tratamento desse tema. No documento “Transformando nosso mundo”, afirma-se que os impactos das mudanças climáticas “comprometem a capacidade de todos os países

energy.” “Governments, international organizations, the business sector and other non-State actors and individuals must contribute to changing unsustainable consumption and production patterns, including through the mobilization, from all sources, of financial and technical assistance to strengthen developing countries’ scientific, technological and innovative capacities to move towards more sustainable patterns of consumption and production” (UNITED NATIONS, 2015).

para alcançar o desenvolvimento sustentável”, e que a mudança climática é “um dos maiores desafios do nosso tempo” (UNITED NATIONS, 2015);⁶⁹

- A predominância de uma concepção antropocêntrica como norteador fundamental dos discursos que formulam e promovem a ideia de desenvolvimento sustentável;

- As referências à “Mãe Terra” no documento dos ODS; à Terra como um organismo vivo, no Relatório Brundtland constituem dois dos principais momentos em que os documentos trazem elementos relacionados ao que chamamos de “reconexões terrestres”.

Também é importante ressaltar que, desde a declaração de Estocolmo, em 1972, observamos chamados à urgência da ação dada a seriedade percebida para os problemas relatados. Embora seja necessário reconhecer que alguns documentos trouxeram desdobramentos importantes, também fica evidente que a repetição desse chamado à urgência ao longo das mais de quatro décadas cobertas no período analisado demonstra que ele não foi tão efetivo, evidenciando os limites da atuação política das Nações Unidas.

Se tais limites são bastante evidentes, não devemos, no entanto, deixar de reconhecer que documentos como os que aqui abordamos configuram-se como balizadores de ações e discursos de diversos outros agentes, demonstrando, assim, a alta capilaridade de temáticas ligadas ao discursos do desenvolvimento sustentável, mesmo que muitas das ações derivadas possam não ir além do próprio campo discursivo, muitas vezes cumprindo apenas uma intenção propagandística de “embelezamento das ações” (REDCLIFT, 2006, p. 66).

⁶⁹ Em que pese o reconhecimento da importância da crise climática no documento dos ODS, cabe ressaltar que, devido à própria evolução da organização da abordagem do tema dentro das Nações Unidas, o fórum de tratamento da questão no âmbito da organização é o United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), daí a referência ao Fórum no Objetivo 13. Embora seja indispensável considerar os avanços representados principalmente pela criação da Convenção, na Eco-92, e pelo Acordo de Paris, o que pretendo enfatizar aqui é que, dentro dos documentos da ONU que constituíram nosso escopo de análise, existe uma recorrência de afirmação da gravidade da crise climática (tratada ainda como “mudança climática”) em um espaço de quase três décadas (desde o Relatório Brundtland até os ODS, ou seja, de 1987 a 2015).

CAPÍTULO 3

RECONEXÕES E DESCONEXÕES TERRESTRES

Considerando, assim, que apropriações do discurso e dos valores positivos relacionados aos documentos estudados são também foco do nosso interesse, iniciaremos este capítulo com anotações etnográficas a partir da observação de três eventos em que o desenvolvimento sustentável foi colocado como elemento estruturante, sendo que, nos dois primeiros, a presença desse conceito ocorreu por meio da evocação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, levando em conta também que a crise ecológica e climática enseja observações relativas aos limites de instâncias decisórias como o Estado-nação, são realizadas, no decorrer do capítulo, reflexões a respeito das decisões e discussões a respeito do Estado-nação, de organizações internacionais, da participação da sociedade civil e de modelos de representatividade. Finalizando nosso estudo, são feitas considerações sobre as linhas de conflito (re)desenhadas a partir do reconhecimento mais recente da crise ecológica e climática representado pela difusão do Antropoceno.

3.1 ANOTAÇÕES DE CAMPO SOBRE TRÊS EVENTOS COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ATUAÇÃO DE GOVERNOS, SOCIEDADE CIVIL, EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Ambientes em que se discutem o desenvolvimento sustentável e agendas como a dos ODS servem também como arena para discutir grandes questões como a participação do setor privado, a ajuda internacional e as desigualdades políticas e econômicas. No processo de elaboração desta pesquisa, foram observados três eventos em que houve participação de pessoas provenientes de diversas arenas: o setor privado, organizações não governamentais, governo, universidades e instituições de pesquisa vinculadas a organismos internacionais. O primeiro deles, a conferência “Achieving the SDGs: who best serves the public interest?” ocorreu na Universidade de Maastricht, no dia 7 de junho de 2018. O segundo, “Critical

Perspectives on Governance by Sustainable Development Goals: Water, Food and Climate”, na Universidade Livre de Amsterdã, nos dias 25 e 26 de junho de 2018. Finalmente, também foi observado o evento “European Development Days (EDD), promovido pela Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia) e realizado nos dias 5 e 6 de junho de 2018 em Bruxelas.

3.1.1 Os ODS em espaços de debate

Nos dois primeiros eventos mencionados, observei, dentre os participantes, uma alternância entre perspectivas mais críticas dos ODS e aquelas que os consideram como avanços significativos.

Em linhas gerais, as críticas podem ser sintetizadas nos seguintes grupos: a) dentre os maiores protagonistas nos processos de formulação e implementação dessas agendas, encontram-se grandes empresas multinacionais que se utilizam de discursos do “desenvolvimento sustentável” como marketing para suas ações; b) uma problematização das metas consideradas inexecutáveis a priori e que todos saberiam que não serão cumpridas, mas sim reafirmadas daqui a alguns anos; c) críticas que podem ser englobadas no que vem sendo chamado de “SDG washing”, leia-se, uma despolitização de grandes questões e utilização da agenda para marketing de empresas; d) críticas no âmbito da representação da tomada das decisões definidoras da agenda.

Entre as posturas que elogiam a agenda, ressalta-se, comumente, enquanto ponto positivo, a magnitude dos ODS enquanto acordo, sendo considerado até mesmo “o maior contrato social já feito”;^{70 71} em outros espaços, relatórios e pessoas ligadas mais diretamente ao processo também enfatizam como ponto positivo as consultas públicas que fizeram parte do processo de definição da agenda.

⁷⁰ Fala de Uta Wehn, do IHE Delft Institute for Water Education, da Unesco, no evento “Critical Perspectives on Governance by Sustainable Development Goals: Water, Food and Climate”, na Universidade Livre de Amsterdã, nos dias 25 e 26 de junho de 2018.

⁷¹ Todas as falas dos eventos foram traduzidas aqui do original em inglês.

A participação do setor privado em um nível de protagonismo é também criticada com muita recorrência. Em Amsterdã, observei uma das palestrantes, Fiona Dove, da organização não governamental Transnational Institute se referir às “multistakeholders partnerships” como “plutocracia”, afirmando “ser um problema quando as decisões ficam nas mãos das corporações, e não dos governos ou ONU” (DOVE, 2018).⁷² No evento realizado em Maastricht, Danielle Hirsch, da ONG Both Ends, criticou com bastante veemência as companhias que caracterizou como “querendo aparecer que fazem grandes coisas para a humanidade, mas não fazem” (DOVE, 2018). Danielle apresentou uma perspectiva um pouco cética com relação aos ODS, afirmando que “os governos ocidentais e as corporações não vão mudar o mundo”. Ela acrescentou, ainda, que a privatização de serviços públicos não traz resultados e que “a maior parte das pessoas que nasce hoje no mundo não tem nada a ver com a economia global” (HIRSCH, 2018).⁷³ Fiona Dove afirmou ser “preciso consertar as estruturas subjacentes”, já que “os problemas são causados por um tipo específico de modo de produção e relações de poder”. Acrescentou também que “exportar o sistema agroindustrial de produção não é a solução”, já que esse sistema “gera marginalização e concentração de terras” (DOVE, 2018).

A exportação de modelos é um tema sensível presente necessariamente em discussões desse tipo. Como os modelos de desenvolvimento em geral pretendem universalizar um caminho específico, sua exportação acaba sendo tomada como natural. No entanto, encontrei também críticas a esse modo de pensamento. Uta Wehn, do IHE Delft Institute for Water Education, da Unesco, observou, na conferência em Amsterdã, que não faz sentido “vender soluções europeias para os pobres da África”, criticando “pacotes de exportação de conhecimentos” e enfatizando que o que o instituto promove “não é exportação, mas cocriação”.⁷⁴ A cocriação também foi defendida por Fiona.

⁷² Fiona Dove, no evento “Critical Perspectives on Governance by Sustainable Development Goals: Water, Food and Climate”, sediado na Universidade Livre de Amsterdã, nos dias 25 e 26 de junho de 2018.

⁷³ Danielle Hirsch, na conferência “Achieving the SDGs: who best serves the public interest?”, sediada na Universidade de Maastricht, 7 de junho de 2018.

⁷⁴ Uta Wehn, do IHE Delft Institute for Water Education, da Unesco, no evento “Critical Perspectives on Governance by Sustainable Development Goals: Water, Food and Climate”, na Universidade Livre de Amsterdã, nos dias 25 e 26 de junho de 2018.

As posturas de Danielle e Fiona demonstram, assim, críticas às estruturas desiguais que influenciam decisões de organismos do porte das Nações Unidas. A concentração de decisões de grande impacto em grandes corporações, a divisão internacional do trabalho e as assimetrias geopolíticas são alguns dos grandes temas referenciados nas questões abordadas por essas palestrantes.

Fiona e Danielle também abordaram os ODS no contexto das tendências políticas atuais, percebendo um momento difícil. Danielle afirmou explicitamente que “a sociedade civil global está sob ameaça”, e Fiona mencionou “a necessidade de resistir”.

As referências ao protagonismo das empresas em tentativas de implementação da agenda encontram-se fundamentadas, por exemplo, pela fala de Maria José Romero, participante, na conferência realizada em Amsterdã, da seção “Illusions of PPPs for Sustainable Development”, em que relatou ter participado de uma feira promovida pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas para diretores executivos (CEOs) de grandes empresas (ROMERO, 2018).⁷⁵ Uma outra apresentadora criticou a grande proeminência de previsão do financiamento privado para os ODS.

Se o movimento ambiental, inicialmente, “se mostra completamente heterogêneo sobre uma causa comum” (MENDES, 2015, p. 200), refletindo uma despolitização, também trabalhada por Latour (2004), é necessário perguntar se a crise climática conseguirá promover um movimento maior de união. Encontramos, sim, atores tão heterogêneos como funcionários governamentais de países diversos ou de organizações internacionais, pesquisadores de áreas diversas do conhecimento, e ativistas defendendo medidas sérias em prol de medidas de combate à mudança climática. É possível apostar na questão do clima como unificadora pelo menos em relação ao objetivo pragmático de baixar as temperaturas médias do planeta. As clivagens entre “países desenvolvidos” e “em desenvolvimento” e vários outros cortes desaparecem quando se afirma que “Todos

⁷⁵ Maria José Romero, na sessão “Illusions of PPPs for Sustainable Development” durante o evento “Critical Perspectives on Governance by Sustainable Development Goals: Water, Food and Climate”, na Universidade Livre de Amsterdã, nos dias 25 e 26 de junho de 2018.

estamos nisso juntos”⁷⁶ ou que “O planeta não pode esperar por regulações ou legislações” (MARY, CROWN PRINCESS OF DENMARK, 2018).⁷⁷

3.1.2 Os “European Development Days”

A última fala foi observada na conferência de encerramento do evento “European Development Days”, realizado nos dias 5 e 6 de junho de 2018 em Bruxelas, promovido pela Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia.

O nome da edição do evento 2018 incluiu o mote “Putting Women and Girls at the Heart of Conservation and Climate Action”. Estiveram presentes diversas organizações internacionais e não governamentais com diversas áreas de atuação, assim como organizações do setor privado. Nessa miscelânea de atores, discursos e interesses, a Comissão Europeia assume um papel discursivo de catalisadora do desenvolvimento sustentável, aqui entendido como compreendendo também a defesa dos direitos humanos em situações de violência extrema contra mulheres e meninas.

No evento, há espaço para ativistas e representantes de populações de pessoas que já foram vítimas de tais situações para expor suas ideias e compartilhar experiências em mesas redondas e grupos de trabalho. Ao mesmo tempo, as mesas contam com a presença de representantes de organizações diversas das Nações Unidas e de organizações como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da própria Comissão Europeia.

O papel da Comissão Europeia no evento parece se constituir como o de simultaneamente um moderador, conselheiro e doador. Nas conferências maiores, é dado, à plateia, o direito de se expressar por meio de perguntas curtas. Ativistas de organizações não governamentais que lutam por causas relacionadas à limitação do

⁷⁶ Wendy van Asbeek Brusse, diretora de Inspeção da Cooperação para o Desenvolvimento e Avaliação de Políticas do Ministério das Relações Exteriores da Holanda, em apresentação realizada evento “Critical Perspectives on Governance by Sustainable Development Goals: Water, Food and Climate”, na Universidade Livre de Amsterdã, nos dias 25 e 26 de junho de 2018.

⁷⁷ Conferência de encerramento do evento “European Development Days”, realizado nos dias 5 e 6 de junho de 2018 em Bruxelas.

aquecimento global e à defesa dos direitos humanos parecem encontrar no espaço um local onde suas vozes podem ecoar em alguma medida, no sentido de ter acesso à comunicação com porta-vozes de organizações internacionais importantes e também na própria conformação do espaço como da defesa de bandeiras que lhes são caras. Mas, com tantos atores heterogêneos, o espaço tem também outros papéis. Tanto os profissionais das organizações não governamentais como os de empresas aproveitam a oportunidade para divulgar suas ações para potenciais clientes, doadores e também para ampliar sua rede de contatos profissionais. Percebi, no evento, algumas assimetrias, refletindo desde a divisão internacional do trabalho até o grau de valoração das experiências compartilhadas. Sobre a última, presenciei a ativista pelos direitos das mulheres e deficientes Nidhi Goyal, da organização não governamental Rising Flame, ressaltar que, na sua perspectiva, algumas experiências eram comumente mais valorizadas do que outras em eventos como o analisado.

3.2 ASSEMBLEIAS REIMAGINADAS

Criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando tinha 51 países-membros, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem hoje 193 países entre os seus integrantes. A estrutura da organização é formada por diversas agências especializadas, entre elas, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou, em inglês, UNEP), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de instituições como o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social e a Corte Internacional de Justiça. No âmbito do Conselho Econômico e Social, destacamos o Fórum Permanente das Nações Unidas para os Povos Indígenas (UNPFII), corpo consultivo que foi estabelecido em 2000 e funciona desde 2002.

Organizações ou coletivos não estatais, embora sem assento na Assembleia Geral dos Estados-membros, têm interlocução com a organização por meio de canais diversos, como as próprias agências especializadas e as interações em eventos como as conferências sobre o meio ambiente.

Para além dos contextos diretamente ligados ao sistema das Nações Unidas, julgamos importante mencionar, também, a Organização das Nações e Povos Não Representados (UNPO), um conjunto de minorias políticas e povos com territórios ocupados ou não reconhecidos criado em 1991, com sede em Bruxelas, alinhada com princípios como os direitos humanos, a não violência, o pluralismo democrático e a autodeterminação (UNPO.ORG, 2019).

Como vimos ao longo do Capítulo 2, notadamente a partir da Eco-92, vem ocorrendo a participação da sociedade civil nas grandes conferências da ONU sobre sustentabilidade. Nas últimas décadas, essas conferências vêm também sendo acompanhadas de eventos paralelos organizados por entidades não governamentais de diversos países. Também ocorrem eventos como reação ao fracasso de tentativas de formalização de agendas internacionais de combate à crise ecológica e climática mais ambiciosas, como a Cúpula dos Povos Frente às Mudanças Climáticas ou Conferência de Cochabamba, após a COP 15 em Copenhague, em 2009, não ter atingido os objetivos pretendidos (CHOMSKY, 2017). Durante a Rio + 20, foi realizada a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e direitos da Mãe Terra, também conhecida como Cúpula dos Povos, em que foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra⁷⁸, que reconhece a Terra como um ser vivo, preconiza obrigações dos seres humanos para com a Mãe Terra e estende direitos a outros seres, incluindo ontologicamente “os ecossistemas, comunidades naturais, espécies e todas as outras entidades naturais que existem como parte da Mãe Terra” (PORTAL RIO + 20, 2019).

A Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra fornece uma possibilidade de visualização mais direta das interdependências e interconexões que viabilizam a vida humana, aspectos trabalhados em autores vistos no capítulo inicial, como Lovelock, Stengers, Latour e Moore, e que também foram reconhecidas nos documentos estudados no Capítulo 2, embora, como vimos, no caso dos documentos citados esse reconhecimento tenha um teor muito mais antropocêntrico.

Considerando que a crise ecológica e climática impele ações e reflexões a respeito dos limites de instâncias decisórias como o Estado-nação, de organizações

⁷⁸ A declaração adianta questões importantes que foram abordadas, posteriormente, no Acordo de Paris. Para maiores detalhes, ver ISA, 2010.

internacionais, da participação da sociedade civil e de modelos de representatividade, descreveremos, a seguir, dois exercícios de imaginação de recomposição de assembleias internacionais: o primeiro, realizado por Mijland (2013) a partir das ideias composicionistas de Latour. O segundo, pensado e executado pelo próprio Latour e um grupo de jovens pesquisadores, que encenaram a assembleia imaginada. Observaremos quais são os atores a serem considerados como “unidades” de composição desses coletivos, bem como as relações e negociações imaginadas entre eles.

Encontrando elementos de semelhança entre a proposta composicionista latouriana⁷⁹ (a saber, o objetivo comum de manter a viabilidade- ou sustentabilidade- da Terra para a vida, bem como semelhanças encontradas pelo autor no que se refere à forma pela qual as reuniões da UNCSO anteriores à Rio + 20 foram organizadas) e conferências internacionais sobre o meio ambiente, Mijland (2013) tenta vislumbrar a aplicabilidade de tal proposição em situações futuras. Imaginando prospectos⁸⁰ para uma conferência hipotética Rio + 40 em 2032, organizada em moldes composicionistas, o autor, em um exercício de imaginação, formula situações como as descritas a seguir:

- Uma reconfiguração das Nações Unidas, decorrente da substituição dos países por coletivos, assumindo-se que o nome “United Nations” constitui uma unificação prematura. A nova entidade reúne coletivos que tentam se unir, o que justificaria que fosse denominada “Uniting Collectives”- UC (MIJLAND, 2013, p. 79).

- Para além de decidir quais serão os componentes do mundo comum,⁸¹ os “Uniting Collectives” também precisarão definir uma hierarquia entre esses componentes. O exemplo ilustrado pelo autor é o seguinte: em uma situação em que se decide que as emissões de gás carbônico pelo tráfego aéreo são parte do mundo comum, mas indesejadas, serão propostas medidas para reduzi-las, por meio de

⁷⁹ Sobre a proposta composicionista, ver a seção a seguir.

⁸⁰ Embora o autor não faça uso do termo “prospecto”, este parece ser ideal para situar o que ele propõe, fazendo exatamente, nesse sentido, o que Latour sugere no Manifesto Composicionista.

⁸¹ Ver nota 88 sobre o conceito de “mundo comum” de Latour, que é usado por Mijland.

inovações tecnológicas. Caso não haja tecnologia disponível para tal, seria possível, ainda que temporariamente, banir o tráfego aéreo.⁸²

- Nos *Uniting Collectives*, ocorreria uma representação mais efetiva dos coletivos do que nas Nações Unidas, o que dispensaria a agregação suplementar dos “special interest groups”⁸³ às assembleias, já que, assim como os não humanos, eles já se encontrariam incluídos nos próprios coletivos.

- As dificuldades de se chegar a um denominador comum não estariam ausentes a partir dos rearranjos propostos; sendo, contudo, inerentes ao trabalho diplomático. Isso não constituiria um novo problema, mas a manutenção de um antigo desafio.

Conquanto o cenário de transformação da Organização das Nações Unidas formulado por Mijland pareça muito distante da realidade para que o vislumbremos, o autor pontua elementos bastante interessantes para a pesquisa aqui proposta. As questões da representatividade de coletivos sem representação numa assembleia de países e dos processos de composição do mundo comum a partir de proposições e de hierarquizações das mesmas são especialmente importantes aqui.

Uma outra possibilidade reside em, também num exercício imaginativo, se buscar tendências de agregação entre atores no âmbito do re-equacionamento de forças e interesses conformado pelo Antropoceno, configurando o “Théâtre des Representations” imaginado e descrito por Latour.

Em um experimento realizado em maio de 2015, no Teatro Natterre-Amandiers, em Nanterre, idealizado por Bruno Latour e dirigido por pesquisadores da Science-Po, o Théâtre des Négociations, um grupo de 200 estudantes encenou a COP-21 (21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) que seria realizada alguns meses

⁸² Apesar de o exemplo ser bastante ilustrativo, Mijland parece vislumbrar apenas as situações extremas. Talvez fosse interessante antever também como possibilidades reduções do tráfego aéreo e condicionamentos da atividade a compensações efetivamente ambientais (não meramente monetárias).

⁸³ Desde a Eco-92, um conjunto de categorias denominado “major groups and other stakeholders” (MgoS) tem tido sua participação facilitada em atividades da ONU. As categorias são: mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústria, comunidade científica e tecnológica e agricultores (UNDESA, 2017).

depois, em Paris), reestruturando os modelos de representação: na conferência, ela ocorreu nos moldes tradicionais dos países, na simulação, foram representados, além deles, entidades como a Amazônia, os oceanos e o petróleo não extraído, dentre outras (LIBÉRATION, 2015).

Latour (2015b) descreve o experimento mencionando a participação de quatro tipos de delegações: as dos países; as de entidades como o Sol, a Atmosfera, os Oceanos e espécies em via de extinção; as de coletivos humanos não estatais como Cidades, Povos Indígenas e Organizações Não Governamentais; e um grupo de delegações representando agenciamentos relacionados ao que chamamos de globalização, como as Organizações Internacionais, os Poderes Econômicos e os Ativos de Petróleo Não Explorados.

Trata-se, segundo o próprio autor, de uma dramatização dos conflitos entre territórios que ele considera muito mais realista que a de uma assembleia dos Estados-nação, pois, na sua perspectiva, nessa modalidade de representação, “mesmo se (os estados) vierem a se entender, todos os problemas que lhes assaltam lhes escapariam” (LATOURE, 2015b, p. 333, trad. minha), já que todos os problemas teriam se tornado transversais. A encenação permite a exposição de agenciamentos presentes mas em geral não explicitados, propiciando assim a redistribuição das agências de uma maneira mais compatível com o próprio estado de coisas no Antropoceno, caracterizado pelo fim da suposição da exclusividade da agência aos humanos. De acordo com Latour, seria mais condizente representar os conflitos entre territórios, ao invés de encená-los entre países. Esse novo tipo de dramatização deixa visíveis as superposições de formas diversas de soberania, os conflitos de interesse e as alianças e inimizades que advêm de cada conflito. Trata-se, então, nas palavras do autor, de “visualizar sobre o mesmo solo *várias autoridades superpostas*” (LATOURE, 2015b, p. 349, trad. minha, grifos do original), imprescindível para “nos dar uma visão enfim realista dos nossos pertencimentos” (LATOURE, 2015b, p. 353, trad. minha).

Latour apresenta então uma versão do que, nas obras “Jamais fomos Modernos” (LATOURE, 2009) e “Políticas da Natureza” (LATOURE, 2004) havia conceituado como Parlamento das Coisas. Parece-nos que, nos trabalhos mais recentes, em que passa a abordar o Antropoceno (a partir de 2013), Latour vai

atualizando tal instância de representação como cada vez mais necessária, dada a urgência que advém da constatação dos agenciamentos não humanos observada no Antropoceno. Esse “constrangimento ecológico” (LATOURE, 2014) é o que impeliria os coletivos a negociar conflitos em moldes distintos daqueles configurados pelo sistema de representação entre estados:

O que mudou é que mesmo que não nos interesse participar da versão ingênua do Parlamento das Coisas, ainda assim estamos sob constrangimento ecológico – isto é, sob o constrangimento desse personagem chamado Gaia. Todos – sejam os Tupi, os alemães, os indianos, os brasileiros e assim por diante – se encontram sob o constrangimento da questão da sobrevivência com todos esses coletivos que têm versões completamente diferentes da natureza, dos seres do mundo, dos modos de relações. Todos esses coletivos se encontram diante de uma situação que é nova: a tensão da Terra, desse globo que irrompe em todos os coletivos, incluindo os tradicionais (LATOURE, 2014, p. 506).

A crise ecológica e climática (ou, para usar um dos conceitos do próprio Latour, o Novo Regime Climático), obrigaria, então, a que fossem explicitados os tensionamentos, conflitos e alianças decorrentes dos choques de interesses e das diferentes cosmovisões em questão.



Figura 8 - Chefes de estado e representantes de delegações de países comemoram a assinatura do acordo de Paris (dezembro de 2015)

Fonte: COMMONDREAMS.ORG, 2017.

Uma elaboração prospectiva de cenários futuros pode ser um exercício criativo de se imaginar possibilidades para a composição de coletivos a serem representados em uma arena internacional. É bastante interessante e ilustrativo, então, imaginar e colocar em performance a representação de entidades “naturais” como aquelas trabalhadas pelo grupo latouriano. O exercício de Mijland também oferece uma contribuição, embora ele tenha sido pouco desenvolvido.

3.3 UM MUNDO COMUM?

A diversidade das interpretações ontológicas do mundo, bem visualizada a partir das cosmologias indígenas referidas nos capítulos anteriores, indica a dificuldade de se falar em “um mundo comum” em uma tese de doutorado em Antropologia sem problematizar o conceito. Como visto no primeiro capítulo, uma das críticas de Donna Haraway ao Antropoceno reside na problematização da abordagem da Terra como espaço unificado.

Some-se a essa diversidade a desigualdade abissal nas posições e acesso relacionados às sociedades modernas, e poderemos dizer que a ideia de um “mundo comum” pode ser considerada bem mais complexa do que o que uma abordagem exclusivamente geoespacial faria crer.

Assim, mesmo entre os que partilham do modo de vida moderno, dadas as desigualdades no acesso aos recursos e também nos prejuízos advindos da implementação de empreendimentos exploradores de tais recursos, muito mais penalizadores de populações de baixa renda, é preciso considerar o quanto as desigualdades econômicas influem para manter grupos humanos em espaços distintos. Também nesse caso, até que ponto é plausível falar em mundo compartilhado? Ao mesmo tempo, se as relações com a “natureza” e com os seres que não pertencem à espécie humana são múltiplas, como falar em um mesmo mundo? Em outras palavras, com colocado por Ailton Krenak:

Como reconhecer um lugar de contato entre esses mundos, que têm tanta origem comum, mas que se descolaram a ponto de termos hoje, num extremo, gente que precisa viver de um rio e, no outro, gente que consome rios como um recurso? A respeito dessa ideia de recurso que se atribui a uma montanha, a um rio, a uma floresta, em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire desse estado de não reconhecimento uns dos outros? (KRENAK, 2019a, p. 51)

Algumas respostas podem ser buscadas no diagnóstico da crise, compartilhado por desde grupos de populações indígenas a cientistas do Sistema Terra. As explicações e soluções propostas podem diferir, mas as observações de que o ambiente, mundo, planeta está mais quente, mais poluído, de que as matas e florestas diminuem, de que os regimes de chuvas se alteraram, de que muitas populações de animais estão cada vez menores estão bastante presentes independentemente do registro de pensamento.

Nos campos de estudos e pesquisas das ciências naturais e sociais, os diagnósticos para a crise também são comuns, embora haja diversas discordâncias com relação aos agentes e às soluções propostas, como vimos no primeiro capítulo.

Assim, seja devido a um desequilíbrio no manejo espiritual do mundo; a uma saída do estado ideal para manter as condições físico-químicas ótimas para a manutenção da vida, à ultrapassagem de limites do planeta que influem mutuamente uns sobre os outros; seja por causa de um sistema que explora até a exaustão vidas humanas e não humanas, criando e perpetuando dependências e trocas desiguais, percebe-se uma crise generalizada, de proporções abrangentes tanto na profundidade como na presença espacial.

A crise ecológica e climática vem suscitando, então, diversas reflexões e proposições relativas à necessidade de se levar em conta esse mundo comum existente para além de divisões geopolíticas, diversidades cosmológicas e culturais e desigualdades econômicas.

Essas reflexões nos lembram que, em última (ou em primeira, como seria mais sábio admitir) instância, somos todos terrestres, habitantes e dependentes do único planeta onde há condições para a vida, apesar de os planos de fuga para fora da Terra (literalmente) envolverem ainda hoje investimentos e esforços

surpreendentes, considerando que nada indica que se possa manter a vida em outro lugar.⁸⁴

Como vimos no Capítulo 2, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituíram a primeira agenda internacional a colocar metas e objetivos para todos os países membros da ONU, portanto, admitindo explicitamente que todos fazem parte do mesmo mundo. Como também vimos, os demais documentos estudados ressaltam, desde a declaração de Estocolmo, ainda em 1972, a transcendência dos problemas ambientais sobre traçados políticos.

Em uma tentativa de estabelecer um comum cosmopolítico pensado a partir da crise ecológica e climática e dando bastante ênfase à questão climática, Latour considera que o clima pode ser entendido como um elemento de fato universal, diferentemente da natureza:

if nature is not universal, climates have always been important to all people. The reintroduction of climates and atmospheres as the new common cosmopolitical concern gives a new urgency to this communality between collectives (LATOURE, 2013a, p. 50).

Assim, por exemplo, Latour (2017) reforça a afirmativa de que todos, independentemente do grau de riqueza ou modernização, estão sujeitos aos riscos do Novo Regime Climático.⁸⁵ A novidade trazida pela crise é que ela obriga que todos se ressituem como integrantes de um mesmo mundo, mesmo que isso não aconteça de forma “voluntária”, mas, nas suas próprias palavras, como uma exigência política:

Ninguém quer fazer parte de um mundo comum. O que acontece é que o comum se torna uma exigência política que não se apresenta de modo algum como a natureza de outrora. Ele se apresenta como uma angústia, uma catástrofe, um cataclismo, uma situação de urgência completamente imprevista (LATOURE, 2014, p. 510).

Uma das características dessa insurgência compulsória do comum é uma espécie de angústia coletiva a respeito de uma “falta universal de espaço para

⁸⁴ Também é preciso considerar, é claro, movimentos contrários, como a manutenção ou acentuação das desigualdades no acesso aos “salva-vidas” (contra Chakrabarty, 2009) e a ascensão de movimentos políticos de extrema-direita que almejam um retorno ao ultranacionalismo e se posicionam de forma veementemente contrária a quaisquer bandeiras progressistas dos fóruns internacionais.

⁸⁵ Ver Latour, 2015.

compartilhar” (LATOURE, 2017, p. 18, trad. minha); e de que “não sabemos nem como habitar nem com quem coabitar” (LATOURE, 2017, p. 27-28, trad. minha).

Uma reflexão a respeito da aplicabilidade ampla ou restrita de conceitos leva a considerações mais teóricas referentes à questão do mundo comum, que tecemos a seguir.

O esgotamento da natureza como conceito unificador⁸⁶ é causado pela ampliação das controvérsias dentro das ciências e uma questão mal resolvida pelo modernismo: a defasagem entre causas e consequências nas cadeias de eventos que conformam a ideia de natureza para as disciplinas científicas.

Há, também, os impedimentos que esse conceito traz para a admissão de um pluralismo ontológico, descritos desde Latour (2009) e presentes em diversos outros textos como em Latour (2011). Assim, no pensamento latouriano, a necessidade de substituição de uma natureza⁸⁷ dada como constituinte do mundo comum ocorre tanto no que diz respeito ao estudo do próprio mundo moderno quanto no que se refere a abordagens relativas a outros coletivos. Seria assim necessário desinstituir a natureza com o propósito de explicitar a recusa a um domínio ontológico a ela relacionado, para afirmar, em seu lugar, que a existência ocorre no pluriverso.⁸⁸

Entretanto, a afirmação de um pluralismo ontológico em contraponto à natureza unificadora deixa em aberto uma série de questões. Como colocado pelo próprio autor, estamos bem longe de ter uma ideia sobre o que significa governar o mundo pós-Natureza como conceito organizador (LATOURE, 2010, p. 479). A essa ausência, o autor atribui eventos como o fracasso das negociações na Conferência de Copenhagen (COP 15), em 2009⁸⁹. Segundo o autor, nesse evento, “a

⁸⁶ A ideia do esgotamento da natureza como conceito unificador, bastante trabalhada por Bruno Latour, encontra divergências em outros autores, como por exemplo Hornborg (2015): “the physical mixing of nature and society does not warrant the abandonment of their analytical distinction” (HORNBERG; MALM, 2014).

⁸⁷ Em “Politiques de la nature”, Latour situa a dificuldade de se realizar tal substituição: “No momento, não há nada na filosofia política dentro da concepção que as ciências humanas fazem do mundo social e dentro da concepção que a psicologia tem dos sujeitos que permita a substituição da natureza” (LATOURE, 2004, p. 93, trad. minha).

⁸⁸ No pensamento latouriano, o “pluriverso” se refere às realidades exteriores, que, quando unificadas provisoriamente, constituem o “mundo comum” (LATOURE, 2004).

⁸⁹ Referências a conferências internacionais sobre o clima nas obras mais recentes de Bruno Latour são comuns, como uma menção ao protocolo de Kyoto de 1997, em Latour, 2012, e abordagens da COP 21, como vimos.

disputabilidade dos mais importantes princípios do que significa para bilhões de humanos, representados pelos seus chefes de estado, viver coletivamente no planeta foi totalmente visível (...)” (LATOURE, 2010, p. 478, trad. minha, grifo do original).

Para o autor, as respostas para tais questões seriam bem dadas pelo composicionismo, uma corrente que busca reformular os elementos pelos quais se entende o “mundo comum”. Num contraponto ao naturalismo/modernismo, essa corrente afirma a necessidade de se compor progressivamente o mundo comum, ao invés de tomá-lo como dado por meio de ideias previamente unificadas, como a de natureza. Seria preciso, assim, para Latour, “to compose the common world from disjointed pieces instead of taking for granted that the unity, continuity, agreement is already there, embedded in the idea that “the same nature fits all” (LATOURE, 2010, p. 485).

Seria possível reinstaurar a natureza de uma outra forma? Tentando elaborar essa questão, Debaise *et al.* (2015) propõem como condições para tal recriação uma composição de dois elementos cuja conciliação está longe de ser trivial: o primeiro é a não destruição das multiplicidades de relações territoriais - que em geral não enxergamos em razão da visão bifurcada da natureza (WHITEHEAD, 1920), que define o que importa e o que seria “apenas subjetivo” (DEBAISE *et al.*, 2015, p. 169); o segundo, a preservação da especificidade das práticas da ciência que permitem o acesso ao que a comunidade científica chama de natureza. Além dessas considerações, para os autores, o ato de se repensar a natureza deve levar em conta as consequências da chamada “intrusão de Gaia” (DEBAISE *et al.*, 2015, p. 172). Considerar Gaia, por sua vez, não implicaria acionar essa referência impositivamente a todos os povos da Terra. Gaia, para os autores, tem o papel de fazer com que nos reconectemos às práticas da Terra, de modo precisamente a nos voltarmos para as dimensões locais, situadas. Em síntese:

Civilising the institution of nature implies a strong distinction between nature and earth. On nature, we will say that it is related to the possibility of “finding more,” and that it is what we are dealing with in this modality. On the Earth, we will say we belong to it, just like all other collectives. Thus Gaia is not another name for the Earth. Gaia is what the IPCC models and numbers teach us about (reinstated) nature. In other terms, we must resist putting the Earth under the sign of a globality that belongs to the scientific modelling which allowed us to find more. The signification of Gaia is that of a question

that intensifies relations in all earthly localities, but in no case is confused with the common truth of the problems put to human and non-human terrestrial collectives. Gaia does not have the power of unifying these localities, nor of unifying the manner in which the response will be given to these local disorders (DEBAISE *et al.*, 2015, p. 173-174).

Como podemos ver nessa passagem, na visão desses autores, o que realmente unifica, então, é a própria Terra, à qual “pertencemos, como todos os outros coletivos” (DEBAISE *et al.*, 2015, p. 173-174, trad. minha). Mais uma vez (analogamente aos textos de Stengers *et al.* (2015) e Latour (2017), temos um exemplo da ênfase no aparentemente óbvio: o nosso pertencimento ao planeta.

Retornando ao texto de Debaise *et al.* (2015), podemos afirmar que todo o raciocínio dos autores exposto anteriormente demonstra a necessidade de se conciliar a composição com o pluralismo, também defendida abertamente por eles.

A proposta composicionista latouriana busca encontrar soluções para diversas questões características de uma época em que as consequências adversas de determinadas ações humanas sobre a Terra são cada vez menos controversas. Embora as reflexões apresentadas sejam eminentemente conceituais, as preocupações vão além, englobando questões práticas e amplas relativas à crise ecológica e climática vivenciada atualmente.

Debaise *et al.* (2015) enfatizam a relevância dos coletivos que se voltem para o “caráter insustentável” do que “tem sido chamado de desenvolvimento” (DEBAISE *et al.*, 2015, p. 174, trad. minha). Latour conclui seu Manifesto Composicionista caracterizando tal período como de transição de uma utopia/ distopia (a economia) para uma utopia/ promessa (a ecologia)⁹⁰ e perguntando como é possível construir uma “casa habitável e respirável” para a espécie humana- nas suas palavras, “a única questão digna de ser levantada” no manifesto em questão (LATOUR, 2010, p. 488, trad. minha).

⁹⁰ A esse respeito, ver também Latour, 2012.

3.4 A GUERRA DE MUNDOS E A GUERRA DE GAIA

Se o pensamento modernista almejou conhecimento e domínio absolutos sobre o que chamamos de natureza, o que o próprio desenvolvimento das ciências denotou, nas últimas décadas, foi o oposto. Observações atentas mostram que as ciências são, cada vez mais, produzidas em contextos de incerteza, explicitando que, mesmo alcançando patamares inauditos e em até impensados em seu desenvolvimento, elas não efetivaram a captura da natureza enquanto objeto plenamente cognoscível. Devemos notar que uma das consequências de tal desenvolvimento é a constatação de redes cada vez mais intrincadas e complexas de relações e agenciamentos entre ambientes e seres vivos, estes, não apenas os que nos são outros (ou seja, os não humanos), mas também nós mesmo, humanos.

Com o reconhecimento das interações entre domínios antes pensados como estanques pelas matrizes disciplinares dominantes, notadamente por meio da hipótese/teoria de Gaia proposta por James Lovelock, compondo condições ambientais e configurações biológicas; e pela narrativa do Antropoceno pelo grupo da IUGC, oficializando conexões entre agenciamentos humanos e configurações terrestres sistêmicas, tais redes foram evidenciadas em proporções talvez inéditas.

Como já observado, a própria proposição do Antropoceno demonstra um esgarçamento e rompimento da fronteira entre as esferas “natural” e “social” que deu lugar a conexões tão mescladas entre um domínio e outro que, para alguns autores, notadamente Bruno Latour, nossas matrizes de referência modernistas não cumprem mais seu papel de guia para a compreensão do mundo, desmontando a ideia de um mundo comum previamente existente.

Para Latour, em um contexto de misturas irreversíveis entre fatos e valores; ações, legitimações da verdade e implicações, em que até mesmo o ceticismo pode ser usado como arma política contra os que creem na ciência (LATOUR, 2014b), é inevitável reconhecer que vivemos em um estado de conflito que engendra luta, proposições, alianças e negociações (LATOUR 2014a; 2014b). Na ausência de uma Ciência ou uma Natureza menos complexas ou incertas para desempenhar o papel

de árbitro a respeito de proposições consensuais sobre o mundo, um mundo em que, conforme o conhecimento sobre ele avança, nós, humanos, estamos cada vez mais confrontados com a desestabilização de nossas certezas e implicados e interessados em cada proposição a ser aceita e em cada decisão a ser tomada, a saída ocorreria recorrendo-se ao composicionismo, a partir do entendimento da política como “composição progressiva do mundo comum” (LATOURE, 2014b, p. 62):

Contrary to a superficial reading, the term anthropocene does not mean the great superior fusion of unified “nature” and unified “human” (as if the two could somehow live harmoniously with one another), but the mind-boggling shattering and dissemination of its components. What use to be “human” and what use to be “natural” are so mixed up that to get back a sense of order one has to do politics all over again — politics understood, that is, as the progressive composition of a common world. And if the world is not common yet, it has to be composed bit-by-bit, issue-by-issue, and for that there is no overall master plan — because there is no master. This is why geo-politics take another dimension altogether; it is not politics inside a stable frame that could be appealed to and relied upon in case of emergency, but it is, so to speak, politics all the way down, including the very components of what the old “Gè” or “Gaia” are made of (LATOURE 2014b, p. 62).

A seguir, sumarizamos as principais implicações desse novo estado de coisas simbolizado pelo conceito de Antropoceno, na visão de Bruno Latour:

- Embora haja recorrentes tentativas para minimizá-lo ou edulcorá-lo, o *estado de guerra* é o “traço definidor” do Antropoceno (LATOURE, 2014a, p. 14).

- Essa guerra pode ser descrita como “uma guerra de mundos”, ou “uma guerra pela ocupação, definição e composição daquilo a que o mundo (...) se assemelha” (LATOURE, 2014a, p. 20, 21); “uma guerra pela definição e controle da Terra: uma guerra que coloca uns contra os outros – para ser um pouco dramático –, Humanos que vivem no Holoceno e os Terranos que vivem no Antropoceno” (LATOURE, 2014a, p. 23).

- Não há, assim, consenso sobre essas questões, inclusive porque, como já mencionado, os interesses e fatos estão de tal maneira interconectados que impossibilitam uma concordância pelas vias tradicionais, modernas (ou “holocênicas”), fundamentadas nas clivagens humano/natureza e ciência/política.

Um exemplo dessa mudança de condições para o acordo é a falsa controvérsia a respeito do aquecimento global alimentada pelos negacionistas climáticos.⁹¹

- Assumir que estamos em guerra é o único caminho para atingir a paz política, negociada, e não imposta por meio de um árbitro inconsistente.

- Uma vez consciente do estado de guerra, o público não delega decisões cruciais sobre suas vidas aos *experts*, mas se mobiliza buscando perceber aliados e inimigos diante das ameaças sobre sua sobrevivência e seus territórios.⁹²

Como percebemos esses aspectos hoje? Entendo que, embora, cada vez mais, presenciemos alertas e observações a respeito da gravidade da crise ecológica e climática, as partes que compõem os conflitos não estão suficientemente explícitas ao menos para o grande público. Parcelas expressivas das populações nas democracias liberais ocidentais vêm se sentido ameaçadas primordialmente não pelos problemas ambientais, mas pelas crises econômicas, reagindo por meio da eleição de supostos candidatos antissistema, que escolhem como alvos movimentos e organizações importantes para defesa de questões concernentes ao público em geral, como os direitos humanos e a preservação ambiental, porém, raramente reconhecidas como tais nos processos eleitorais. Esses novos governantes servem a uma combinação de interesses sistêmicos e reativos a progressos conquistados nas últimas décadas com relação aos direitos civis e políticos.

É difícil, portanto, visualizar um quadro de maior nitidez e explicitação, para o público, dos interesses e conexões que conformam as linhas de conflito na situação de guerra descrita por Latour. E é fato que a confusão e ocultação de tais interesses e conexões é uma arma poderosa, da qual os propagadores do negacionismo, os líderes neofascistas e grandes grupos econômicos fazem uso deliberadamente, e

⁹¹ O texto em questão é de 2014, mas podemos atualizar a sobrevivência dessa falsa controvérsia para a atualidade, pois em 2019 observamos chefes e ministros de estado em países de importância como Brasil e Estados Unidos alimentando afirmações que negam o aquecimento global.

⁹² “This is where I draw the first dividing line: one side of me sees this **destruction of the authority of a final verdict upon the laws of nature** as a catastrophe (who will, from now on, be the arbiter of our conflicts?). Another side of me, however, considers this situation as a great advance: we cannot any longer hide behind anyone else’s decision to decide whom we should follow. We have finally grown up, as far as taking our destiny in our own hands is concerned. On one side of the border, it is the end of the rationalist dream, on the other it is an extension of the great quest for a more rational — or at least a more reasonable — kind of politics: decision about the world in which we live cannot be outsourced” (LATOUR, 2014c, grifos meus).

não parece possível que abram mão dela voluntariamente. Como lembra o Latour, os que estão em guerra contra as pesquisas científicas que relatam o aquecimento global não têm relutância ou escrúpulos em serem belicosos. Caberia, portanto, seguir a sugestão dada por Latour aos cientistas do IPCC, de, quando desafiados pelos negacionistas a respeito de conexões das pesquisas com questões políticas, não recuar, mas sim avançar rumo à recomposição das linhas de conflito e do conjunto das relações de poder que configuram a disputa pela definição e controle do mundo terreno. É necessário aos terranos⁹³ declarar (ou, para sermos mais precisos, re-declarar, como resposta aos ataques continuamente sofridos) guerra para que se possa percorrer o único caminho que possibilita a paz política, ou seja, a paz enquanto resultado do reconhecimento dos antagonismos e disputas, da configuração de alianças e estratégias, e da recomposição do mundo comum. “*Se vis pacem, parabellum*”; não no uso mais comum do provérbio, propondo a paz através do fortalecimento militar das nações, mas sim nessa acepção de que negar a existência do conflito não leva ao fim do conflito em si, e de que, o quanto antes ele for explicitado, mais cedo será possível chegar à paz.

Mas não são apenas os cientistas sociais que falam em guerra. Em um livro publicado originalmente em 2006, James Lovelock já abordava, de maneira semelhante, a iminência de consequências drásticas advindas da “guerra contra Gaia” que julgou declarada pelos humanos:

Por ser velho o bastante, posso notar uma forte semelhança entre as atitudes de mais de sessenta anos atrás diante da ameaça de guerra e hoje em face da ameaça do aquecimento global. A maioria acredita que algo desagradável poderá ocorrer em breve, mas estamos tão confusos como em 1938 quanto à forma que assumirá e o que fazer a respeito. Nossa reação até agora tem sido, como antes da Segunda Guerra Mundial, uma tentativa de apaziguamento. O Protocolo de Kyoto foi assustadoramente parecido com o Acordo de Munique, os políticos procurando mostrar que reagem, mas na verdade tentando ganhar tempo. Por sermos animais tribais, a tribo não age unida enquanto não percebe um perigo real e presente. Essa percepção ainda não ocorreu. Logo, como indivíduos, seguimos caminhos separados, enquanto as forças inevitáveis de Gaia se mobilizam contra nós. A batalha logo será travada, e o que enfrentamos agora é bem mais mortal do que qualquer blitzkrieg. Ao alterar o meio ambiente, sem querer declaramos guerra contra Gaia e violamos o meio

⁹³ Sobre os terranos, ver seção a seguir.

ambiente de outras espécies. É como se, na esfera dos Estados-nações, tivéssemos ocupado a terra de outras nações.

As perspectivas são sombrias, e, ainda que consigamos reagir com sucesso, passaremos por tempos difíceis, como em qualquer guerra, que nos levarão ao limite. Somos resistentes, e seria preciso mais do que a catástrofe climática para eliminar todos os casais de seres humanos em condições de procriar. O que está em risco é a civilização. Como animais individuais, não somos tão especiais assim, e em certos aspectos a espécie humana é como uma doença planetária. Mas pela civilização nos redimimos e nos tornamos um recurso precioso para a Terra (LOVELOCK, 2006, p. 22, 23).

O brilhantismo de Lovelock enquanto cientista também encontra lugar em algumas passagens intuitivas em que se arrisca a fazer comentários mais pertinentes às ciências sociais. É perfeita sua observação sobre a violação do direito de outras “nações” de espécies. Também é digno de mérito seu reconhecimento da gravidade da ameaça representada pela mudança climática, que faz por meio da utilização da metáfora da guerra, analogamente (e cerca de uma década antes) às utilizadas por cientistas sociais como Stengers, Latour, Danowski e Viveiros de Castro. Suas referências à Segunda Guerra Mundial são interessantes e ilustrativas da escala em que coloca o que poderá vir (“bem mais mortal do que qualquer blitzkrieg”; sabemos que menções ao empreendimento nazista representam o ponto máximo da escala do horror e do potencial de destruição, violência e mortes em nosso imaginário ocidental da história recente).

Porém, suas observações não são desprovidas de equívocos. Sua compreensão dos seres humanos enquanto “animais tribais” aparenta perder de vista a complexidade e a diversidade sobre nós mesmos, incluindo as inúmeras guerras e incontáveis conflitos entre os humanos, que de forma alguma oferecem motivo para acreditarmos que agiremos como um coletivo quando (ou se, a tempo) o perigo do aquecimento global for finalmente reconhecido. Ao mesmo tempo, sua visão apressadamente positiva da “civilização” nos causa um certo estranhamento, já que não qualifica exatamente no que ela consistiria, pela qual “nos redimimos” e “nos tornamos um recurso precioso para a Terra” (ver trecho citado). No momento atual, não conseguimos refrear um sentimento de oposição a essa afirmação, já que o que percebemos é bem distante de uma redenção para a civilização dominante, a que adotou o modelo conformador da destruição de espécies e de coberturas naturais. Também nos causa desconforto, é claro, o etnocentrismo provavelmente embutido no termo, pois Lovelock não especifica o que está entendendo por

civilização, deixando margem para interpretações de que o termo possa estar sendo empregado com um viés etnocêntrico.

3.4.1 Humanos e terranos

Em diversos trabalhos elaborados nos últimos anos, Latour vem trabalhando uma distinção teórica entre humanos, adeptos da continuidade da frente de modernização e terranos,⁹⁴ conectados, como o próprio nome já diz, à Terra.

Os “humanos” de Latour poderiam ser também considerados “humanos-zumbi”, conforme proposto por Ailton Krenak,⁹⁵ os humanos que têm nojo e repúdio pela terra, contrariando, assim, acrescentemos, as leis básicas de sua própria existência material, pois, apesar de todo o desenvolvimento e especulações a respeito do ainda potencial desenvolvimento tecnológico trazido pela frente de modernização, a única possibilidade de garantia para a vida hoje ocorre no Planeta Terra sob determinadas condições, como já descrito por Lovelock; se não fosse assim, não haveria, dentre as próprias possibilidades construídas no âmbito do desenvolvimento tecnológico, as configurações propostas no campo da geoengenharia.

De forma análoga, encontramos, no pensamento de Ailton Krenak, referências interessantes a respeito de alteridades à frente de modernização, que, como procurei colocar ao longo desse trabalho, e, como também lembra Krenak, estão conectadas à Terra, e que relacionamos aos terranos de Latour:

(...) a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficam meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade (KRENAK, 2019a, p. 21).

⁹⁴ Em alguns trabalhos, Latour chega a falar em “terrestres”, mas o termo “terranos” é mais comumente utilizado em seus textos.

⁹⁵ Ailton Krenak, em fala durante o lançamento do livro *Deus-Dará*, de Alexandra Lucas Coelho, na Livraria Quixote, em 22 de maio de 2019, na Livraria Quixote, em Belo Horizonte.

Danowski e Viveiros de Castro (2015), mencionando que Latour não especifica quem exatamente seriam os terranos, iniciam uma classificação de agentes entre as categorias de “humanos” e “terranos” propostas por Latour. Para os autores, ambos os grupos vão além da espécie humana, já que tanto a frente de modernização como os modos de vida terranos mobilizam uma série de não humanos, como podemos observar na passagem a seguir:

A guerra de Gaia opõe dois campos ou partidos povoados de humanos e não humanos -bichos, plantas, máquinas, rios, geleiras, oceanos, elementos químicos, enfim, toda a gama de existentes que se acham envolvidos no advento do Antropoceno, e cuja persistência (...) se põe, virtual ou atualmente, como "negadora" do campo oposto, ou "negada" por ele: na situação schmittiana de *inimigo político*, portanto. (...) enfim, esses inumeráveis agentes, agências, atores, actantes, ações, fenômenos ou como mais se os queira chamar, estão automaticamente convocados pela guerra de Gaia -note-se que alguns, talvez vários deles, podem mudar de campo (de efeito e de função) das maneiras as mais inesperadas -e se articulam com diferentes povos, coletivos e organizações de indivíduos da espécie *Homo sapiens*, os quais se opõem entre si na medida mesma das alianças que mantêm com tal multidão de não-humanos, isto é, dos interesses vitais que os ligam a eles (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 133-135).

Os humanos, para os autores, seriam atores como empresas multinacionais, governos e corporações financeiras, que contribuem e continuam contribuindo significativamente para a crise:

Mas não é uma tarefa impossível, ou inútil, nomear ao menos alguns dos representantes da linha de frente do exército "Humano": os responsáveis mais imediatos pelo agravamento crescente da catástrofe antropocênica e interessados mais diretos (ou deveríamos dizer desinteressados?) na derrota dos Terranos. Afinal, para começar, apenas noventa grandes companhias são responsáveis por dois terços das emissões de gases de efeito-estufa na atmosfera terrestre: Chevron, Exxon, BP, Shell, Saudi Aramco, GazProm, a Statoil norueguesa, a brasileira Petrobrás, as estatais de mineração de carvão de países como a China, a Rússia, a Polônia ... Em seguida, nomes como Monsanto, Dupont, Syngenta, Bayer, Cargill, Bunge, Dow, a "nossa" Vale, Rio Tinto, Nestlé, as empresas dos sinistros Irmaos Koch e muitas outras também merecem destaque, por suas variadas contribuições para a conversão do "mononaturalismo" cosmológico dos Modernos, em uma mega-economia agrícola de monoculturas, para a perturbação duradoura dos ciclos geo-químicos dos solos e das águas, para a colossal poluição ambiental, para a disseminação de alimentos danosos à saúde humana... Atentemos ainda para a lista dos 147 bancos e demais corporações conectadas em uma super-rede tentacular que envolve o planeta em um abraço mortal (Coghlan & MacKenzie 2011) ... E não esqueçamos de incluir os governos, de países como o Canadá, a Austrália, os Estados Unidos, o Brasil e vários outros que vêm estimulando práticas de extração de combustíveis e minérios de alto potencial contaminante, fazendo vista grossa para o desmatamento, barrando os rios, enterrando as negociações em torno da catástrofe climática ... A lista é longa, enfim, mas

não é infinita. **Não é contra a "civilização", o "progresso": a "história": o "destino" ou a "humanidade" que os Terranos estão lutando concretamente, mas contra estas entidades supracitadas. São elas que agem em nome dos "Humanos"** (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 135-136, grifos meus).

As monoculturas, as perturbações dos ciclos geoquímicos, a poluição, o desmatamento, a interrupção do curso dos rios, as ações para frear negociações internacionais que imponham limites à crise são alguns dos exemplos que os autores mencionam para caracterizar as ações dos humanos na guerra em que lutam contra os terranos, que, se posicionam contra tais ações e agentes. Déborah Danowski e Eduardo de Viveiros de Castro referem-se, também, à “guerra de Gaia”, denindo-a como “uma guerra de mundos, e não um conflito sobre o estado presente e futuro do mundo” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p 122).

Podemos afirmar que a diversidade de modos de vida e os conflitos embutidos nas relações entre eles, notadamente devido ao avanço incessante da frente de modernização conformam, assim, um quadro de guerra ontológica (ALMEIDA, 2013), ou, como já vimos, uma guerra de mundos (LATOURET, 2000, 2014; DANOWSKI E VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Ao se referir a um conflito relativo à instalação de um empreendimento minerador no Peru, Marisol de la Cadena (2015) retrata “mundos múltiplos, divergentes”, nos termos de Stengers (2018, p. 447) – o dos Runa, em que pedras e montanhas são animadas (os “*earth-beings*”) – e o que, nos apropriando de um termo de Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015), podemos chamar de “mundo da mercadoria”, em que a montanha é vista como passível de destruição para que se extraiam minerais considerados como grande fonte de riqueza. Na história narrada pela autora, não se pode dizer que um ou outro mundo tenha vencido: o desfecho foi a renúncia ao empreendimento minerador por meio de uma justificativa ecológica. Esta, pragmaticamente, preservou os “*earth-beings*”, mas demonstrou, também, a dificuldade extrema de se chegar a um “mundo comum”, já que as diferenças ontológicas aqui são grandes o suficiente para caracterizar uma guerra de mundos.

3.5 RECONEXÕES E DESCONEXÕES TERRESTRES EM NARRATIVAS DA CRISE ECOLÓGICA E CLIMÁTICA

Como colocado anteriormente, na perspectiva aqui adotada, a relação de um projeto com a frente de modernização constitui elemento crucial para configurá-lo como de continuidade ou ruptura com o modo de relação hegemônico com o ambiente e os não humanos. Considerando as complexidades das conexões para propiciar a vida no único lugar onde ela tem condições asseguradas, o planeta Terra, a frente de modernização desafia as garantias de sobrevivência.

Essa visão coincide com a do historiador Clive Hamilton, que define duas categorias em conflito a partir de uma base comum em que ambos os lados admitem a existência do Antropoceno, mas em que divergem diametralmente com relação às soluções propostas: de um lado, estão os que “planejam forçar Gaia a uma submissão total” (HAMILTON, 2015, p. 42, trad. minha), ou seja, os que crêem num “bom Antropoceno” a partir de ações fundamentadas na geo-engenharia; de outro, os que acreditam que isso seja loucura.

Como pontuamos no final do primeiro capítulo, observamos, nas narrativas analisadas, uma oposição entre o Antropoceno de Crutzen, Stoermer e Steffen (CRUTZEN e STOERMER, 2000; CRUTZEN, 2002; STEFFEN et al, 2011) e as demais proposições com relação à frente de modernização, notadamente no que diz respeito às soluções propostas em cada narrativa: as sugestões de empreendimentos no campo da geoengenharia propostas por alguns teóricos do Antropoceno significam levar a frente de modernização às últimas consequências e se desconectar completamente da rede de relações que garante a vida na Terra tal qual a conhecemos. As outras narrativas estudadas propõem reconexões com essa rede de relações, rompendo, em alguma medida, com a frente de modernização.

Assim, podemos observar que nas abordagens de Moore, Stengers, Haraway, Tsing, Danowski e Viveiros de Castro, é nítida a contingência de limites e da urgência de ressituar as relações e paradigmas dominantes. As sugestões colocadas por tais autores vão, assim, na direção de um rompimento com as

grandes narrativas totalizantes sobre uma história humana unificada e automaticamente considerada como em progresso, em que aspectos como a mudança climática, a destruição de ecossistemas e a extinção de milhares de espécies são consideradas apenas “efeitos colaterais” do modo de vida hegemônico. Essas abordagens consideram que a crise ecológica e climática demonstra o esgotamento de tal modelo, e irão propor, então, alternativas a ele que possibilitem a sobrevivência e a recomposição de relações na precariedade e na situação limite de um mundo considerado em ruínas. Assim, se fala, por exemplo, no fim da “natureza barata” (MOORE, ver Capítulo 1), na necessidade de aterrisar, aterrar (DANOWSKI, 2017), e na priorização de reconexões com outras espécies⁹⁶ (HARAWAY *et al.*, 2016).

As narrativas indígenas, como também já vimos, se colocam num registro diverso por suas características cosmológicas e ontológicas específicas, sendo também fortemente marcadas por rupturas e recriações do mundo tal qual vivenciamos hoje.

Parece-me, então, que esse conjunto de narrativas se conectam, de algum modo, ao fim da frente de modernização enunciado por Latour (2017). De maneira distinta, a narrativa hegemônica do Antropoceno tem, como vimos, uma continuidade com o projeto de modernização, notadamente no que se refere à dimensão tecnológica.

Tendo já abordado por diversas vezes as sugestões de encaminhamentos para a crise reconectados com a Terra, farei, a seguir, considerações mais detalhadas a respeito da geoengenharia, solução mencionada por alguns estudiosos do Antropoceno no capítulo inicial.

Como também já observamos, trata-se de ações que se inserem no âmbito de projetos de pesquisa ancorados na aparente pureza e neutralidade da ciência e baseados em relações extremamente abstratas de custo-benefício. Ou seja, estamos diante de uma potencial continuidade da frente de modernização, mesmo

⁹⁶ Discursos a respeito da necessidade de um decrescimento populacional, como o de Haraway, nos parecem preocupantes em um certo nível pois, embora não tenham tal intenção, podem alimentar argumentos em favor do eco-fascismo, um movimento que pode ganhar forças a partir do agravamento da crise ecológica e climática.

no Antropoceno. O ideal de uma humanidade que subjuga a natureza continua na pauta das possibilidades de cenários futuros vislumbrados pela comunidade científica e, podemos acrescentar, também por autoridades políticas. Os que se consideram porta-vozes de uma humanidade que se quer livre dos constrangimentos provocados por Gaia, buscando levar a frente de modernização às últimas consequências, estão tão subjugados por ela que se negam quaisquer outras possibilidades. A perspectiva de um “bom Antropoceno”, assim, está ancorada na crença duradoura nos fundamentos da modernização, sem vislumbrar na crise ecológica e climática uma contingência de ruptura com a crença do domínio da humanidade sobre a natureza por meio da utilização da ciência. Para Clive Hamilton, a geo-engenharia traz a promessa de anestésiar a Terra diante de um quadro de irreversibilidade, já que “não há retorno às condições pacíficas do Holoceno” (HAMILTON, 2015, p. 40, trad. minha). Hamilton classifica os que creem num “bom Antropoceno” como “celebrantes” da época, já que enxergariam muito mais oportunidade do que crise na sua perspectiva do período.

Argumento que tal crença, embora fundamente os projetos de hiper-modernização (como o “bom Antropoceno”), pode inclusive consistir em um movimento contrário à razão científica que caracteriza a modernidade, pois a ciência é produzida, atualmente, em contextos muito maiores de incerteza.

Naomi Klein (2014) realiza uma análise bastante pertinente da reemergência de investimentos de pesquisa na geoengenharia no período recente. Ela menciona que a área adquiriu um status de tabu em razão dos investimentos realizados durante a Guerra Fria, que a caracterizaram como uma arma de guerra (havendo inclusive tentativas de utilizá-la durante a Guerra do Vietnã) antes de ser imaginada para mitigar os efeitos das emissões de carbono na atmosfera. Foi somente a partir de meados dos anos 2000 que a prática readquiriu espaço significativo no meio científico. Paul Crutzen, que, como vimos, havia sido um dos principais criadores da narrativa do Antropoceno geológico, escreveu, em 2006, um artigo em que situava a geoengenharia climática como única opção para combater os efeitos da mudança climática caso não houvesse uma significativa redução nas emissões de carbono (CRUTZEN, 2006).

De acordo com Klein, a geoengenharia voltou a ser considerada como opção principalmente a partir de 2009, em virtude do fracasso da Conferência de Copenhague para se chegar a um acordo efetivo, do declínio da legislação climática nos Estados Unidos no mesmo ano e também da emergência da crise econômica internacional. Esses eventos teriam feito com que as ações de interferência proposital no clima fossem consideradas por alguns cientistas, por mais paradoxal que possa parecer, as únicas opções realistas diante das dificuldades político-econômicas de se mudar o modelo energético centrado em combustíveis fósseis. Ellis (2018) apresenta uma perspectiva condizente com a leitura de Klein a respeito do ceticismo de cientistas com relação a mudanças político-econômicas, que contribui para que de fato vislumbrem práticas de intervenção deliberada na dinâmica do clima terrestre como únicas opções no futuro:

Already, there is evidence that anthropogenic greenhouse gas emissions have delayed Earth's next glaciation by 100000 years. Still, interest in climate geo-engineering has never been greater. The more that Earth warms, the more it will cost to deal with the consequences, including disrupted food systems, extended droughts, extreme heat waves, rising seas, severe storms, and other harm to societies. To date, social efforts are failing to halt rising greenhouse gas emissions. The less that is done now, the more societies will be willing to do for a colder climate in the future. And geoengineering may turn out to be the surest way to achieve this (ELLIS, 2018, p. 151).

Assim, mesmo levando em conta os diversos “efeitos colaterais catastróficos” em potencial do lançamento de partículas de dióxido de enxofre na estratosfera, o que o faz afirmar ainda que “trata-se de um exemplo significativo de se solucionar um problema criando outro ainda maior” (ELLIS, 2018, p. 152, trad. minha), Ellis afirma que a prática poderia, no futuro, se provar a melhor opção.

Dentre os efeitos colaterais mencionados por Ellis, estão secas severas e fim das chuvas de monções. Klein, que acompanhou e etnografou o que era à época “o evento sobre geoengenharia mais internacional da história” (KLEIN, 2014, p. 257, trad. minha), um encontro da Royal Society britânica sobre geoengenharia, em março de 2011, fornece informações mais detalhadas a respeito dos impactos mencionados por Ellis, além de relatar outros impactos potenciais mencionados pelos próprios cientistas durante o evento. As injeções de dióxido de enxofre na estratosfera poderiam alterar os regimes de chuvas de regiões da África e da Ásia de maneira extremamente drástica, enquanto as características pluviais da América

do Norte e da Europa sofreriam mudanças mínimas (KLEIN, 2014). É impossível não associar a sugestão a respeito da especificidade do projeto abordado (lançamento de partículas de dióxido de enxofre a partir do hemisfério norte) e o fato de as consequências mais graves ocorrerem em regiões historicamente colonizadas e em que as populações são muito mais pobres e vulneráveis. Como afirma Klein:

It is hard not to conclude that the willingness of many geoengineering boosters to gloss over the extent of these risks, and in some cases, to ignore them completely, has something to do with who appears to be most vulnerable. After all, if the historical record, backed by multiple models, indicated that injecting sulfur into the stratosphere would cause widespread drought and famine in North America and Germany, as opposed to the Sahel and India, is it likely that this Plan B would be receiving such serious consideration? (KLEIN, 2014, p. 275)

Considerando as conexões geopolíticas mencionadas por Klein a respeito dessa e de outras sugestões de intervenção na dinâmica climática da Terra, merecem destaque: o fato de os protagonistas de debates como o que ela observou serem sempre as mesmas pessoas, oriundas de países do Norte geopolítico e dentre os quais muitos estão associados a grupos econômicos que investem em pesquisas na área; o fato de, em virtude do evento citado abordar a regulação da geoengenharia, terem sido agregados ao grupo, temporariamente, cientistas climáticos africanos e asiáticos, um dos quais, imediatamente após assistir à apresentação em que se mostrava um mapa destacando as consequências drásticas que poderiam advir para regiões da África e da Ásia se fosse realizado o lançamento descrito, entrevistou na sessão sugerindo que o tema de debate fosse reorientado para as implicações éticas da prática sugerida; o fato de a Convenção de Modificação Ambiental das Nações Unidas, assinada em 1977, proibir o uso de alterações propositais no clima como arma; a tentativa de alguns geoengenheiros de ir contra a Convenção argumentando que os fins seriam pacíficos; e, por fim, a resistência de alguns cientistas em reconhecer que a ONU teria um papel importante em regular experimentos na área.

Dentre as outras consequências do lançamento de partículas de dióxido de enxofre citadas pelos palestrantes ouvidos por Klein, está nada menos que a formação de uma névoa permanente sobre a Terra, o que extinguiria qualquer visão de um céu limpo. O cenário de ficção científica continua com a informação de que uma intervenção deliberada de tal porte na dinâmica do clima terrestre requereria

outras interferências contínuas, colocando o planeta em uma espécie de UTI permanente, como descreve Klein:

We would require machines to constantly plump pollution into the stratosphere and would be unable to stop unless we invented other machines that could suck existing pollution out of the lower atmosphere, then store and monitor the waste indefinitely. If we sign on this plan and call it stewardship, we effectively give up on the prospect of ever being healthy again. The earth- our life support system- would itself be put on life support, hooked up to machines 24/7 to prevent it from going full-tilt monster on us (KLEIN, 2014, p. 279).

Klein lembra que os adeptos dos projetos de geoengenharia não levam em conta considerações de pesquisas científicas de outras áreas que vêm demonstrando a complexidade e a imprevisibilidade do sistema Terra, o que faz com que tais projetos encontrem forte oposição entre muitos biólogos e cientistas do clima. O fato de alguns setores considerarem mais plausível realizar intervenções por meio de práticas tão controversas que avançar em um plano de redução de emissões de carbono demonstra, de acordo com a autora, a força do lobby das grandes companhias petrolíferas, muitas das quais financiam pesquisas na área da geoengenharia.

O tamanho do “monstro” mencionado por Klein na passagem citada evidencia também que existem projetos dispostos a levar às últimas consequências a fábula da modernização, mencionada anteriormente por Bonneuil e Fressoz (2016). O substantivo é utilizado a partir de citações de um texto de Bruno Latour (LATOUR, 2011), em que ele realiza analogias com o Frankenstein de Mary Shelley para afirmar que os modernos não devem interromper ou abandonar seus híbridos oriundos da tecnociência, mas sim se tornar mais responsáveis ao lidar com eles⁹⁷. Como também lembra Klein, o texto de Latour em questão estimulou certos meios empenhados em conciliar soluções para a mudança climática com a lógica de mercado,⁹⁸ inclusive, em alguns casos, aquelas advindas da geoengenharia. Mas

⁹⁷ Ellis (2018) cita a mesma passagem mencionada por Naomi Klein para introduzir a última seção de seu livro, que termina com um certo otimismo, exemplificando a recepção positiva do texto latouriano em meios científicos que não necessariamente vêem o Antropoceno ou a crise climática como uma catástrofe anunciada.

⁹⁸ Dessa forma, a sugestão de Latour contribuiu para uma visão positiva a respeito de projetos hipermodernizantes. Como vimos no Capítulo 1, Bonneuil (2015) situa o autor francês ao lado de autores que percebem na tecnociência uma fonte de possibilidades de um Antropoceno mais positivo. De fato, até alguns anos atrás, Latour poderia ser classificado na “narrativa pós-naturalista”, como

usar a ideia de híbrido, ou de “monstro” para se referir a projetos de intervenção deliberada em grande escala no planeta, seria, como acertadamente pontua a autora, um equívoco absurdo, pois, nesse caso “ “o monstro” que estamos sendo chamados a amar não é uma criatura mutante de laboratório, mas a própria Terra. Nós não o criamos- ela nos criou- e sustentou. A Terra não é nossa prisioneira, nossa paciente, nossa máquina, ou, de fato, nosso monstro. Ela é todo o nosso mundo” (KLEIN, 2014, p. 279, trad minha).

Klein continua suas reflexões indo ao cerne do problema, ao contextualizar os projetos de geoengenharia no âmbito das grandes narrativas a respeito do heroísmo do homem moderno e da sua inventividade tecnológica para, no último minuto – à maneira dos roteiros hollywoodianos – encontrar uma saída e salvar o mundo de uma catástrofe – como se ela não houvesse sido provocada por ele mesmo – glorificando a si próprio e à sua capacidade. Uma metáfora bastante pertinente da frente de modernização levada às últimas consequências, o que Klein capta muito bem, quando afirma que os projetos “se encaixam perfeitamente na nossa narrativa cultural mais clichê”, aquela “que nos conta que, no último minuto, alguns de nós (os que importam) serão salvos” com a ajuda da “nossa religião secular, a tecnologia”⁹⁹ (KLEIN, 2014, p. 289, trad. minha). Ela encontra uma continuidade entre o projeto

propõe Bonneuil, e mesmo a sua aproximação de autores que advogam pelas soluções tecnocientíficas para a crise pode ser encontrada em Latour (2011). No entanto, principalmente a partir de 2013, suas posições com relação às soluções para os problemas ecológicos sofreram mudanças significativas. Hoje, ele se coloca, no nosso entendimento, de forma muito mais contrária à frente de modernização, como podemos perceber em referências realizadas ao longo deste trabalho e também, talvez de forma mais ainda mais clara, na passagem a seguir: “I wish I was wrong in drawing these lines, in insisting on division and war. Can you imagine how marvelous life would be if we were to learn from the I.P.C.C. report that they had been mistaken all along and that the temperature would not increase as much as they had expected; how relaxing it would be to learn that geo-engineering will take care of the remaining problems and engulf the planet in a safer state of control; how delightful it would be to believe in the progress of Science and Reason, in the prolongation of the Frontier spirit, all the way to the fully modernized Earth and beyond to the Moon and to Mars, maybe further to the stars; how charming it would be to believe again in the endless progress of modernization and Terra Forming; in the globe of Reason encircling the blue planet. I could retire happily nursing the same dreams we shared when I was a little kid, eyes upward trying to detect the blinking sign of Sputnik! Modern again; human again; eyes wide shut, far away from planet Earth, in the hypnotic utopia of the past” (LATOURE, 2014b, p. 63).

Também julgamos que, se antes a posição de Latour como de “humano” ou “terrano” parecia ambígua (como colocado por Costa, 2014), ele parece vir redefinindo sua posição como agora do lado dos terranos (LATOURE, 2014, 2017). Mais recentemente, algumas posições latourianas com relação ao capitalismo também parecem ter se modificado, ao menos parcialmente, talvez confirmando a hipótese sugerida por Costa (2014).

⁹⁹ Observemos a referência de Klein à tecnologia como “religião secular” (ver acima), em consonância com algumas colocações pontuadas no Capítulo 1 a respeito das crenças dos modernos.

colonial, a revolução industrial inglesa e as ideias hipermodernistas de intervenção deliberada na dinâmica do sistema Terra. A ideia de controle sobre a natureza, bastante presente no pensamento europeu principalmente a partir do século XVI, se transformou, no século XXI, em nada menos que um projeto de obscurecer o sol. As consequências em potencial desse prosseguimento da frente de modernização seriam inéditas, já que a escala em que ele opera se tornou, literalmente planetária:

(The geoengineering) is exponentially more ambitious and more dangerous than any engineering projects humans have ever attempted before. But it is also very familiar, nearly a cliché, as if the past five hundred years of human history have been leading us, ineluctably, to precisely this place. Unlike cutting our emissions in line with the scientific consensus, succumbing to the logic of geoengineering does not require any change from us; it just requires that we keep doing what we have done for centuries, only much more so (KLEIN, 2014, p. 266, 267).

If we respond to a global crisis caused by our pollution with more pollution- by trying to fix the crud in our lower atmosphere by pumping a different kind of crud into the stratosphere- then geoengineering might do something far more dangerous than tame the last vestiges of “wild” nature. It may cause the earth to go “wild” in ways we cannot imagine, making geoengineering not the final engineering frontier, another triumph to commemorate on the walls of the Royal Society, but the last tragic act in this centuries- long fairy tale of control (KLEIN, 2014, p. 267).

Klein sublinha que muitos cientistas resistem fortemente a tal projeto e a outros correlatos. Com relação aos que os apoiam (ressalte-se que esses não são exclusivamente cientistas, havendo também empresários bilionários entusiastas dessa promessa hipermoderna de conciliação do capitalismo com o combate ao aquecimento global), ela descreve o quanto se impressionou com a falta de humildade dos defensores da geoengenharia em face do reconhecimento de pesquisas científicas a respeito da complexidade da natureza.

Subjacente a tal projeto está a perspectiva que Klein denomina “olhar do astronauta” (KLEIN, 2014 p. 284), uma metáfora para um ponto de vista configurado de fora da Terra, que, potencializado, pode levar também a empreendimentos de colonização de outros planetas, como Marte. A percepção de que essa visão é problemática é facilmente visualizável a partir da inversão da qual ela se originou: a possibilidade de ver o universo a partir da Terra, trazida pelas ciências modernas, não deveria significar que devemos olhar a Terra a partir do universo, ou “do ponto de vista de lugar nenhum” (LATOUR, 2017, p. 88, trad. minha). A visão “a partir de Sirius” (LATOUR, 2017, trad. minha), do “olhar do astronauta” (KLEIN, 2014, p. 284,

trad. minha), ou simplesmente “o ponto de vista universal” (ARENDR, 2014) apontam para uma perspectiva de deslocamento da Terra, de desconexão com o sistema de manutenção da vida mencionado por Lovelock. É o descolamento da Terra mencionado por Ailton Krenak, que propicia com que, também nas palavras dele, o planeta seja visto como “um tabuleiro de xadrez onde as pessoas saem mudando as peças” (KRENAK in UNITED NATIONS, 1987, trad. minha). Em outras palavras, que permite que prevaleça uma visão em que predominem abstrações, em que tudo seja visto como fatores de produção intercambiáveis (ALMEIDA, 2013) e o objetivo seja a maximização da produção, do rendimento ou do lucro. Somente desse ponto de vista de fora é possível que “faça algum sentido mover fontes e pias de poluição como se elas fossem peças de um tabuleiro de xadrez do tamanho do planeta” (KLEIN, 2014, p. 287, trad. minha). A metáfora do xadrez, compartilhada por Ailton Krenak e Naomi Klein, permite visualizar melhor elementos importantes dessa perspectiva (hiper?)moderna, como a exterioridade do jogador, a sua estratégia para controlar a disposição das peças e uma visão da Terra como um conjunto de agrupamentos de espaços parecidos, que podem ser trocados ou substituídos com facilidade.

É o oposto das visões indígenas, que, como vimos, enfatizam a especificidade de cada território, e não concebem a separação dos grupos humanos do ambiente e demais seres vivos. Mas também é o oposto do ethos de Gaia, em que “todas as relações são potencialmente relevantes e a maior parte é ambígua” (STENGERS, 2015, p. 136, trad. minha). Gaia, que “como um ser científico, não ignora as confusões terrenas” (STENGERS, 2015, p. 138, trad. minha), que, se levada em conta, aponta para um tipo de preocupação e consideração que a perspectiva moderna não leva em conta, que “demanda que o sonho de controle ou domínio seja deixado de lado, substituído pela necessidade de prestar atenção a, se preocupar com e aprender com o que estamos conectados para coexistirmos” (STENGERS, 2015, p. 137, trad. minha).

Ou que torna imperativo que sejam “recusadas abstrações teóricas que autorizam a definir como “barato” o seu dano colateral” (STENGERS, 2015, p. 142). Ou mesmo que se questione se tais danos ou efeitos colaterais eram de fato desconhecidos (FREZZOZ, 2015) e que sejam levados a sério, não naturalizados

como uma espécie de preço a ser pago pelos benefícios automáticos prometidos pelos que defendem o avanço infinito da frente de modernização. Que marca a recusa da ideia de que precisamos de mais pesquisas para confirmar se a crise ecológica e climática realmente exige uma mudança de rota (STENGERS, 2015a) e também, acrescentamos, de mais tecnologia descolada da dimensão terrestre para solucionar os problemas trazidos com a crise.

O que se requer, então, é uma mudança de perspectiva. Nos últimos anos, a constatação crescente da gravidade dos problemas mostra que soluções conciliatórias estão chegando ou chegarão em breve ao limite.¹⁰⁰ Isso pode ser visualizado por meio de diversas argumentações estudadas ao longo deste trabalho, como, por exemplo, as considerações de Latour a respeito do esgotamento da frente de modernização e de Moore sobre o fim da natureza barata.

¹⁰⁰ Para uma argumentação mais detalhada a respeito da impossibilidade do “capitalismo verde”, ver Klein (2014a) e Marques (2016).

CONCLUSÃO

Gostaria de iniciar a conclusão deste trabalho com uma breve reflexão a respeito dos assim chamados “efeitos colaterais” do avanço da frente de modernização. De acordo com o meu entendimento, a maneira pela qual eles são abordados permite perceber aspectos essenciais sobre como as perspectivas se colocam com relação à frente de modernização. Assim, se à perspectiva em questão subjaz a ideia de que tais efeitos seriam inevitáveis, há um ponto de vista que tende ao determinismo ao considerar a modernização como único caminho possível. Vimos, ao longo deste trabalho, algumas perspectivas em que essa ideia é apresentada e outras que se opõem a ela. Destacarei, aqui, alguns pontos de vista que julgamos ilustrativos a respeito dessa questão.

Como vimos, projetos de geoengenharia em escala planetária, assim como as próprias características da crise ecológica e climática em passagens de alguns documentos e textos estudados, são tratados como “efeitos colaterais” ou “consequências não intencionais” da ação humana.

Cabe reconhecer, é claro, diferenças importantes entre essas perspectivas. Enquanto a consideração de projetos planetários como meros “efeitos colaterais” de intervenções vistas como potenciais soluções pelos que as propõem se situa em uma perspectiva que, como vimos, leva a frente de modernização ao limite, as demais perspectivas citadas abordam as características conformadoras da crise ecológica e climática como “consequências não intencionais” (CHAKRABARTY, 2009) ou como “mudanças não intencionais” (Relatório Brundtland). Como vimos no Capítulo 1, por meio da análise de Fressoz (2015) e Bonneuil e Fressoz (2016), tratar os problemas ambientais dessa forma caracteriza narrativas que apresentam a consciência ecológica como atributo da nossa época, e, acrescento, desresponsabiliza os agentes da crise no momento em que se coloca que *não houve intenção* de provocar os referidos efeitos. Recuperemos a maneira pela qual Fressoz propõe que se narre a relação entre a modernidade e a consciência ecológica: Para ele, a história do Antropoceno é o oposto de uma consciência ambiental emergente, sendo mais corretamente caracterizada por “como a modernidade se tornou desinibida diante da natureza” (FREZZOZ, 2015, p. 81, trad.

minha). Ele é ainda mais taxativo quando afirma que “precisamos levar em consideração o fato perturbador de que entramos no Antropoceno sabendo”, e que a situação contemporânea deve ser pensada “em continuidade com o passado, menos como um intervalo na consciência ambiental e mais como a culminação de uma história de dois séculos de destruição consciente” (FREZZOZ, 2015, p. 82, trad. minha).

Claramente, Fressoz argumenta em oposição a narrativas totalizantes que se afinam ao projeto modernizador ao situar a emergência da consciência ambiental na história recente. Ele fala a partir do ponto de vista da história ambiental de países do chamado Norte geopolítico, propondo justamente que ela seja ressituada. Considero importante essa contextualização, pois, afinal, cabe perguntar: *quem* entrou no Antropoceno sabendo? É uma pergunta que Fressoz ajuda a responder apresentando dados a respeito das desigualdades na conformação da crise.

Nesse contexto, é importante, mais uma vez, lembrarmos a necessidade de se levar em conta as desigualdades que conformaram o percurso da crise ecológica e climática, como enfatizam Jason Moore e Alf Hornborg em suas narrativas. Da mesma forma, as reflexões de Donna Haraway e Anna Tsing sobre o Plantationoceno utilizam conceitos importantes para se entender a crise ecológica (como simplificação e disciplina), mesclando, como Jason Moore, a ênfase na exploração e opressão de humanos e não humanos por um grupo estatisticamente muito pequeno.

Como também vimos, os documentos das Nações Unidas analisados trazem considerações importantes a respeito das desigualdades entre países e também dentro das populações, e, em alguns momentos, destacam a importância de se proteger o meio ambiente e a biodiversidade, ainda que predomine uma perspectiva utilitária com relação a esse aspecto. É importante dizer que, em um certo sentido, documentos de referência como os aqui analisados podem funcionar como uma espécie de “termômetro” para avaliarmos em que medida concepções científicas (como as que vimos no Capítulo 1, do Antropoceno geológico à Gaia de Lovelock) são ou não incorporadas. Buscamos, ao longo do Capítulo 2, observar como os documentos lidam com alteridades à frente de modernização, tendo recebido destaque as abordagens relativas às populações indígenas.

Como vimos no Capítulo 1, as narrativas indígenas estudadas contêm observações a respeito do esgarçamento das redes de relação que garantem equilíbrio ao mundo (tendo em vista que, cosmologicamente, o mundo de cada grupo indígena estudado é singular e, portanto, diferente do mundo moderno). Não deixando de levar em conta as especificidades das cosmologias estudadas, julguei possível estabelecer conexões entre o que chamamos de diagnóstico da crise dentro das narrativas indígenas estudadas e algumas das narrativas abordadas. Assim, relacionamos, por exemplo, as perspectivas de Stengers na intrusão de Gaia e de Donna Haraway no Plantationoceno aos pontos de vista observados nos relatos indígenas citados a respeito do esgarçamento das redes de relação.

Retomando os documentos analisados, vimos que eles apontam, em diversos momentos, para a seriedade dos problemas que caracterizam a crise ecológica e climática. Trazem, também, incorporações de ideias diversas, desde a Gaia de Lovelock, no Relatório Brundtland, até referências à Mãe Terra, no documento dos ODS. Essas referências também indicam possibilidades de reconexões terrestres, reconexões que só serão possíveis a partir de incorporações de referências de pensamentos fora do eixo da frente de modernização, de forma semelhante ao que Haraway coloca em um trecho que repetimos a seguir:

Com uma concha e uma rede, tornar-se humano, tornar-se húmus, tornar-se terrano, tem outra forma - ou seja, a forma sinuosa e sinuosa de estar com ele. Pensar é ficar com o problema multiespecífico cultural natural da Terra. Não há garantias, nenhuma flecha do tempo, nenhuma Lei da História ou Ciência ou Natureza em tais lutas (HARAWAY *et al.*, 2016, p. 40, trad. minha).

No meu ponto de vista, o desafio para nos assumirmos terranos no atual contexto geopolítico envolve recuperarmos elementos da nossa herança iluminista (STENGERS, 2015a) como uma espécie de fármaco para ser utilizado em meio às posturas negacionistas da mudança climática e propagadoras de notícias falsas e nos reconhecemos e como viventes de uma outra época, em que um dos maiores desafios é conciliar a defesa da credibilidade de estudos científicos robustos, como os que alertam para os riscos da crise ecológica e climática, com o reconhecimento e a disposição para valorizar outros saberes que podem nos ajudar a retornarmos para a Terra e a sermos mais humildes diante da teia da vida que nos sustenta.

O Antropoceno é, sobretudo, “uma época em que a habilidade para a vida multiespécie se tornou ameaçada” (TSING, 2017, p. 53, trad. minha).¹⁰¹ O que está em risco é mais do que a “habitabilidade do planeta para os humanos (STEFFEN *et al.*, 2018, trad. minha)”, o que já seria, é claro, suficientemente gravíssimo.

É imprescindível enfatizar que a valoração exclusiva da vida não humana como decorrente do papel que cumpre para garantir a vida humana, uma caracterização utilitária recorrentemente realizada, é uma questão que precisa ser problematizada. Não seria contraditório que, prestes a denominar a presente época de “Antropoceno”, continuemos a adotar perspectivas utilitárias a respeito do meio ambiente ou dos não humanos?

¹⁰¹ “Anthropocene, then, is an epoch in which multispecies livability has become endangered” (TSING, 2017, p. 53). Traduzo “livability” como “habilidade para a vida” por não encontrar um correspondente mais exato na língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Planeta Sustentável, 2012.

ACHIEVING THE SDGS: WHO BEST SERVES THE PUBLIC INTEREST? (Conference). Maastricht: Maastricht University, June 7, 2018.

ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 7-28, jan.-jun. 2013.

ANTHROPOCENE.INFO. **Welcome to the Anthropocene** Disponível em: <<http://anthropocene.info/pb2.php>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

ANDERS, Günther. **Le temps de la fin**. Paris: L'Herne, 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BATESON, Gregory. The roots of ecological crisis. In: _____. **Steps to an Ecology of Mind**. San Francisco: Chandler Pub. Co., 1972. Reprint 1987.

BAVISKAR, Amita. Antropologia e o Antropoceno: Fazendo sentido em Mundos Instáveis. In: CONGRESSO MUNDIAL IUAES, 18. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 17 jul. 2018. Disponível em: <https://www.pt.iaaes2018.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=766>. Acesso em: 3 nov. 2019.

BECKER, Egon; JAHN, Thomas.; STIESS, Immanuel. Exploring Uncommon Ground: Sustainability and the Social Sciences. In BECKER, E.; JAHN, T. (Ed.). **Sustainability and the Social Sciences**. London: Zed Press, 1999, p. 1-14.

BONNEUIL, Christophe. The Geological Turn – Narratives of the Anthropocene. In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (Ed.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis – Rethinking Modernity in a New Epoch**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 17-31.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. **L'événement Anthropocene – La Terre, l'histoire et nous**. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

BRAND, Ulrich. Green economy: the next oxymoron? 2012. Disponível em: <https://www.greengrowthknowledge.org/sites/default/files/downloads/resource/Green_economy_the_next_oxymoron_GAIA.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. Meio ambiente – Acordos Globais. 23 jan. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio_ambiente/2012/01/acordos-globais>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CARSON, Rachel. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CHADE, Jamil. Com Damares, “Cúpula da Demografia” ataca ONU, feminismo e homossexuais. 21 set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/09/21/com-damares-cupula-da-demografia-ataca-onu-feminismo-e-homossexuais.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. Índigenas denunciam manobra de Itamaraty para esvaziar seus direitos na ONU. 18 set. 2019a. Disponível em: <<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/18/indigenas-denunciam-manobra-de-itamaraty-para-esvaziar-seus-direitos-na-onu/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. **Critical Inquiry**, n. 35, Winter 2009.

_____. The Anthropocene and the convergence of histories. In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (Ed.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis** – Rethinking modernity in a new epoch. London; New York: Routledge, 2015. p. 44-56.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

CLIMATE ACTION. UN warns of climate crisis as July revealed as hottest month ever recorded. Aug. 6, 2019. Disponível em: <<http://www.climateaction.org/news/un-warns-of-climate-crisis-as-july-revealed-as-hottest-month-ever-recorded>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

CLIMATE EMERGENCY DECLARATION. Climate emergency declarations in 1,348 jurisdictions and local governments cover 803 million citizens. Feb. 6, 2020.

Disponível em: <<https://climateemergencydeclaration.org/climate-emergency-declarations-cover-15-million-citizens/>>. Acesso em: 8 fev. 2020.

COMMONDREAMS.ORG. World Worries as Trump Set to Dump Paris Climate Deal. May 7, 2017. Disponível em: <<https://www.commondreams.org/news/2017/05/07/world-worries-trump-set-dump-paris-climate-deal>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

COSTA, Alyne de Castro. **Guerra e paz no Antropoceno**: uma análise da crise ecológica segundo a obra de Bruno Latour. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CREA. **Anti-Gender Politics** by Sonia Correa. 6 jun. 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=QhvHDCH-t5A&t=211s>>. Acesso em: 8 set. 2019.

CRUZEN, Paul. Albedo enhancements by Stratospheric Sulfur Injections: A Contribution to Resolve a Polityc Dilemma? **Climatic Change**, n. 77, 2006.

_____. Geology of Mankind. **Nature**, v. 415, p. 23, Jan. 2002.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, n. 41, p. 17-18. May 2000. Disponível em: <<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

DANOWSKI, Déborah. καταστροφή: o fim e o começo. In: VALE, G.; TORRES, J.; ITALIANO, C. (Org.). **Catálogo ForumdocBH 2017**. 21º Festival do Filme Documentário e Etnográfico. Associação Filmes de Quintal; Imprensa Universitária da UFMG. Belo Horizonte: 2017. Disponível em:

<http://www.forumdoc.org.br/catalogos/catalogo_forumdoc_2017.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2015.

DAVIES, Jeremy. **The Birth of the Anthropocene**. Oakland, California: University of California Press, 2016.

DEBAISE, Didier *et al.* Reinstating Nature. **Environmental Humanities**, v. 6, p. 167-174, 2015. Disponível em <<http://environmentalhumanities.org/arch/vol6/6.8.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

DE LA CADENA, Marisol. **Earthbeings** – ecologies of practice across Andean worlds. Duke University Press: Durham and London, 2015.

DESCOLA, Philippe. **Par delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

DINIZ, Debora; CARINO, Giselle. Os jovens ativistas frente à crise ecológica do século 21. **El País**, 20 set. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/19/opinion/1568921639_426885.html>. Acesso em: 17 out. 2019.

DODDS, Felix; Donoghue, David; ROESCH, Jimena L. **Negotiating the Sustainable Development Goals: a Transformational Agenda for an Insecure World**. New York: Routledge, 2017.

DODDS, Felix. To those who said Rio+20 was a failure – time to reassess? April 19, 2016. Disponível em <<http://blog.felixdodds.net/2016/04/to-those-who-attacked-rio20-time-to.html>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

DOVE, Fiona. Presentation. In: CRITICAL PERSPECTIVES ON GOVERNANCE BY SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: WATER, FOOD AND CLIMATE: Amsterdam: University of Amsterdam (Roeterseiland Campus), 25-26 June 2018.

DUMONT, Louis. **Homus aequalis**. Bauru: EDUSC, 2000.

EBC (Empresa Brasil de Comunicação). Mudanças climáticas são cada vez mais sentidas pelas populações indígenas. 11 jun. 2018. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/natureza-viva/2018/06/mudancas-climaticas-sao-cada-vez-mais-sentidas-pelas-populacoes-indigenas>>. Acesso em: 10 maio 2019.

ELLIS, Erle C. **Anthropocene** – a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2018.

EMMET, Robert; LEKAN, Thomas. Foreword and Introduction. Whose Anthropocene? Revisiting Dipesh Chakrabarty's "Four Theses". **Rachel Carson Center Perspectives**, Issue 2016/2.

ENCYCLOPEDIA.COM. United Nations World Commission on Environment and Development (WCED) Our Common Future Report. 1987. Disponível em: <<https://www.encyclopedia.com/environment/energy-government-and-defense-magazines/united-nations-world-commission-environment-and-development-wced-our-common-future-report-1987>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

ESTADÃO. Documento da Rio+20 é um retrocesso em relação à Eco-92, diz Cúpula dos Povos. 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/blogs/rio-20/documento-da-rio20-e-um-retrocesso-em-relacao-a-eco-92-diz-cupula-dos-povos/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

FERGUSON, James. Anthropology and Its Evil Twin: “Development” in the Constitution of a Discipline. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). **The Anthropology of Development and Globalization**. Malden: Blackwell Publishing, 2005. Disponível em <https://direitosehumanos.files.wordpress.com/2011/02/development_globalization2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2010.

FRESSOZ, Jean-Baptiste. Losing the Earth knowingly: six environmental grammars around 1800. In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (Ed.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis – Rethinking modernity in a new epoch**. London; New York: Routledge, 2015. p. 70-83.

GREAR, Anna. ‘Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene’: Re-encountering Environmental Law and its ‘Subject’ with Haraway and New Materialism. In: KOTZÉ, Louis J. (Ed.). **Environmental Law and Governance for the Anthropocene**. Oxford: Hart Publishing, 2017. p. 77-96. Disponível em: <<https://www.bloomsburycollections.com/book/environmental-law-and-governance-for-the-anthropocene/ch4-anthropocene-capitalocene-chthulucene-re-encountering-environmental-law-and-its-subject-with-haraway-and-new-materialism>>. Acesso em: 20 set. 2019.

GRIGGS, David *et al.* 2013. Sustainable development goals for people and planet. **Nature**, v. 495, Mar. 21, 2013. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1696griggs2.pdf>>. Acesso em 15 julho 2017.

HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (Ed.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis – Rethinking modernity in a new epoch**. London; New York: Routledge, 2015. p. 32-43.

HAMILTON, Clive. Human destiny in the Anthropocene. In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (Ed.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis** – Rethinking modernity in a new epoch. London; New York: Routledge, 2015. p. 32-43.

HANDL, Günther. Environment: les déclarations the Stockholm (1972) et de Rio (1992). United Nations Audiovisual Library of International Law, 2013.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. In: VALE, G.; TORRES, J.; ITALIANO, C. (Org.). **Catálogo ForumdocBH**. 21º Festival do filme documentário e etnográfico/Fórum de Antropologia e Cinema. Belo Horizonte Associação Filmes de Quintal/Imprensa Universitária da UFMG, 2017. Disponível em <http://www.forumdoc.org.br/catalogos/catalogo_forumdoc_2017.pdf>. Acesso em 12 maio 2019.

_____. **Staying with the trouble**. Making kin in the Chthulucene. Duke University Press, Durham e Londres, 2016.

HARAWAY, Donna. *et al.* Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. **Ethnos**, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>>. Acesso em: 7 mar. 2019.

HARAWAY, Donna; TSING, Anna; MITMAN, Gregg. Reflections on the Plantationocene (a conversation with Donna Haraway & Anna Tsing, moderated by Gregg Mitman). University of Wisconsin-Madison, April 18, 2019. Disponível em: <<https://edgeeffects.net/haraway-tsing-plantationocene/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

HIRSCH, Danielle. Presentation. In: ACHIEVING THE SDGS: WHO BEST SERVES THE PUBLIC INTEREST? Maastricht: Maastricht University, June 7, 2018.

HORNBORG, Alf. The Political Ecology of the Technocene. Uncovering Ecologically Unequal Exchange in the World-System. In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (Ed.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis** – Rethinking modernity in a new epoch. London; New York: Routledge, 2015. p. 57-69.

HORNBORG, Alf; MALM, Andreas. The Geology of Mankind? A Critique of the Anthropocene Narrative. **The Anthropocene Review**, v. 1, Issue 1, April 2014.

IGBP (International Geosphere-Biosphere Programme). 2001 Amsterdam Declaration on Earth System Science. Disponível em:

<<http://www.igbp.net/about/history/2001amsterdamdeclarationonearthsystemscience.4.1b8ae20512db692f2a680001312.html>>. Acesso em 19: jun 2019.

HUME, Therese; BARRY, John. Environmental Education and Education for Sustainable Development. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2nd ed., 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304188978_Environmental_Education_and_Education_for_Sustainable_Development>. Acesso em: 31 out. 2019.

ISA (Instituto Socioambiental). Cientistas querem criar oficialmente a era geológica do homem. 9 set. 2016. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=169415>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. Cochabamba: ausência de chefes de Estado não diminuiu importância da Conferência. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=83652>>. Acesso em: 13 outubro 2019.

KLEIN, Naomi. Dimming the sun. In: _____. **This Changes Everything – Capitalism Vs The climate**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2014. p. 256-290.

_____. No Messiahs. In: _____. **This Changes Everything – Capitalism Vs The climate**. New York, Simon & Schuster Paperbacks, 2014a. p. 230-255.

KOHN, Eduardo. **How forests think** – towards an anthropology beyond the human. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 2013.

KOPENAWA, Davi. Abertura. In: CURSOS DE FORMAÇÃO TRANSVERSAL EM SABERES TRADICIONAIS, Belo Horizonte: UFMG, 17 set. 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi. Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda_essa_destrui%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o_%C3%A9_nossa_marca,_%C3%A9_a_pegada_dos_branco%22>. Acesso em: 15 maio 2019.

KRENAK, Ailton, Coordinator of Indian Nations Union WCED Public Hearing. São Paulo, Oct. 28-29th, 1985. In: UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. United Nations (1987). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

KRENAK, Ailton. Fala durante o lançamento do livro **Deus-Dará**, de Alexandra Lucas Coelho, na Livraria Quixote. Belo Horizonte, 22 maio 2019.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 88 p. 2019a.

LANDER, Edgardo. Com o tempo contado. Crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472 p.

LATOUR, Bruno *et al.* Anthropologists Are Talking – About Capitalism, Ecology, and Apocalypse. **Ethnos**, v. 83, n. 3, p. 587-606, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00141844.2018.1457703>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

LATOUR, Bruno. **Où atterrir?** Comment s'orienter en politique. Paris: La Découverte, 2017.

_____. **Cogitamus** – seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Ed. 34, 2016.

_____. **Face à Gaia: huit conférences sur le Nouveau Régime Climatique**. Paris: La découverte, 2015.

_____. 6ª Conference – Comment (ne pas) en finir avec la fin des temps? In: _____. **Face à Gaia**. Paris: La découverte, 2015a.

_____. 8ª Conference – Comment gouverner des territoires (naturels) en lutte ? In: _____. **Face à Gaia: huit conférences sur le Nouveau Régime Climatique**. Paris: La découverte, 2015b.

_____. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour (Jamille Pinheiro Dias, Renato Sztutman, Stelio Marras). **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 57, n. 1, 2014.

_____. Para distinguir amigos e inimigos nos tempos do Antropoceno. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 57, n. 1, 2014a.

_____. Some advantages of the notion of “Critical Zone” for Geopolitics. **Procedia Earth and Planetary Science**, v. 10, p. 3-6, 2014b. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-169-GAILLARDET-pdf.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. War and peace in an age of ecological conflicts. In *Revue Juridique de l'Environnement*, Vol.1, 2014, pp. 51-63. 2014c. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/130-VANCOUVER-RJE-14pdf.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. Gifford 5: War of Humans and Earthbound. In _____. **Facing Gaia: Six lectures on the political theology of nature. Gifford Lectures on Natural Religion.** Edinburgh, February 18th-28th, 2013.

_____. Gifford 2. A shift in agencies. In _____. **Facing Gaia: Six lectures on the political theology of nature. Being the Gifford Lectures on Natural Religion.** Edinburgh: University of Edinburgh, 2013a.

_____. **Enquête sur les modes d'existence.** Paris : La Découverte, 2012.

_____. Il n'y a pas de monde commun: il faut le composer. **Multitudes**, v. 45, été 2011. Disponível em: <<http://www.multitudes.net/il-n-y-a-pas-de-monde-commun-il/>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

_____. An Attempt at a “Compositionist Manifesto”. **New Literary History**, v. 41, p. 471-490, 2010. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/120-NLH-finalpdf.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Love your monsters. In: NORDHAUS, Ted Nordhaus; SHELLENBERGER, Michael Shellenberger (Ed.). **Love your monsters Ebook.** Postenvironmentalism and the Anthropocene. The Breakthrough Institute, 2011.

_____. **Politiques de la nature.** Paris: La Découverte, 2004.

LECAIN, Timothy James. Against the Anthropocene. A Neo-Materialist Perspective. **International Journal for History, Culture and Modernity**, v. 3, n. 1, p. 1-28, 2015. Disponível em: <<https://www.history-culture-modernity.org/article/10.18352/hcm.474/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. São Paulo: Editora Abril, 1976.

LEWIS, Simon; MASLIN, Mark Andrew. Defining the Anthropocene. **Nature**, v. 519, p. 171-180, Mar. 12, 2015.

LIBÉRATION. Quand les guerres climatiques se retrouvent sur les planches. 28 Mai 2015. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/150528%20MIW-%20Lib%C3%A9ration.pdf>>. Acesso em: 08 julho 2017.

LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização. **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a06v26n67.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MACEDO, Valéria Mendonça de. Nexos da diferença. Cultura e afecção em uma aldeia Guarani da Serra do Mar. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, 2009.

MACEDO, Valéria. A cosmopolítica das mudanças (climáticas e outras). In: ISA (Instituto Socioambiental). **Povos indígenas no Brasil – 2006-2010**. São Paulo: ISA, 2011. p. 18.

MAKUNA, Maximiliano Garcia. Os lugares sagrados são uma parte nossa. 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/%22Os_lugares_sagrados_s%C3%A3o_uma_parte_nossa%22>. Acesso em: 20 maio 2019.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

MARY, CROWN PRINCESS OF DENMARK. Closing Ceremony Speaking. In: EUROPEAN DEVELOPMENT DAYS. Brussels, June 5-6, 2018.

MATIAS, Eduardo. F. **A humanidade contra as cordas**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MAXACALI, Sueli; MAXACALI, Isael. Desta terra, para esta terra. In: VALE, G.; TORRES, J.; ITALIANO, C. (Org.). **Catálogo ForumdocBH 2017**. 21º Festival do Filme Documentário e Etnográfico. Associação Filmes de Quintal; Imprensa Universitária da UFMG. Belo Horizonte: 2017. Disponível em <http://www.forumdoc.org.br/catalogos/catalogo_forumdoc_2017.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

McBRIEN, Justin. Accumulating Extinction: Planetary Catastrophism in the Necrocene. In: MOORE, Jason (Ed.). **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016a.

MEADOWS, Donella *et al.* **The limits to growth**: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

MENDES, Thiago de Araújo. Desenvolvimento sustentável: a construção do conceito no discurso do relatório Nosso futuro comum. In: SOUZA, M.; TEIXEIRA, R.; ZAHREDDINE, D. (Org.). **Meio ambiente** – debate político central do século XXI. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2015.

MIJLAND, Bart. **Bruno Latour's political ecology** – Composing the future we want? Master Thesis. University of Humanistics, Utrecht. June 2013. Disponível em: <<https://repository.uvh.nl/uvh/bitstream/handle/11439/106/Master%20Thesis%20Mijl%20and%20FINAL%20Version%20LQ.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MOORE, Jason W. The Capitalocene Part II: Accumulation by Appropriation and the Centrality of Unpaid Work/Energy. **The Journal of Peasant Studies**, 2018. Disponível em: <<https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2017/08/Moore-The-Capitalocene-Part-II-published-2017-JPS.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. Confronting the Popular Anthropocene: Toward an Ecology of Hope, **New Geographies**, n. 9, p. 186-191, 2017.

_____. World Accumulation and Planetary Life, or, Why Capitalism will continue until the 'Last Tree is Cut'. **IPPR Progressive Review**, v. 24, n. 3, 175-202, 2017a.

_____. Crisis: ¿ecológica o ecológico-mundial? **Laberinto**, n. 47, p. 71-75, 2016. Disponível em: <<https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2017/08/Moore-Crisis-ecol%C3%B3gica-o-ecol%C3%B3gico-mundial-2016.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Introduction. In: _____. (Ed.). **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016a.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei. Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Trad. Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472 p.

MOURA COSTA, Heloísa Soares de. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, Cássio (Org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. 303 p.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 7 maio 2017.

NARAIN, Sunita. Rio + 20: Why it failed? The Blog – Huffington Post. April 7, 2012. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/sunita-narain/rio20-why-it-failed_b_1648399.html>. Acesso em 20 set. 2018.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Quem são as jovens líderes da greve pelo clima no Brasil. 20 set. 2019. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/09/quem-sao-jovens-lideres-da-greve-pelo-clima-no-brasil>>. Acesso em: 8 fev. 2020.

NEXO. O histórico dos principais encontros e acordos climáticos mundiais. 17 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/11/17/O-hist%C3%B3rico-dos-principais-encontros-e-acordos-clim%C3%A1ticos-mundiais>>. Acesso em: 24 set. 2018.

PÁDUA, José Augusto. **Ecologia e ambiente**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SUL-AMERICANA: TERRITORIALIDADES E HUMANIDADES. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 5 out. 2016.

PARA ONDE FORAM AS ANDORINHAS? Direção: Mari Corrêa. Instituto Catitu e Instituto Socioambiental, 2015. (21min.47s.). Disponível em: <<https://vimeo.com/179228552>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação** – as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTAL RIO + 20. Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra Disponível em: <<http://rio20.net/pt-br/propuestas/declaracao-universal-dos-direitos-da-mae-terra/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** – Subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015.

QUENTURA. Direção Mari Corrêa. Rede de Cooperação Amazônica e Instituto Catitu, 2018 (36 min.). Disponível em: <<https://vimeo.com/307734732>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

REDCLIFT, Michael. Sustainable Development (1987- 2005) – An oxymoron comes of age. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 65-84, jan.-jun. 2006.

REVISTA IHU ONLINE. Por que é mais correto falar em “crise climática” e não em “mudança climática”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590122-por-que-e-mais-correto-falar-em-cri-se-climatica-e-nao-em-mudanca-climatica>>. Acesso em: 24 out. 2019.

RIBEIRO, Amanda. O que dizem bolsonaristas que negam o aquecimento global e por que eles estão errados. 6 ago. 2019. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/o-que-dizem-bolsonaristas-que-negam-o-aquecimento-global-e-por-que-eles-estao-errados/>>. Acesso em 16 nov. 2019.

RIPLE, Willian J. *et al.* World’s Scientists Warning of a Climate Emergence. **BioScience**, v. 70, Issue 1, p. 8-12, Jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/biosci/biz088>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

RILES, Annelise. Introduction. In: _____. (Org). **Documents: Artifacts of Modern Knowledge**. Michigan: University of Michigan Press, 2006.

ROCKSTRÖM, Johan. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 24, p. 472–475, Sept. 2009. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/461472a>>. Acesso em: 4 out. 2018.

_____. Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet. **Science**, Jan. 2015. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/270898819_'Planetary_Boundaries_Guiding_Human_Development_on_a_Changing_Planet'>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ROMERO, Maria José. Session “Illusions of PPPs for Sustainable Development”. In: CRITICAL PERSPECTIVES ON GOVERNANCE BY SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: WATER, FOOD AND CLIMATE. Amsterdam: University of Amsterdam (Roeterseiland Campus), 25-26 June 2018.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. Trad. Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, Jeffrey. **The Age of Sustainable Development**. New York, Columbia University Press, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

STEFFEN, Will *et al.* The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Philosophical transactions of the Royal Society A Mathematical Physical and Engineering Sciences**, v. 369. p. 842-867, Mar. 2011. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/49799236_The_Anthropocene_conceptual_and_historical_perspectives>. Acesso em: 16 abr. 2019.

STEFFEN, Will *et al.* Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. In: NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Proceedings...*, v. 115, n. 33, p. 8252-8259, Aug. 14, 2018. Disponível em: <<https://www.pnas.org/content/115/33/8252>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, abr. 2018. Trad.: Raquel Camargo e Stelio Marras. (p. 442-464)

_____. Gaia. In: VALE, G.; TORRES, J.; ITALIANO, C. (Org.). **Catálogo ForumdocBH 2017**. 21º Festival do Filme Documentário e Etnográfico. Associação Filmes de Quintal; Imprensa Universitária da UFMG. Belo Horizonte: 2017. Disponível em: <http://www.forumdoc.org.br/catalogos/catalogo_forumdoc_2017.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

_____. Accepting the Reality of Gaia – a Fundamental Shift? In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (Ed.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis** – Rethinking modernity in a new epoch. London; New York: Routledge, 2015. p. 134-144.

_____. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015a.

_____. Reclaiming animism. **E-Flux**, n. 36, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.e-flux.com/journal/reclaiming-animism/>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

STRATHERN, Marilyn. Sem natureza, sem cultura: o caso hagen. In: _____. **O efeito etnográfico**. São Paulo, Cosac & Naify, 2014.

_____. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

_____. No limite de uma certa linguagem: Entrevista com Marilyn Strathern (entrevistadores Eduardo Viveiros de Castro e Carlos Fausto). **Mana**, v. 5, n. 2, p. 157-175, 999.

SQS-SUBCOMMISSION ON QUATERNARY STRATIGRAPHY. Working Group on the 'Anthropocene'. Disponível em: <<http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

THE GUARDIAN. Facts about our ecological crisis are incontrovertible. We must take action. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2018/oct/26/facts-about-our-ecological-crisis-are-incontrovertible-we-must-take-action>>. Acesso em: 22 out. 2019.

_____. From widows to indigenous people: can the SDGs really leave no one behind? Feb. 4, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/ng-interactive/2016/feb/04/sustainable-development-goals-marginalised-people-leave-no-one-behind>>. Acesso em: 7 maio 2017.

_____. Rio+20 Earth Summit: campaigners decry final document. 23 Jun., 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2012/jun/23/rio-20-earth-summit-document>>. Acesso em: 5 out. 2018.

_____. Earth summit. 4 Sept., 2002. Disponível em <<https://www.theguardian.com/environment/2002/sep/04/theissuesexplained.greenpolitics>>. Acesso em: 5 out. 2018.

THE INDIAN EXPRESS. UN Sustainable Development Goals: Here's what you need to know. Sept. 25, 2015. Disponível em: <<http://indianexpress.com/article/world/world-news/un-sustainable-development-goals-everything-you-need-to-know/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

THE NEW YORK TIMES. Sydney to Declare a Climate Emergency in face of National Inaction. Jun. 21, 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/06/21/world/australia/sydney-climate-emergency.html>>. Acesso em: 8 fev. 2020.

TSING, Anna. A Threat to Holocene Resurgence is a Threat to Livability. In: BRIGHTMAN, M.; LEWIS, J. (Ed.). *The Anthropology of Sustainability*. London: Palgrave Macmillan, 2017 (Palgrave Studies in Anthropology of Sustainability).

_____. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs). About Major Groups and other stakeholders. 2017. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/aboutmajorgroups.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

UNDPI (United Nations Department of Public Information). State of the World's Indigenous Peoples. Jan. 14, 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/SOWIP/press%20package/sowip-press-package-en.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

UNEP (United Nations Environment Programme). **Report of the Governing Council on the Work of its Third Session**. 17 April-2 May 1975.

UNEP (United Nations Environment Programme); UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). *The Cocoyoc Declaration Adopted by the*

Participants in the UNEP/UNCTAD Symposium on Patterns of Resource Use, Environment and Development Strategies Held at Cocoyoc, Mexico, from 8 to 12 October 1974.

UNESCO. **The Biosphere Conference 25 years later**. Paris: UNESCO, 1993. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001471/147152eo.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

_____. **Indigenous Peoples and the Post-2015 Development Agenda**. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/focus-areas/post-2015-agenda.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **Johannesburg Declaration on Sustainable Development**. United Nations. 2002. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/jburgdec.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. **Report of the United Nations Conference on Environment and Development Eco 92**. New York: United Nations, 1993. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20\(Vol.%20I\)&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20(Vol.%20I)&Lang=E)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Rio Declaration on Environment and Development**. United Nations. 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. United Nations. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. United Nations. 1972. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/unchedec.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

UN NEWS. General Assembly creates group to work on sustainable development goals. Jan. 22, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=43981#.WX-J6umQzIU>>. Acesso em: 05 fevereiro 2019.

UNPO.ORG (Unrepresented Nations People and Organization). 2019. Disponível em: <<https://unpo.org/>>. Acesso em: 25 setembro 2019.

UNIVERSITY OF LEICESTER, 2016. Media note: Anthropocene Working Group (AWG). Aug. 29, 2016. Disponível em: <<https://www2.le.ac.uk/offices/press/press-releases/2016/august/media-note-anthropocene-working-group-awg>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

VAN ASBEEK BRUSSE, Wendy. Presentation. In: CRITICAL PERSPECTIVES ON GOVERNANCE BY SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: WATER, FOOD AND CLIMATE. Amsterdam: University of Amsterdam (Roeterseiland Campus), 25-26 June 2018.

VAN DE BOS, René. Getting lost in the Anthropocene (Conference). Leiden: Leiden University, June 2018.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. Tropeços da agenda pós-2015. 26 jul. 2015a. Disponível em <<http://www.ecodesenvolvimento.org/colunas/jose-eli-veiga/tropecos-da-agenda-pos-2015>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

VERA, Estela. Se não tiver mais reza, o mundo vai acabar. In: VALE, G.; TORRES, J.; ITALIANO, C. (Org.). **Catálogo ForumdocBH 2017**. 21º Festival do Filme Documentário e Etnográfico. Associação Filmes de Quintal; Imprensa Universitária da UFMG. Belo Horizonte: 2017. Disponível em <http://www.forumdoc.org.br/catalogos/catalogo_forumdoc_2017.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

VERSIEUX, Bernardo Hoffman. Conclusão. In: SOUZA, M.; TEIXEIRA, R.; ZAHREDDINE, D. (Org.) **Meio ambiente** – debate político central do século XXI. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2015.

VIEIRA, Suzane de Alencar. O Astro do Tempo e o fim da Era: a crise ecológica e a arte de assuntar entre os quilombolas do Alto Sertão da Bahia. 2015. Disponível em <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/o-astro-do-tempo-e-o-fim-da-era-a-crise-ecologica-e-a-arte-de-assuntar-entre-os-quilombolas-do-alto-sertao-da-bahia-2/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Entrevista à **Pública**. 11 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593413-viveiros-de-castro-estamos-assistindo-a-uma-ofensiva-final-contra-os-povos-indigenas>>. Acesso em: 11 out. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: _____. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WATERS, Colin N. *et al.* The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. **Science**, v. 351, n. 6.269, Aug. 8, 2016. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/351/6269/aad2622.full>>. Acesso em: 20 out. 2019.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: _____. **Três tipos de poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

WEHN, Uta. Apresentação em conferência. In: CRITICAL PERSPECTIVES ON GOVERNANCE BY SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: WATER, FOOD AND CLIMATE. Amsterdam: University of Amsterdam (Roeterseiland Campus), 25-26 June 2018.

WILSON, Edward. O. Half of the Earth's surface and seas must be dedicated to the conservation of nature, or humanity will have no future. **Aeon**, Feb. 26, 2016, Disponível em: <<https://aeon.co/essays/half-of-the-earth-must-be-preserved-for-nature-conservation>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

WOOD, Ellen. **The Origins of Capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1999.

WHITEHEAD, Alfred. Chapter 2: Theories of the Bifurcation of Nature. In: _____. **The Concept of Nature**. Cambridge: Cambridge University Press. 1920. p. 26-48. Disponível em: <https://brocku.ca/MeadProject/Whitehead/Whitehead_1920/White1_02.html>. Acesso em: 19 jun. 2017.